



RELATÓRIO
E CONTAS
2022

An abstract geometric composition featuring a variety of white shapes on a solid gray background. On the left, a tall, thin vertical rectangle stands next to a large circle. Inside this large circle is a smaller circle containing a dark gray ring with two small white dots. Above the large circle is a small white circle. To the right of the large circle is a parallelogram. Further right is a horizontal rectangle, and below it is a semi-circle. At the bottom right is another horizontal rectangle.





RELATÓRIO
E CONTAS
2022

STCP
150 ANOS DE MOBILIDADE



1. INTRODUÇÃO 008

1.1 ENQUADRAMENTO 011

1.2 INDICADORES 012

1.3 ACONTECIMENTOS 014

2. ATIVIDADE 016

2.1 SERVIÇO E REDE 019

2.2 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA 020

2.3 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA AUTOCARRO 026

2.4 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA CARRO ELÉTRICO 031

2.5 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO 032

2.6 PROJETOS 037

2.7 MUSEU DO CARRO ELÉTRICO 038

3. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO 042

3.1 INVESTIMENTO E ALIENAÇÕES 044

3.2 SITUAÇÃO PATRIMONIAL 045

3.3 RESULTADOS 046

4. PESSOAS 048

4.1 CARACTERIZAÇÃO 050

4.2 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 058

4.3 BEM-ESTAR 060

5. FROTA E AMBIENTE 062

5.1 FROTA 064

5.2 AMBIENTE 068

6. PARTES INTERESSADAS 072

6.1 ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE 074

6.2 CLIENTES 075

6.3 COMUNIDADE 076

6.4 COLABORADORES 078

6.5 FORNECEDORES 079

7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 080

7.1 ESTRUTURA ACIONISTA 082

7.2 CUMPRIMENTO DIVULGAÇÕES LEGAIS 084

7.3 MODELO DE GOVERNO 086

7.4 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO 090

7.5 SISTEMA DE GESTÃO ANTICORRUPÇÃO 091

8. FACTOS SUBSEQUENTES E PERSPETIVAS PARA 2023 092

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 096

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 100

1. CONTAS DO EXERCÍCIO 2022 102

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 112



O ano de 2022 ficará indelevelmente e profundamente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia e o eclodir de uma Guerra na Europa cujas consequências se fizeram sentir de forma acentuada na atividade e nos resultados da empresa nomeadamente no que respeita aos custos energéticos.

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Foi neste contexto, pautado pela incerteza, que ao longo do ano de 2022 a empresa consolidou internamente o processo de intermunicipalização, consumado a 1 de janeiro de 2021 com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, reforçando competências que lhe permitiram garantir o cumprimento das suas obrigações em permanente diálogo com as estruturas representativas dos seus trabalhadores e estreita coordenação com a sua estrutura acionista.

Neste sentido, foi possível à empresa manter a trajetória de recuperação dos seus passageiros encerrando-se o ano de 2022 com cerca de 69 milhões de passageiros transportados o que representa um crescimento de 15% face ao número de passageiros transportados no ano anterior, algo que foi possível pela manutenção dos níveis de serviço, frota e aumento do efetivo médio de motoristas em funções. O modo autocarro continuou a ser o principal responsável pelo aumento verificado, com cerca de 68 milhões de passageiros transportados, registando-se no modo carro elétrico um total de 565 mil passageiros o que representa um acréscimo de 315 mil passageiros face ao ano anterior.

Foram percorridos cerca de 22,7 milhões de veículos km de serviço, um aumento de 1,9%, comparativamente com o ano anterior. A receita de transporte em 2022 foi de 45,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 11,8 milhões de euros, 35% face a 2021.

Mantendo a trajetória de descarbonização da sua frota, a empresa adjudicou, em setembro de 2022, a aquisição de mais 48 autocarros elétricos e 24 postos de carregamento elétrico num investimento global de 20,1 milhões de euros.

Em agosto de 2022 foi adjudicada a aquisição de um novo Sistema de Apoio à Exploração e de Informação ao Público (SAEIP) que irá permitir a introdução de novas funcionalidades que promovam uma maior eficiência na utilização dos recursos, a eco condução e o conforto e informação aos passageiros. Foi também adjudicada a aquisição de um novo sistema de bilhética que irá garantir no futuro não só a compatibilidade com o Sistema Intermodal Andante, mas como também uma melhor adequação às novas exigências e tendências do mercado de transporte de passageiros, como sejam a venda *on-line* de títulos de transporte, a criação de *vouchers* de viagem e pagamentos a bordo com cartão bancário. Nesta matéria, independentemente da implementação do novo sistema, em novembro de 2022, a STCP passou a ser a primeira empresa de transportes públicos, a nível nacional a disponibilizar o pagamento por *MB WAY* dos seus bilhetes de bordo.

Por último, o ano de 2022 ficará também marcado na história da empresa como o ano em que se comemoraram os 150 anos da sua história, marco assinalável que não poderíamos deixar de relevar e que ao longo do ano foi mote para diversas ações de divulgação da nossa marca e seu legado. Suportada numa cultura de 150 anos de história, resiliência e saber fazer, constituída por profissionais de excelência, a empresa demonstrou mais uma vez, ser capaz de se superar mantendo elevados níveis de serviço e reafirmando-se, a cada ciclo que passa, como uma referência para o transporte público rodoviário de passageiros na Área Metropolitana do Porto.

Cristina Pimentel



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



O presente Relatório de Gestão apresenta os resultados do último triénio, sublinhando o facto de, desde 2020 até ao primeiro trimestre de 2022, a atividade ter sido fortemente afetada pela pandemia Covid-19.

O ano de 2022 é o segundo ano em que a propriedade da empresa passou do Estado para os seis municípios onde a STCP, E.I.M, S.A. (STCP) opera: Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

A invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro, marca o ano 2022, tendo provocado um drástico aumento dos preços de gás natural, especialmente sentido entre junho e setembro. Na STCP, com cerca de 80% dos autocarros movidos a gás natural, esta situação gerou encargos adicionais muito expressivos e foi um fator de grande perturbação e preocupação, obrigando a reforçar o orçamento em 10 milhões de euros para fazer face a esta escalada de preços.

Este relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais e inclui a informação necessária para dar cumprimento aos compromissos e às obrigações legais de reporte financeiro, bem como de reporte de sustentabilidade e de boas práticas de governo societário, este último elaborado autonomamente e designado por Relatório de Governo Societário 2022.

A Demonstração Não Financeira, nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, está descrita ao longo deste relatório e centra-se principalmente em questões relevantes quer do ponto de vista da sustentabilidade, quer nas vertentes económica e social, bem como no âmbito da sua importância para o negócio e para as partes interessadas. Foi elaborada tendo por orientação as Diretrizes de Elaboração do *Global Reporting Initiative* (GRI), padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, na sua versão *standard*, não sendo realizada verificação externa.

1.1 ENQUADRAMENTO

1.2 INDICADORES

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	REDE DE SERVIÇO PÚBLICO A 31/12	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Extensão da Rede (Km)	494	494	493	-1	-0,2%
	Número de linhas [1]	72	72	72	0	0%
	Número de Paragens	2.520	2.514	2.514	0	0%

[1] 69 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico.

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	SERVIÇO (MILHARES)	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Passageiros Autocarro	48.985	50.769	68.064	17.295	34%
	Passageiros Carro Elétrico	242	250	565	315	126%
	Passageiros	49.227	51.018	68.629	17.611	35%
	Receita Autocarro (€)	31.547	32.810	43.562	10.752	33%
	Receita Carro Elétrico (€)	558	650	1.661	1.011	155%
	Receita (€)	32.105	33.460	45.223	11.762	35%
	Veículos Km de serviço Autocarro	21.760	22.214	22.551	337	1,5%
	Veículos Km de serviço Carro Elétrico	117	96	173	77	80%
	Veículos Km de serviço STCP	21.876	22.310	22.724	413	1,9%

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	EFETIVO A 31/12 [2] [3]	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Pessoal Tripulante	1.003	1.005	1.009	4	0,4%
	Motoristas em funções	983	988	986	-2	-0,2%
	Guarda-freios em funções	20	17	23	6	35%
	% Pessoal Tripulante	75,2%	75,3%	75,6%	0,4 pp	0,5%
	Efetivo Total a 31/12	1.333	1.335	1.334	-1	-0,1%

[2] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

[3] Os efetivos afetos às áreas de suporte da STCP estão incluídos no modo rodoviário.

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	FROTA EM PARQUE A 31/12	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Frota de Autocarros [4]	425	434	420	-14	-3,2%
	Frota de Carros Elétricos	7	7	7	0	0,0%
	Frota a 31/12	432	441	427	-14	-3,2%

[4] Em 2020 e 2021 a frota era composta por 420 viaturas. No entanto, no final do ano, provisoriamente, havia 425 e 434 viaturas, respetivamente, devido ao desfasamento temporal entre a receção dos novos autocarros e o abate dos antigos.

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	INVESTIMENTO (MILHARES EUROS)	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
		17.989	22.925	2.811	-20.114	-88%

	VARIAÇÃO 2022/2021					
	RESULTADOS (MILHARES EUROS)	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Resultado Operacional (EBIT)	-9.793	-2.924	-8.605	-5.681	-194%
	Resultado Financeiro	-2.462	0	0	0	0%
	Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	0	2.924	8.605	5.681	194%
	Imposto sobre o Rendimento	202	83	84	0	0%
	Resultado Líquido	-12.053	83	84	0	0,3%

29 JAN

Candidatura de 48 veículos elétricos e 24 carregadores duplos ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no âmbito do apoio à descarbonização de frota, num total de investimento de 20,1 milhões de euros.

20 JAN

Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (Instrumentos Previsionais de Gestão) por unanimidade dos acionistas

10 MAR

Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato 2022-2025.

11 MAR

Conclusão das obras de requalificação do posto de abastecimento de gás natural comprimido da estação de recolha de Francos, projeto co-financiado pelo POSEUR.

23 MAR

Campanha interna “Eu confio em ti”, centrada na qualidade do serviço prestado às populações com temas tão importantes como a segurança, o ambiente e a acessibilidade.

18 MAI

30 anos do Museu do Carro Eléctrico.

15 MAI

Recriação dos 150 anos da viagem inaugural da linha de carros americanos, no tradicional desfile do carro elétrico, desde o Infante até ao Passeio Alegre.

20 MAI

Assinatura do contrato de Sistema de Bilhética.

30 MAI

Eleição dos membros da Assembleia Geral para o mandato 2022-2025.

23 JUN

Manutenção das Certificações da APCER: ISO 14001; ISO 45001 e ISO 9001.

18 JUN

Disponibilização do “Portal de Denúncias”, nos termos da Lei nº 93/2021.

30 JUN

Primeira Assembleia Geral Extraordinária para aumento de verba de combustíveis em 4,9 milhões de euros.

04 JUL

04 AGO

Assinatura do contrato do Sistema de Apoio à Exploração e de Informação ao Público (SAEIP).

26 AGO

Aprovado o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras ou viseiras nos transportes coletivos de passageiros, Decreto-Lei n.º 57-A/2022.

16 SET

Assinatura do “Pacto do Porto para o Clima”, acordo lançado pela Câmara Municipal do Porto aos intervenientes no território para unirem “*esforços na defesa de uma cidade mais sustentável, líder na descarbonização e que antecipa as metas da neutralidade carbónica*”.

22 SET

Assinatura do contrato para a aquisição de 48 novos autocarros elétricos e postos de carregamento, investimento de cerca de 20 milhões de euros, financiado no montante de 8.443.209,70 euros pelo PRR.

10 NOV

Assinatura do Memorando de Entendimento de adesão ao *Insure Hub – Innovation in Sustainability and Regeneration Hub*, iniciativa da Universidade Católica Portuguesa, no Porto em conjunto com a *Planetters New Generation* e que tem como áreas prioritárias contribuir para a Sustentabilidade e para a Regeneração, de acordo com o *European Green Deal*.

16 NOV

Segunda Assembleia Geral Extraordinária para aumento de verba de combustíveis em 5,1 milhões de euros.

22 NOV

Campanha interna “Poupar o Futuro - o meu, o teu, o nosso” de recursos naturais e energia com a preocupação em reduzir a pegada ecológica.

28 NOV

Primeira empresa de transportes públicos, a nível nacional, a disponibilizar o pagamento por MB WAY nos bilhetes de bordo.

15 DEZ

Certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção, com a validade de três anos, pela Norma ISO 37001:2016.

1.3 ACONTECIMENTOS



ATIVIDADE



A STCP explora o modo Rodoviário, através dos autocarros e o modo ferroviário pelos Carros Elétricos.

Serve 33 freguesias de seis concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP): Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

A Rede tem uma extensão total de 493 km, 2.514 paragens.

A frota é de 420 autocarros e sete carros elétricos.

Opera 72 linhas: 69 de autocarro e três de carro elétrico.

A STCP é o maior operador de transporte público rodoviário da AMP, tendo transportado cerca de 69 milhões de passageiros em 2022.



2.1 SERVIÇO E REDE

2.2 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA

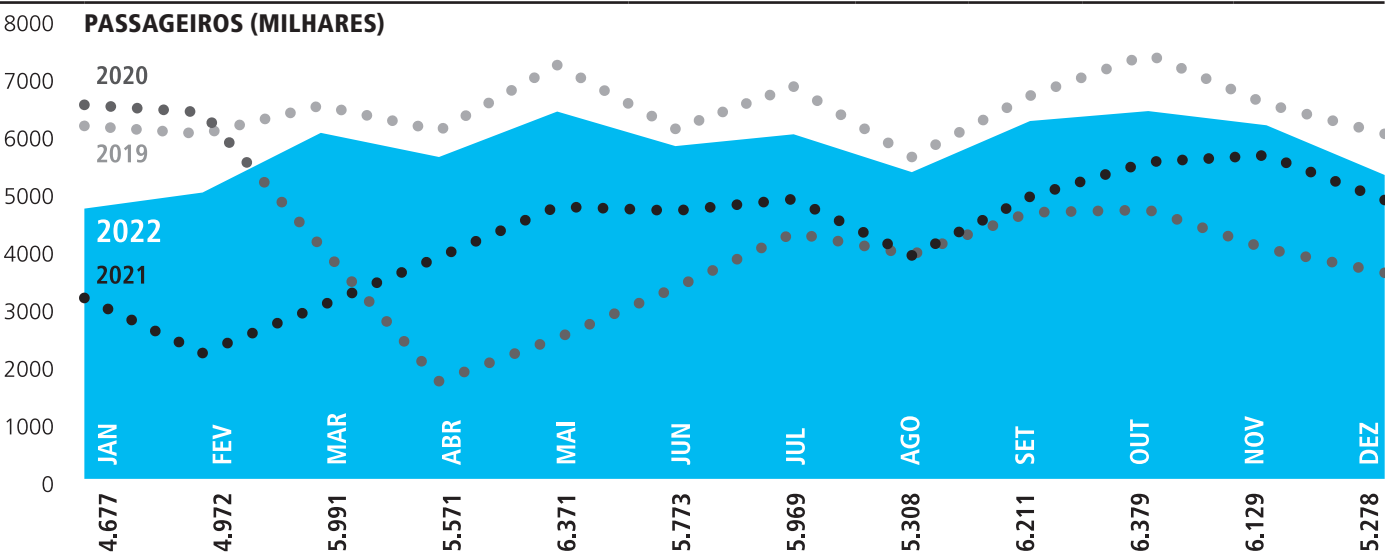
PASSAGEIROS

Durante o ano de 2022, a STCP transportou cerca de 69 milhões de passageiros, mais 15 milhões de passageiros face ao ano anterior, representando um aumento de 35%. Comparativamente ao período pré-pandemia a procura representou 89% da verificada em 2019, apesar de se terem verificado no primeiro trimestre do ano constrangimentos significativos decorrentes da Covid-19.

Face a 2021, a procura de bilhete de bordo de autocarro cresceu 69% e a venda de Bilhetes de Carro Elétrico aumentou 154%.

	VARIAÇÃO					
	PASSAGEIROS POR TÍTULO DE TRANSPORTE (MILHARES)	2019	2020	2021	2022	
	Assinaturas [1]	62.328	41.188	42.172	57.166	-8,3%36%
	Intermodais	59.530	40.206	41.188	56.142	-5,7%36%
	Monomodais	2.799	982	984	1.024	-63%4,1%
	Títulos Ocasionais e Diários	14.395	8.039	8.846	11.463	-20%30%
	Intermodais	10.231	6.318	6.919	7.936	-22%15%
	Monomodais	4.164	1.721	1.927	3.527	-15%83%
	Bilhete Bordo Autocarro	3.451	1.548	1.723	2.917	-15%69%
	Bilhetes Carro Elétrico	622	174	204	519	-17%154%
	Outros [2]	91	0	0	91	0,0%-
	Passageiros	76.723	49.227	51.018	68.629	-11%35%

[1] Inclui assinaturas gratuitas.
[2] Serviços Especiais Não Gratuitos.



RECEITA

A receita de transporte em 2022 foi de 45,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 11,8 milhões de euros, 35% face a 2021, em sintonia com o aumento verificado na procura, representando 93% da receita do último ano anterior à pandemia.

A receita de bilheteira, que corresponde a 81% da receita de transporte, ascendeu aos 36,8 milhões de euros, registando uma variação positiva de 10 milhões de euros, cerca de 37% face a 2021. Comparando com o ano de 2019, a receita de bilheteira representa 90% do valor registado naquele ano.

As compensações tarifárias, que decorrem das Compensações do Tarifário Social Andante, bem como do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), que acrescem às compensações por obrigações de serviço público definidas no contrato outorgado com os municípios, foram de 8,4 milhões de euros, 19% da receita de transporte.

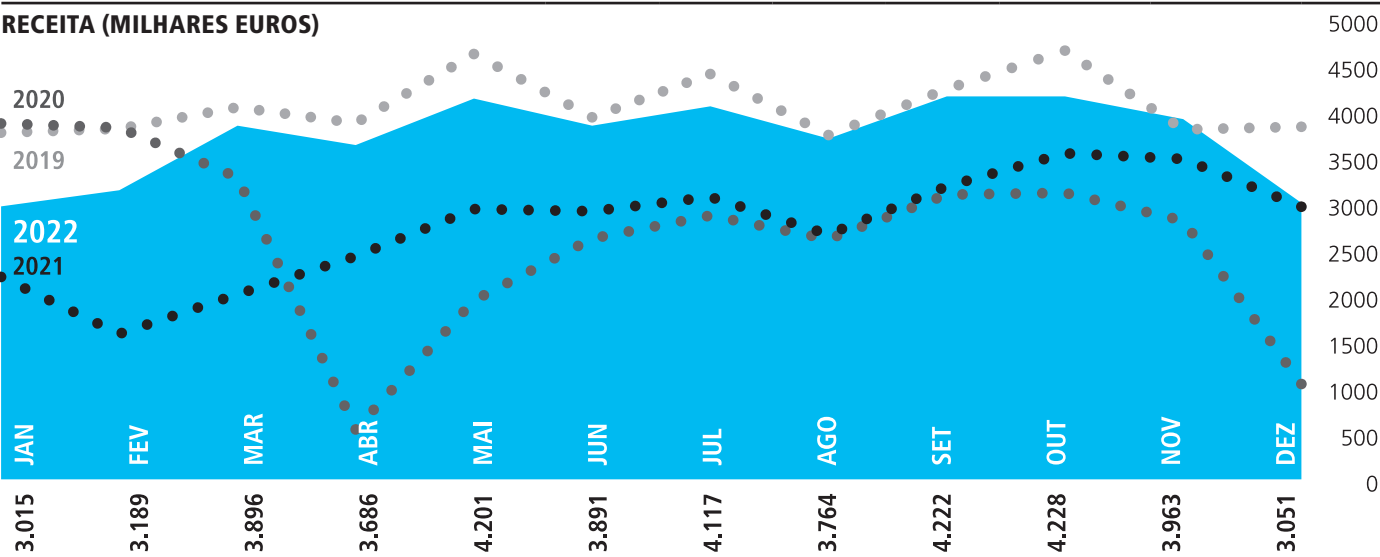
No quadro abaixo pode observar-se a evolução desagregada por título de transporte.

	VARIAÇÃO					
RECEITA DE TRANSPORTE (MILHARES EUROS)	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Receita de Bilheteira	40.878	24.677	26.837	36.781	-10%	37%
Compensações Tarifárias [1]	8.590	7.428	6.623	8.442	-1,7%	27%
Receita média por passageiro (em cêntimos euro)	64	65	66	66	2,2%	0,5%

[1] Social Andante, Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e Antigos Combatentes.

	VARIAÇÃO					
RECEITA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (MILHARES EUROS)	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Assinaturas	31.637	23.514	23.449	30.414	-3,9%	30%
Intermodais	31.007	23.505	23.443	30.408	-1,9%	30%
Monomodais	630	9	6	7	-99%	4,4%
Títulos Ocasionais e Diários	17.832	8.591	10.011	14.808	-17%	48%
Intermodais	9.344	5.314	6.130	7.614	-19%	24%
Monomodais	8.488	3.277	3.881	7.195	-15%	85%
Bilhete Bordo Autocarro	6.509	2.748	3.250	5.503	-15%	69%
Bilhetes Carro Elétrico	1.926	529	631	1.635	-15%	159%
Outros [1]	53	0	0	57	9,2%	-
Total	49.468	32.105	33.460	45.223	-8,6%	35%

[1] Serviços Especiais Não Gratuitos



FISCALIZAÇÃO DA RECEITA

Em 2022, o número de passageiros fiscalizados foi de cerca de 1,5 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 400 mil relativamente a 2019 e um acréscimo de 297 mil passageiros face ao ano anterior.

Dando continuidade ao desenvolvido em 2021, realizaram-se ações de fiscalização especiais acompanhadas da PSP, com o objetivo de promover a segurança de motoristas e passageiros e o cumprimento da obrigação de validação do título de transporte ou compra do bilhete de bordo.

Tratam-se de operações que assumem uma vertente preventiva, de apoio aos motoristas, demonstrando a todos os passageiros que acedem aos autocarros a necessidade de serem portadores de um título devidamente validado ou bilhete de bordo adquirido na viagem em causa.

					VARIAÇÃO	
FISCALIZAÇÃO	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Passageiros Fiscalizados (milhares)	1.072	995	1.168	1.466	37%	25%
Número de Autos (milhares)	4	5	7	7	64%	2,4%
Taxa de Fiscalização dos Passageiros %	1,4%	2,0%	2,3%	2,1%	51%	-7,2%
Taxa de Fraude %	0,4%	0,5%	0,6%	0,5%	21%	-18%
Viagens Fiscalizadas (milhares)	68	72	91	83	21%	-9,5%
Taxa de Fiscalização de Viagens %	3,5%	3,7%	4,8%	4,2%	20%	-12%

REDE DE VENDAS

A venda dos bilhetes monomodais de bordo do autocarro e carro elétrico é gerida pela STCP, primeira empresa de transportes públicos, a nível nacional, a disponibilizar em novembro de 2022 o pagamento por *MB WAY* nos bilhetes de bordo.

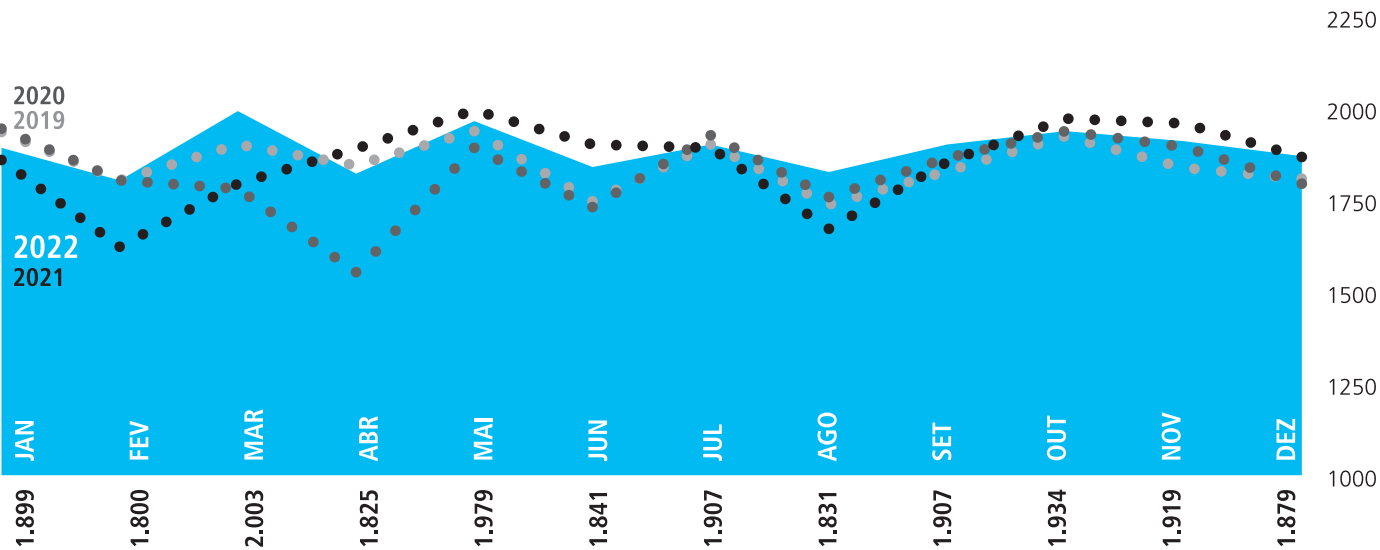
Os títulos de transportes intermodais são geridos pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE. A 31 de dezembro de 2022 estavam disponíveis mais de 1.700 locais de venda, localizados nos vários concelhos da AMP. Adicionalmente, a aplicação ANDA está disponível para telemóveis com sistema *android* 5.0 ou superior, equipados com as tecnologias *NFC* e *Bluetooth*.

OFERTA

Foram percorridos cerca de 22,7 milhões de veículos km de serviço, um aumento de 1,9%, comparativamente com o ano anterior.

					VARIAÇÃO	
VEÍCULOS KM	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Veículos Km de serviço STCP (em milhares)	22.217	21.876	22.310	22.724	2,3%	1,9%

VEÍCULOS KM DE SERVIÇO (MILHARES)





2.3 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA AUTOCARRO

A STCP explora 69 linhas em modo autocarro, dispondo de uma frota total de 420 autocarros. A Rede de Autocarro tem uma extensão total de 493 quilómetros.

Em 2022 foram transportados no modo autocarro cerca de 68 milhões de passageiros, registando um aumento de 34%, mais 17 milhões de passageiros, face a 2021 e cerca de 90% dos relativos a 2019.

A receita de transporte no modo autocarro foi de cerca de 43,6 milhões de euros, registando um acréscimo de 10,8 milhões de euros face ao período homólogo (mais 33%), representando 92% do valor relativo a 2019.

Em 2022 foram percorridos cerca de 22,6 milhões de veículos km de serviço, o que representa um aumento de cerca de 2% face a 2019 e a 2021.

					VARIAÇÃO	
	INDICADORES OPERACIONAIS AUTOCARRO	2019	2020	2021	2022	% 22/19 % 22/21
[1] Produção interna.	Passageiros (milhares)	75.985	48.985	50.769	68.064	-10% 34%
	Passageiros Km (milhares)	285.269	184.819	191.111	256.410	-10% 34%
	Percurso médio por passageiro (Km)	3,75	3,77	3,76	3,77	0,3% 0,1%
	Receita de Transporte (milhares euros)	47.497	31.547	32.810	43.562	-8,3% 33%
	Receita Média por veículos Km (euros)	2,2	1,4	1,5	1,9	-10% 31%
	Receita Média por passageiro (euros)	0,63	0,64	0,65	0,64	2,4% -1,0%
	Veículos Km de serviço (milhares)	22.065	21.760	22.214	22.551	2,2% 1,5%
	Produção interna	22.065	21.687	21.744	22.551	2,2% 3,7%
	Produção contratada	0	73	470	0	0,0% -100%
	Lugares Km de Serviço (milhares)	1.994.651	1.916.708	1.896.130	1.904.125	-4,5% 0,4%
	Lotação média	90	88	85	84	-6,6% -1,1%
	Viaturas utilizadas na Ponta Máxima [1]	386	385	376	375	-2,8% -0,3%
	Horas de Serviço (milhares) [1]	1.412	1.366	1.427	1.458	3,3% 2,2%
	Velocidade Média de Serviço (Km/h) [1]	15,6	15,9	15,6	15,5	-1,0% -0,6%
	Taxa de Ocupação	14,3%	9,6%	10,1%	13,5%	-5,8% 34%
	Taxa de Cumprimento do Serviço [1]	96,2%	96,7%	97,6%	96,2%	-0,0 pp -1,4 pp

AUMENTO TARIFÁRIO

Em 2022, foram transportados nos **dias úteis** 57 milhões de passageiros de autocarro, valor que corresponde a um acréscimo de 32% relativamente a 2021 e corresponde a 89% do valor homólogo de 2019.

As assinaturas intermodais Andante não registaram qualquer aumento em 2022, aplicando-se a atualização tarifária prevista de 0,57%, apenas aos títulos ocasionais. Não houve aumento da tarifa de bordo do autocarro.

O número de passageiros transportados aos **fins de semana e feriados** foi de 10,8 milhões, mais 47% face a 2021, período onde os passageiros mais se aproximaram dos valores de 2019 (95%).

Em 2022 foram transportados 571 mil passageiros na **rede de madrugada** o que representa um aumento de 70% em relação a 2021 e de 88% dos passageiros transportados em 2019.

					VARIAÇÃO	
PASSAGEIROS AUTOCARRO (MILHARES)	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Dias úteis	63.973	41.382	43.082	56.676	-11%	32%

					VARIAÇÃO	
PASSAGEIROS AUTOCARRO (MILHARES)	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Fins de semana [1]	11.360	7.267	7.351	10.816	-4,8%	47%

[1] Inclui feriados.

					VARIAÇÃO	
PASSAGEIROS AUTOCARRO (MILHARES)	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Madrugada	653	336	336	571	-12%	70%

ALTERAÇÕES PROVISÓRIAS
NA REDE DE AUTOCARRO

Durante 2022 ocorreram 463 desvios, um aumento de 177 face ao ano anterior, mais 62%. A duração média dos desvios foi de 16,5 dias, um aumento significativo face a 2021, mais 2,7 dias.

Foram várias **as obras de longa duração e impacto na operação** que obrigaram ao ajuste dos percursos de autocarro, nomeadamente:

- Empreitada para a construção da futura Linha Rosa do Metro do Porto, que provoca grandes constrangimentos numa larga zona da Baixa portuense (Aliados, Cordoaria/Jardim do Carregal, Galiza, Boavista/Casa da Música e Bom Sucesso) onde se concentram dezenas de linhas da STCP;
- Empreitada para a expansão da Linha Amarela do Metro do Porto a Vila d’Este, destacando o impacto relevante em duas linhas estruturantes de Gaia, 903 e 907;
- o encerramento do tabuleiro da Ponte Luís I, que obrigou ao desvio de duas linhas pela Ponte do Infante – 901 e 906 – e levou à separação da linha 900 em dois troços: 900G e 900P;
- obras na ponte de Brás Oleiro, na Rua D. Afonso Henriques (Maia), que obrigou a um desvio considerável nas linhas 701, 702, 703, 704 e 5M e impossibilitou a alocação de viaturas de maior capacidade;
- obras na Av. Serpa Pinto, em Matosinhos, que afetaram a operação das linhas 500, 502, 505, 506, 507 e 13M.

VARIAÇÃO 2022/2021

	DESVIOS	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Nº Desvios	271	286	463	177	62%
	Duração Média dos Desvios (dias)	16,0	13,8	16,5	2,7	20%

ALTERAÇÕES DEFINITIVAS
NA REDE DE AUTOCARRO

	MÊS	DIA	LINHA	ALTERAÇÃO DE PERCURSO	OBSERVAÇÕES
	Agosto	30	701, 702, 703 e 5M	Reposição do percurso na Areosa pela Rua Afonso Henriques no sentido periferia	Implementação de corredor BUS
			700 e 705	Alteração de percurso no centro de Valongo no sentido periferia: R. Joaquim M. Santos e R. da Passagem	Alteração de sentidos de trânsito

CORREDORES BUS

A rede da STCP dispõe de vias reservadas à circulação, algumas delas partilhadas com motociclos e/ou bicicletas, numa extensão de 25,7 km, dos quais 20,4 km estão disponibilizados no concelho do Porto.

OPERAÇÃO VIA LIVRE

A **Operação Via Livre** é uma parceria entre o município do Porto e STCP cede as viaturas ligeiras e respetivos condutores e a Câmara Municipal do Porto os fiscais. Visa combater o estacionamento irregular em vias reservadas ao transporte público, em paragens, ou em locais de maior dificuldade de circulação. Na tabela abaixo é apresentada a evolução dos resultados.

VARIAÇÃO 2022/2021

	CORREDORES BUS	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Extensão (km)	25,9	26,3	25,7	-0,6	-2,4%

VARIAÇÃO 2022/2021

	OPERAÇÃO VIA LIVRE	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%	
	Multas	471	877	1.541	664	76%	[1] Um reboque é sempre precedido de um bloqueamento e de uma multa. Um bloqueamento é precedido de uma multa.
	Bloqueamentos [1]	0	0	3	3	-	
	Reboques [1]	6	15	10	-5	-33%	[2] Inclui intervenções de multa e ações de advertência.
	Intervenções Pedagógicas	28	26	188	162	623%	
	Medidas Corretivas [2]	499	903	1.729	826	91%	



O Carro Elétrico serve o concelho do Porto, num percurso desde a Foz do rio Douro, até ao centro histórico através de três linhas de carro elétrico. A extensão da rede é de 9 quilómetros, servindo 42 paragens no total, 34 exclusivas e 8 partilhadas com o modo autocarro.

O carro elétrico é essencialmente procurado por turistas nacionais e estrangeiros. Em 2022, com o desaparecimento gradual das restrições impostas pela Covid-19, verificou-se um retomar do crescimento da atividade do modo carro elétrico.

Em 2022 foram transportados no modo carro elétrico cerca de 565 mil passageiros, um aumento de 315 mil passageiros face a 2021. Face a 2019 foram transportados 77% dos passageiros.

A partir de 1 de outubro de 2022 foi atualizado o preço do bilhete de bordo tendo sido criado um novo título “Tram City Tour 1 viagem Criança”, para crianças entre os 5 e os 12 anos, inclusive.

A linha 22 manteve-se suspensa durante todo o ano de 2022 devido à empreitada de construção da futura linha Rosa do Metro do Porto e a linha 18 foi suspensa a partir do dia 10 de setembro, pelo mesmo motivo. Apenas a linha 1 esteve operacional durante todo o ano com reforço de serviço. Em 2022 foram efetuados 173 mil quilómetros de serviço, o que representa um acréscimo de 80% face a 2021 e de 14% relativamente a 2019.

2.4 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA CARRO ELÉTRICO

					VARIAÇÃO	
INDICADORES OPERACIONAIS CARRO ELÉTRICO	2019	2020	2021	2022	% 22/19	% 22/21
Passageiros (milhares)	738	242	250	565	-23%	126%
Passageiros Km (milhares)	1.307	425	441	1.102	-16%	150%
Percurso médio por passageiro (Km)	1,8	1,8	1,8	2,0	10%	10%
Receita de Transporte (milhares euros)	1.971	558	650	1.661	-16%	155%
Receita Média por veículo Km (euros)	13,0	4,8	6,8	9,6	-26%	42%
Receita Média por passageiro (euros)	2,67	2,31	2,61	2,94	10%	13%
Veículos Km de serviço (milhares)	152	117	96	173	14%	80%
Lugares Km de Serviço (milhares)	6.383	4.898	4.035	7.248	14%	80%
Lotação média	42	42	42	42	0,0%	0,0%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	5	5	4	5	0,0%	25%
Horas de Serviço (milhares)	19	13	10	15	-18%	51%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	8,1	8,7	9,4	11,2	38%	19%
Taxa de Ocupação	20,5%	8,7%	10,9%	15,2%	-5,3 pp	4,3 pp
Taxa de Cumprimento do Serviço	89,0%	86,1%	91,1%	91,5%	2,5 pp	0,4 pp

COMUNICAÇÃO EXTERNA

O ano de 2022 foi um ano de investimento na comunicação externa, tendo como objetivo investir na qualidade do transporte e no serviço ao cliente.

Retomou-se a comunicação associada aos grandes eventos em que a STCP foi transportadora oficial, bem como o lançamento do pagamento a bordo com *MB WAY*. A destacar, o início da campanha de comemoração dos 150 anos de atividade comercial da empresa, com uma assinatura institucional comemorativa, de carácter dinâmico e que muda consoante a mensagem se refira ao passado, ao presente ou ao futuro.

2.5 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

A campanha publicitária com o mote “Onde quer que vá, é aqui que começo”, lançada em setembro de 2021, foi galardoada em 2022 com o prémio bronze do Clube de Criativos, na categoria de conteúdos digitais no Festival de Criatividade em Portugal. Posteriormente, ganhou novo prémio no Prémios Lusófonos da Criatividade: *Grand Prix* na categoria de campanha *web*, ouro na categoria de filme para a *web* e prata na categoria *copywriting*.

Foram muito diversificados os temas que obtiveram maior cobertura mediática em 2022, envolvendo o nome da STCP, do Museu do Carro Elétrico e dos elétricos históricos. A celebração dos 150 anos de história da STCP foi o tema que mereceu maior atenção dos media, especialmente com o anúncio e divulgação da realização do desfile de carros elétricos históricos, após dois anos de suspensão devido à situação pandémica que o país atravessou.

A comunicação e informação ao público é para a STCP fundamental na criação de relações próximas com o cliente, pelo que são disponibilizados vários meios para o efeito:

- Linha Azul;
- *Site* STCP;
- Aplicação MOVE-ME.AMP
- Página *Facebook*;
- Página *LinkedIn*;
- Página *Instagram*.

A Linha Azul permite ao cliente contactar diretamente com a empresa via telefone ou *email*, para obter de imediato as informações pretendidas. É fundamental para muitos clientes, mas vai perdendo força à medida que a informação digital se impõe. Foram atendidos telefonicamente 30.701 clientes, destacando-se como principais temas de pedidos de informação os “perdidos e achados” que representam 27% do total de solicitações e os horários que representam 44% dos pedidos de informação através deste serviço.

As consultas ao *site* da STCP, mesmo que através de outros *sites* e *apps*, levaram a cerca de 12 milhões de acessos, a esmagadora maioria para consulta de horários em tempo real, traduzindo uma evolução de pesquisas de quase o dobro das verificadas em 2019, o que traduz a importância sempre crescente da disponibilização desta informação.

Em 2022 destaca-se o crescimento das comunidades do *Facebook*® e *Instagram*® que reagiram com entusiasmo às publicações sobre os 150 anos de mobilidade que a empresa começou a celebrar a partir de 14 de maio, a aquisição de 48 novos autocarros elétricos, a introdução do pagamento por *MB WAY*, sobre o Desfile de Carros Elétricos e, no topo, a publicação do “autocarro voador”, no dia 1 de abril.

No *LinkedIn*® tiveram maior alcance as publicações sobre os vários anúncios de recrutamento publicados ao longo do ano, a compra de 48 novos autocarros elétricos, a Certificação Anti-Corrupção, a introdução do *MB WAY* na venda a bordo, a Festa de 25 anos dos trabalhadores e a iniciativa Elétrico de Natal.



INFORMAÇÃO EM PARAGENS

A informação ao público que consta em todas as paragens da STCP, com abrigos ou apenas postelete, continua a ser de enorme relevância para os clientes. O ano de 2022 terminou tal como se iniciou com 2.514 paragens, distribuídas do modo abaixo.

Foi um ano profícuo em alterações ao nível do mobiliário urbano, nos concelhos do Porto, Maia e Matosinhos, com os municípios do Porto e da Maia a procederem a uma renovação total dos abrigos, ainda em curso, e Matosinhos a avançar com alterações pontuais.

Na cidade do Porto este processo decorreu da transferência da concessão do mobiliário urbano após concurso público, que implicou a divisão da cidade em dois lotes no que respeita a abrigos: a zona central, área interior à VCI, e a zona mais periférica, área exterior à VCI.

Foi por este motivo um ano complexo na gestão com os próprios clientes, dado que na zona central da cidade os abrigos começaram a ser retirados em junho e só no final do ano foram progressivamente instalados os novos, que incluem melhorias como bancos ou encostos, bem como ajustamentos nas localizações.

A STCP colaborou neste processo de forma proactiva, procurando assegurar que, nas localizações com abrigos temporariamente removidos, era colocada atempadamente placa de paragem e, sempre que possível, suporte de informação com os horários, que inclui também mapa esquemático da linha e tarifário respetivo, com *QR code* (para leitura do tempo real), informação crucial para os clientes, de modo a que mantivessem os referenciais de paragem. Esta operação tem sido bastante exigente para a STCP, em termos de recursos humanos e materiais, tentando minimizar os inconvenientes para os nossos clientes nesta transformação que abrange cerca de 650 locais de paragem.

As novas estruturas preveem a posterior aplicação de um *tablet* com informação em tempo real. Em termos de informação estática foi encontrada uma solução de compromisso para a colocação de horários impressos, até um máximo de seis diferentes, num espaço adaptado, alterando o *standard* de informação face ao resto da rede STCP, para os abrigos da área central estando ainda em avaliação a solução para a zona externa à VCI.

No que se refere aos mapas da rede STCP, a nova solução de abrigos não contemplou por enquanto esta disponibilização, pelo que deixaram de ser disponibilizados.

RECLAMAÇÕES

Também a Câmara Municipal da Maia efetuou a transferência da concessão do mobiliário urbano, tendo assegurado a colocação de cerca de 20 novos abrigos, nomeadamente, na Rua D. Afonso Henriques. De forma mais impactante, neste município há a referir a iniciativa de uniformização das placas de paragem, com imagem própria e integrando todos os operadores, projeto iniciado no mês de junho. Da parte da STCP, e até à sua conclusão, exigirá a remoção de mais de 350 placas e posteletes, e produções próprias e diferentes da informação das linhas STCP para as placas de paragem. Todo este processo exige contínuo diálogo e articulação entre as partes envolvidas.

De referir, finalmente, que também o município de Matosinhos efetuou a colocação de um número significativo de novos abrigos não concessionados, para melhorar o conforto dos passageiros.

	CONCELHO	PARAGENS	ABRIGOS	%
	Porto	940	446	47%
	Matosinhos	499	196	39%
	Maia	352	146	41%
	Vila Nova de Gaia	328	146	45%
	Gondomar	209	87	42%
	Valongo	186	70	38%
		2.514	1.091	43%

	VARIAÇÃO 2022/2019				VARIAÇÃO 2022/2021			
RECLAMAÇÕES	2019	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Total Reclamações	2.390	1.536	1.671	2.353	-37	-1,5%	682	41%
Autocarro	2.378	1.532	1.665	2.350	-28	-1,2%	685	41%
Carro Elétrico	12	4	6	3	-9	-75%	-3	-50%



IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE BILHÉTICA

Este projeto teve início em 2022 e a previsão é que termine em 2023, tendo sido celebrado o contrato de adjudicação em maio de 2022.

O Sistema de Bilhética em implementação vai garantir não só a compatibilidade com o Sistema Intermodal Andante, mas uma melhor adequação ao modelo de operação da STCP, nomeadamente através de um controlo das vendas de Títulos de Bordo mais eficaz e de uma adequação às novas exigências e tendências do mercado de transporte de passageiros, como sejam a venda *on-line* de títulos de transporte, a criação de *vouchers* de viagem e pagamentos a bordo com cartão bancário.

IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE APOIO À EXPLORAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO (SAEIP)

Este projeto teve início em 2022 e a previsão é que termine em 2023, tendo sido celebrado o contrato de adjudicação em agosto de 2022.

O Sistema de Apoio à Exploração e de Informação ao Público (SAEIP) terá funcionalidades que promovem a eficiência na utilização dos recursos, a eco condução e o conforto e informação dos passageiros, de modo a promover uma mobilidade sustentável, tanto do ponto de vista económico como ecológico: redução de consumos energéticos e de emissões de CO₂. Deverá ainda permitir a disponibilização de informação às autoridades de transportes competentes, de acordo com o previsto na Diretiva ITS 2010/40/EU e Regulamento Delegado UE 2017/1926 - Ação A (Multimodal *Travel Information Services*) e dotar o sistema de capacidades de operação avançadas.

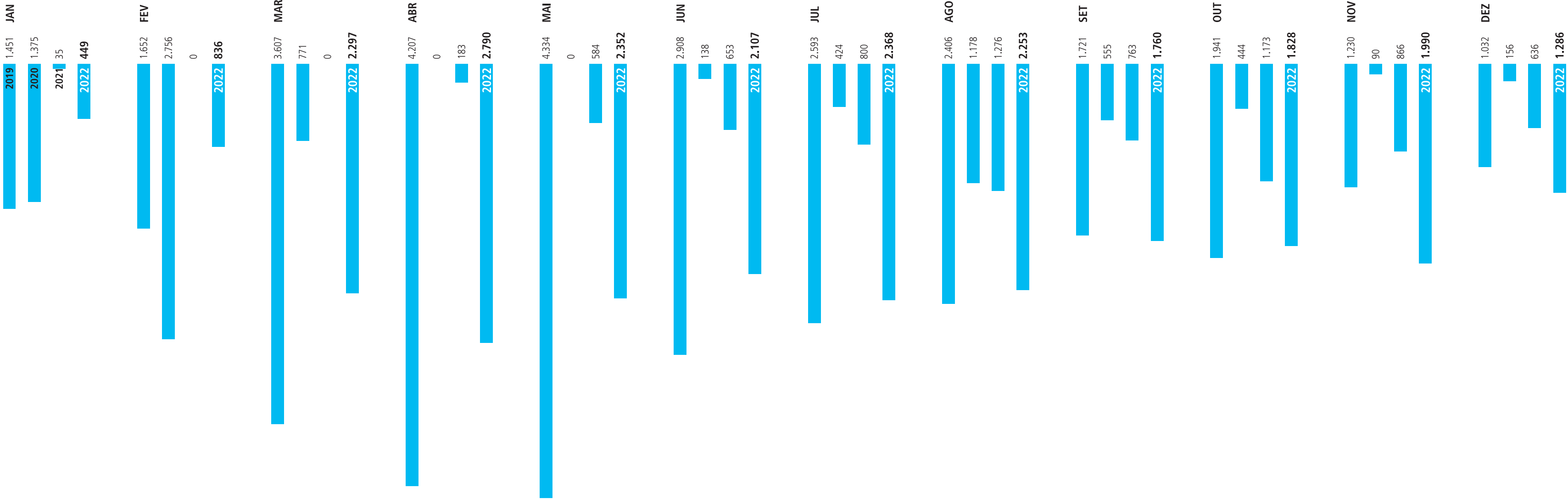
2.6 PROJETOS

No ano 2022 foram realizadas duas celebrações muito relevantes para o Museu do Carro Eléctrico: os 150 anos de história da STCP e os 30 anos da sua existência.

É neste enquadramento que, ao nível da coleção, se verificou uma grande intervenção de restauro no carro Americano, dado o seu destaque na exposição permanente do Museu pelo seu envolvimento histórico e emblemático no início do transporte sobre carris. A intervenção a que foi sujeito teve dois grandes momentos, os trabalhos levados a cabo por uma empresa de restauro na recuperação de toda a carroçaria e a recuperação estrutural ao nível do chassis executada pelas oficinas da Unidade do Carro Elétrico, o que permitiu que este veículo, após vários anos de ausência nas ruas do Porto, liderasse o desfile de carros elétricos.

VISITANTES (INCLUI GRATUITOS)

Da análise global do ano salienta-se a recuperação do número de visitantes ao Museu, aumentando de cerca de 7 mil visitantes, em 2021, para 22,3 mil em 2022. No entanto, ainda longe dos valores atingidos em 2019, ano pré-pandemia, o número de visitantes representa 75% dos de 2019. Verifica-se que é principalmente no público escolar que a procura apresenta maior diferencial.



2.7 MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

ALUGUERES

Os serviços de aluguer de **carro elétrico** destacam-se pelo seu impacto significativo na receita do museu, correspondendo a cerca de 40% do total da sua estrutura de receita. Mantém-se neste tipo de serviço a procura de agências que trabalham diretamente com navios e o aumento crescente deste tipo de turismo na cidade. No ano de 2022 foram realizados 186 serviços de aluguer de carro elétrico aos quais foram alocados 249 carros elétricos.

Os alugueres de **espaços** foram pouco representativos na atividade do museu ao longo de 2022. No total foram realizados três eventos para clientes externos, mantendo-se o Museu como palco habitual durante o ano para a realização de eventos internos, de que se salienta a festa dos 25 anos.

SERVIÇO EDUCATIVO

Apesar de haver um decréscimo na procura por parte das escolas, o público escolar continua a constituir uma parte importante da atividade pela missão e objetivos que pretende alcançar, na divulgação da história do carro elétrico.

Também uma das consequências do período pandémico foi a suspensão das atividades com teatro pelo que não se praticaram ao longo do ano de 2022 as modalidades escolares com esta valência, mantendo-se apenas a oferta das modalidades de visita com mediação, à qual poderia associar-se o serviço de viagem de carro elétrico.

Face a 2021, o público escolar aumentou de cerca de 700 alunos para aproximadamente 6.000 alunos, que correspondem a 146 serviços nas modalidades escolares. No entanto, face a 2019, pré-pandemia, apenas representa 55% dos alunos. Os meses altos de procura nesta atividade são de março a junho.



DESTAQUES DA PROGRAMAÇÃO

No dia 15 de maio foi realizado o **Desfile de Carros Elétricos**. Com este evento a STCP deu o arranque oficial às comemorações dos 150 anos (1872-2022) de mobilidade e início do transporte de passageiros através dos vários sistemas de tração de que hoje é herdeira. Na edição de 2022 foi o carro Americano, restaurado, que assumiu destaque no desfile, evento que contou também com a atuação do Rancho Folclórico do Porto na recriação da sua viagem inaugural, a 15 de maio de 1872.

No dia 18 de maio, **Dia Internacional dos Museus e Aniversário do Museu do Carro Elétrico**, celebrou-se o 30º aniversário (1992-2022). Esta é também uma data significativa, sendo o dia em que é assinalado internacionalmente, de reflexão sobre o papel do Museu nas comunidades. Em 2022, o Dia Internacional dos Museus foi dedicado ao tema "O Poder dos Museus", e o Museu aderiu à iniciativa com uma atividade de exibição e integração dos veículos de trabalho e apoio da sua coleção. O Museu esteve aberto no seu período normal e a entrada foi gratuita.

O Museu do Carro Elétrico foi palco da 5ª edição do **MobLab Congress – Congresso Anual da Mobilidade Inteligente**, que se realizou nos dias 6 e 7 de julho. A STCP é parceiro oficial deste congresso. O evento reuniu especialistas que debateram temas como a mobilidade, tecnologia, transportes, logística e cidades inteligentes.

DIAS ESPECIAIS

Várias atividades foram desenvolvidas ao longo do ano, alusivas a datas específicas, comemorativas ou festivas, salientando-se:

O **Dia dos Namorados** com passatempo na página de *Facebook* da STCP e páginas *Instagram* STCP e Museu do Carro Elétrico, que consistiu na atribuição de um prémio a quem comentasse a data, 14 de fevereiro, nos sítios *web* indicados. O prémio era constituído pela oferta de uma viagem exclusiva num carro elétrico da coleção do Museu até ao Passeio Alegre e regresso.

O **Dia Internacional da Mulher** foi assinalado no Museu do Carro Elétrico com a oferta de gratuidade às mulheres visitantes. A divulgação foi realizada através das redes sociais e difundida nos painéis eletrónicos dos autocarros nas linhas próximas ao museu.

No **Dia Mundial da Criança**, o museu contribuiu para a ação de distribuição de balões às crianças que viajassem de autocarro ou de carro elétrico nesse dia.

O **Halloween**, foi uma data particularmente festiva no museu. As ações realizaram-se nos dias 29 e 30 de outubro, com uma viagem encenada com figurantes para envolver as famílias num ambiente de acidentados a propósito do desastre do carro elétrico 163 no Cais das Pedras, em dezembro de 1911. Na atividade participaram 89 inscritos, estando a lotação do carro elétrico sobrelotada em ambas as sessões.

Após o sucesso, em 2021, da atividade **O Elétrico de Natal**, em 2022 repetiu-se a iniciativa, mas integrando este veículo decorado no serviço regular de passageiros. Este carro elétrico circulou entre os dias 17 e 22 de dezembro com a ação, permanecendo com as decorações exteriores até ao Dia de Reis, 6 de janeiro de 2023.

Tal como no ano anterior, o veículo da coleção do museu circulou com decoração alusiva à quadra natalícia, transportando o Pai Natal e a Duende, e ao longo das viagens, estes ofereciam a todas as crianças uma lembrança STCP.

An aerial black and white photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban landscape with numerous buildings and a large bridge spanning a body of water. A large white graphic, resembling a stylized '7' or a combination of a '7' and a semi-circle, is overlaid on the right side of the image. The text 'DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO' is written in bold, white, sans-serif capital letters on the left side of the image.

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

3.1 INVESTIMENTO E ALIENAÇÕES

Em 2022, o valor do investimento realizado foi cerca de 2,8 milhões de euros. Destacam-se as obras de requalificação realizadas na Estação de Recolha da Via Norte, no montante de 1,6 milhões de euros e as obras de renovação do posto de abastecimento de gás de Francos, no montante 710 milhares de euros, representando 58% e 25% do investimento, respetivamente.

Em 2022 foram alienados, para abate, 64 autocarros em fim de vida no valor de 159 milhares de euros.

VARIAÇÃO 2022/2021					
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
INVESTIMENTO (MILHARES EUROS)					
Aquisição de Autocarros	17.064	21.527	0	-21.527	-100%
Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos	34	103	48	-56	-54%
Material Circulante	17.098	21.631	48	-21.583	-100%
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	393	576	710	134	23%
Outras Infraestrururas	217	396	1.810	1.414	357%
Infraestruturas	610	972	2.520	1.548	159%
Outros	282	322	244	-78	-24%
Total	17.989	22.925	2.811	-20.114	-88%

VARIAÇÃO 2022/2021					
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
ALIENAÇÕES (MILHARES EUROS)					
	71	139	160	21	15%

3.2 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

- A 31 de dezembro de 2022, os valores do ativo, passivo e capital próprio foram idênticos aos verificados a 31 de dezembro de 2021:
- O Ativo era cerca de 185 milhões de euros, um aumento de cerca de 2 milhões de euros;
 - O Passivo era aproximadamente de 44 milhões de euros, um aumento de 353 milhares de euros;
 - O Capital Próprio era positivo em cerca de 141 milhões de euros, um aumento de 1,6 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2022, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada.

A 31 de dezembro de 2022, não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

VARIAÇÃO 2022/2021					
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
BALANÇO (MILHARES EUROS)					
Ativo Não Corrente	112.233	136.366	133.626	-2.740	-2,0%
Ativo Corrente	35.832	46.396	51.130	4.733	10%
Total do Ativo	148.065	182.762	184.756	1.993	1,1%
Capital Próprio	-313.485	139.340	140.980	1.641	1,2%
Passivo Não Corrente	240.524	23.281	23.002	-279	-1,2%
Passivo Corrente	221.026	20.142	20.774	632	3,1%
Total do Passivo	461.550	43.423	43.776	353	0,8%
Total do Capital Próprio e Passivo	148.065	182.762	184.756	1.993	1,1%

3.3 RESULTADOS

Em 2022 os **Rendimentos** foram 69,3 milhões de euros, aumentando 8,1 milhões de euros relativamente a 2021:

- A Receita de Transporte aumentou 11,8 milhões de euros fruto do crescimento da procura;
- As Compensações por Obrigações de Serviço Público (OSP), diminuíram cerca de 5,7 milhões de euros;
- Os Outros Subsídios à Exploração cresceram cerca de 1,7 milhões de euros, explicado pelas verbas extraordinárias de apoio ao combustível;
- Os Outros Rendimentos registaram um aumento de 361 mil euros destacando-se o aumento da imputação de subsídios ao investimento em 145 mil euros.

Os **Gastos Operacionais** foram de 79,7 milhões de euros, aumentando cerca de 15,8 milhões de euros face a 2021:

- Os Materiais Consumidos e Fornecimentos e Serviços Externos atingiram os 37,4 milhões de euros, um aumento de 13,9 milhões de euros, devido essencialmente ao acréscimo dos gastos com energia em 14 milhões de euros;
- Os Gastos com Pessoal foram cerca de 34,2 milhões de euros, aumentando 1,2 milhões de euros. Esta variação é justificada essencialmente pelo aumento salarial de 2%;
- Os Outros Gastos ascenderam a 518 mil euros, apresentando uma redução de 21 mil euros;
- As Amortizações, no montante de 7,6 milhões de euros, aumentaram cerca de 740 mil euros devido ao investimento em autocarros de 2021.

Decorrente do desempenho acima referido dos Rendimentos e Gastos, o **EBITDA Recorrente** 2022 foi negativo no montante de cerca de 2,7 milhões de euros, o que representou um agravamento de 6,9 milhões de euros relativamente a 2021.

O **Resultado Não Recorrente** atingiu o valor positivo de 1,7 milhões de euros em 2022, destacando-se o aumento do justo valor dos ativos em propriedades de investimentos, de cerca de 1,8 milhões de euros. A variação face a 2021 foi positiva, no montante de 2 milhões de euros.

O **Resultado Financeiro** foi nulo no ano de 2022 ¹. Dado o valor negativo do **Resultado Antes de Impostos**, o valor da transferência financeira ao abrigo do nº 2 do artigo 40 da Lei n.º 50/2012, é de 8,6 milhões de euros, superior em 5,7 milhões de euros face a 2021.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor final das compensações financeiras de 2021 e 2022, constituídas pelas obrigações de serviço público e pela transferência financeira acima mencionada. O total das compensações financeiras é idêntico para 2021 e 2022, e de cerca de 20 milhões de euros.

O **Resultado Líquido** foi positivo no montante de 84 mil euros, apresentando um valor idêntico a 2021.

¹ De acordo com o Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, que definiu as condições da intermunicipalização, foi assumida pelo Estado a dívida histórica da STCP, por conta de cobertura de prejuízos, deixando de existir gastos de financiamento associados.

VARIAÇÃO 2022/2021					
	RESULTADOS (MILHARES EUROS)	2020	2021	2022	ABSOLUTA %
[1] Contratuais e Acerto.	Receita de Transporte	32.105	33.460	45.223	11.762 35%
	Aluguer de Viaturas	11	26	80	54 207%
	Subsídios à Exploração	12.253	24.315	20.235	-4.080 -17%
	Compensação Financeira Obrigações Serviço Público [1]	7.138	16.941	11.271	-5.670 -33%
	Compensação Financeira Obrigações Serviço Público Adicionais	315	133	0	-133 -100%
	Outros	4.800	7.242	8.964	1.723 24%
	Outros Rendimentos	3.040	3.438	3.800	361 11%
	Rendimentos	47.410	61.240	69.337	8.097 13%
	CMVMC + FSE	18.013	23.458	37.356	13.898 59%
	Gastos com combustíveis (gás, gasóleo e eletricidade)	4.947	10.331	24.286	13.955 135%
	Gastos com Pessoal	31.880	33.048	34.213	1.165 3,5%
	Outros Gastos	515	538	518	-21 -3,8%
	Gastos	50.408	57.045	72.087	15.042 26%
	EBITDA Recorrente	-2.999	4.195	-2.750	-6.945 -166%
	Amortizações	6.004	6.854	7.595	740 11%
	Resultado Não Recorrente [2]	-790	-265	1.739	2.005 756%
	Resultado Operacional (EBIT)	-9.793	-2.924	-8.605	-5.681 -194%
	Resultado Financeiro	-2.462	0	0	0 0,0%
	Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	0	2.924	8.605	5.681 194%
	Imposto sobre o Rendimento	202	83	84	0 0,3%
	Resultado Líquido	-12.053	83	84	0,3 0,3%

VARIAÇÃO 2022/2021					[1] Contratuais e Acerto.
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS (MILHARES EUROS)	2021	2022	ABSOLUTA	%	
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público [1]	16.941	11.271	-5.670	-33%	
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público Adicionais	133	0	-133	-100%	
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	2.924	8.605	5.681	194%	
Total Compensações Financeiras	19.998	19.876	-122	-0,6%	



PESSOAS

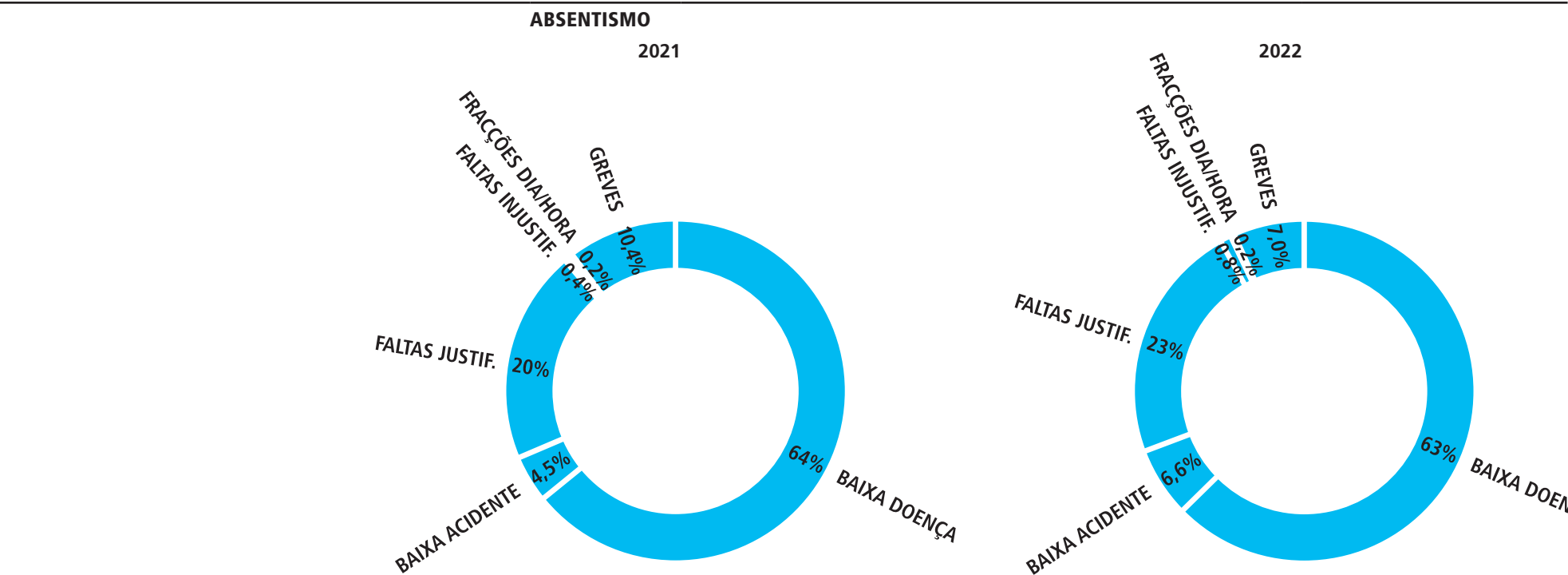
4.1 CARACTERIZAÇÃO

A 31 de dezembro de 2022, o efetivo era de 1.334 colaboradores, menos 1 face a 31 de dezembro de 2021. Foram realizados 40 estágios curriculares e profissionais e foram integrados nos quadros efetivos da empresa, 7 dos estagiários.

O efetivo médio foi de 1.321, registrando um aumento de oito trabalhadores comparativamente com o ano de 2021.

VARIAÇÃO 2022/2021						
[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.	EFETIVO [1]	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Efetivo Total a 31/12	1.333	1.335	1.334	-1	-0,1%
	Pessoal Tripulante	1.003	1.005	1.009	4	0,4%
	Motoristas em funções	983	988	986	-2	-0,2%
	Guarda-Freios em funções	20	17	23	6	35%
	% Pessoal Tripulante	75%	75%	76%	0,4 pp	0,5%
	Efetivo Médio	1.278	1.313	1.321	8	0,6%

VARIAÇÃO 2022/2021						
EFETIVO MÉDIO [1]	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%	[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.
Total	1.278	1.313	1.321	8	0,6%	
Pessoal Tripulante	956	991	997	6	0,6%	
Motoristas em funções	935	973	978	5	0,5%	
Guarda-Freios em funções	20	18	19	1	5,6%	
% Pessoal Tripulante	74,8%	75,5%	75,5%	0,0 pp	0,0%	



O absentismo total foi de 11,1%, mantendo-se igual face ao período homólogo. No entanto, comparativamente com 2020, regista-se um aumento de 2,2 pontos percentuais. O absentismo do pessoal tripulante foi de 12,2%, apresentando um decréscimo de 0,6 pontos percentuais quando comparado com o ano de 2021.

A estrutura da taxa de absentismo de 2022 é explicada por baixa por doença em 63%, seguindo-se as faltas justificadas com 23%.

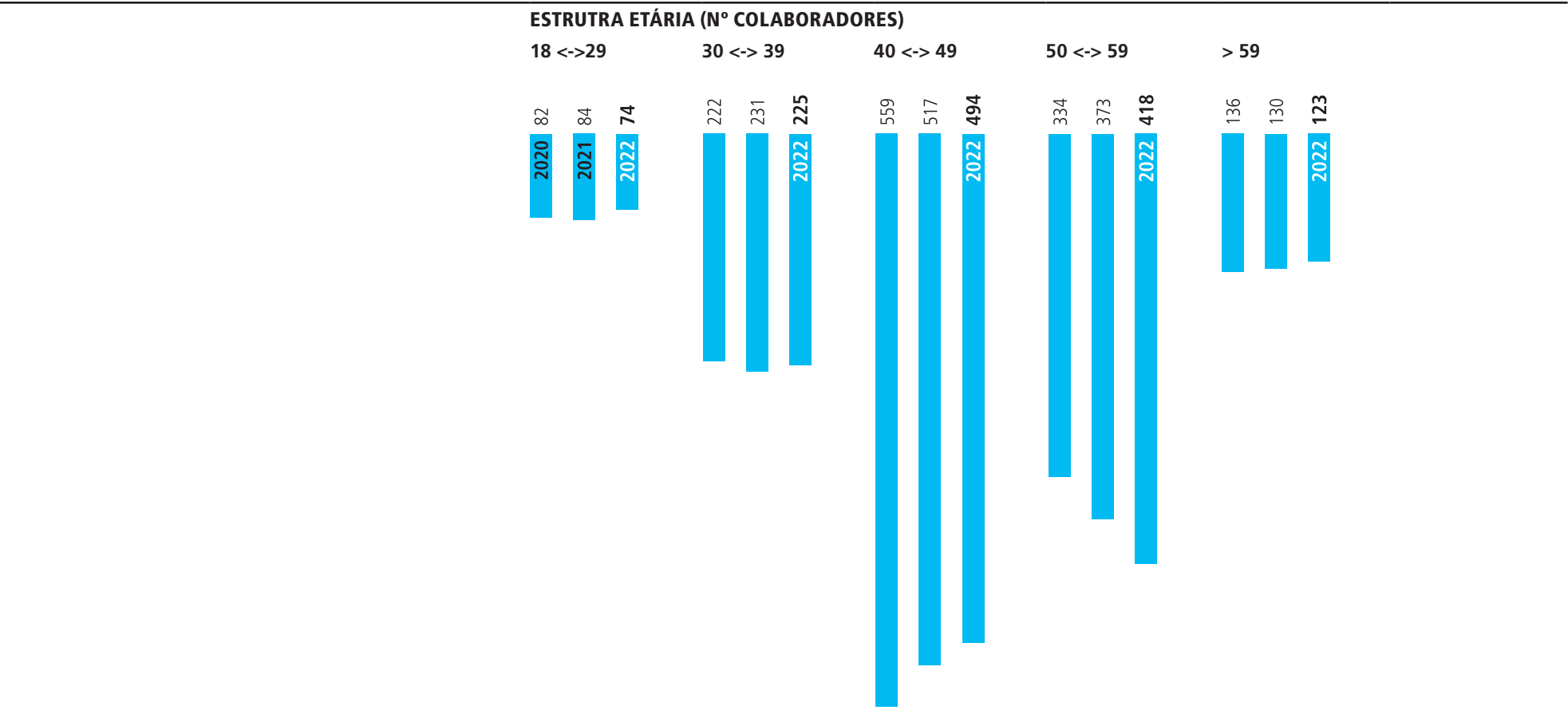
Foram realizadas 93 mil horas extra em 2022, das quais 83 mil de pessoal tripulante representando 89% do total, um aumento face a 2021 de 45% e 53%, respetivamente.

VARIAÇÃO 2022/2021					
[1] Motoristas e Guarda-Freios.	ABSENTISMO	2020	2021	2022	
	Total da Empresa	9,7%	11,1%	11,1%	0,0 pp -0,7%
	Pessoal Tripulante [1]	11,1%	12,8%	12,2%	-0,6 pp -4,8%
	Outro Pessoal	5,4%	6,0%	7,5%	1,5 pp 25%

VARIAÇÃO 2022/2021					
TRABALHO SUPLEMENTAR [1] (MILHARES)	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Horas Extra Total	57	64	93	29	45%
Horas Extra Pessoal Tripulante	48	54	83	29	53%
Custo Total [2] euros	437	497	727	230	46%
Custo Pessoal Tripulante [2] euros	343	392	621	229	58%

[1] Ótica do pagamento

[2] Não inclui encargos com Segurança Social



[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO A 31 DE DEZEMBRO [1]				VARIAÇÃO 2022/2021	
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Estrutura Etária					
18 <-> 29	82	84	74	-10	-12%
30 <-> 39	222	231	225	-6	-2,6%
40 <-> 49	559	517	494	-23	-4,4%
50 <-> 59	334	373	418	45	12%
> 59	136	130	123	-7	-5,4%
Total	1.333	1.335	1.334	-1	-0,1%
Idade Média (anos)	46,1	46,2	46,6	0,4	0,9%
Antiguidade Média Empresa (anos)	15,8	15,8	16,0	0,11	0,7%
% Trabalhadores com Ensino Secundário ou Superior	46,7%	49,4%	51,3%	1,9 pp	3,9%

A idade média dos trabalhadores em 2022 manteve-se em linha com o verificado em 2020 e 2021.
A antiguidade média dos efetivos na empresa manteve-se nos 16 anos.

Verifica-se uma tendência de evolução positiva quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores da empresa. No final do ano de 2022, 51,3% dos trabalhadores tinham como habilitações o Ensino Secundário ou Superior.

O número de mulheres em 31 de dezembro de 2022 era de 144, 11% do total de efetivo.

CARGO DAS MULHERES A 31/12 [1]				VARIAÇÃO 2022/2021		
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%	
Dirigente	2	2	3	1	50%	[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.
Pessoal Tripulante	69	71	74	3	4,2%	
Inspetor	1	3	3	0	0,0%	
Outros	61	64	64	0	0,0%	
Total de Mulheres	133	140	144	4	2,9%	

CARGO DOS HOMENS A 31/12 [1]				VARIAÇÃO 2022/2021		
	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%	
Dirigente	8	8	8	0	0,0%	[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.
Pessoal Tripulante	954	947	947	0	0,0%	
Inspetor	35	38	37	-1	-2,6%	
Outros	203	202	198	-4	-2,0%	
Total de Homens	1.200	1.195	1.190	-5	-0,4%	

A 31 de dezembro de 2022, 97% do total do efetivo estava associado ao modo autocarro e 3% ao modo carro elétrico e museu.

FORMAÇÃO

Em 2022, realizaram-se cerca de 27 mil horas de formação, o que representa um aumento de 4,3 mil horas (+19%) comparativamente com o período homólogo. As horas de formação realizadas pelo pessoal tripulante representam 88% do total das horas e aumentaram 27% face ao ano anterior. No entanto, as horas de formação dos outros colaboradores reduziram em cerca de 19%, traduzindo-se numa diminuição de aproximadamente 715 horas.

O número de trabalhadores envolvidos em formação foi de 878, tendo diminuído 47% face a 2021, e 64% dos quais são pessoal tripulante. Note-se que alguns dos colaboradores estiveram presentes em mais do que uma formação.

Constata-se que, apesar da tendência de o número de horas de formação realizada ter aumentado, fruto da necessidade da maior duração das respetivas ações, tal facto condicionou o número de participações, o que concentrou as horas de formação num menor número de trabalhadores.

Em média, em 2022, os trabalhadores que participaram nas formações realizaram cerca de 31 horas de formação, mais 17 horas face ao ano anterior (+123%). Durante o ano de 2022 a STCP assegurou a formação contínua para a renovação do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM), direcionada a todos os motoristas e inspetores, cuja validade do CAM terminava nesse ano, tendo sido promovidas 30 ações e participado 362 trabalhadores, totalizando 13.032 horas de formação.

Formação efetuada pela Encarregada de Proteção de Dados:

- DPO PRO, ministrado pela Associação Empresarial de Portugal e pela DPO *Consulting*, com a duração de 48 horas, com início a 23 de maio e termo a 29 de junho de 2022.
- “Pós-graduação avançada em direito da proteção de dados”, ministrada pelo CIDP (Centro de Investigação de Direito Privado) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com início a 12 de outubro de 2022 e termo a 24 de maio de 2023.

VARIAÇÃO 2022/2021						
[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos. [2] Os efetivos afetos às áreas de suporte da STCP estão incluídos no modo rodoviário.	EFETIVO POR MODO DE TRANSPORTE E ATIVIDADE A 31/12 [1]	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
	Motoristas	983	988	986	-2	-0,2%
	Inspetores e Coordenadores	37	42	41	-1	-2,4%
	Abastecedores	41	41	39	-2	-4,9%
	Outros Operação	25	25	24	-1	-4,0%
	Pessoal Operação	1.086	1.096	1.090	-6	-0,5%
	Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	95	87	85	-2	-2,3%
	Restante [2]	108	120	123	3	2,5%
	Efetivo Modo Autocarro	1.289	1.303	1.298	-5	-0,4%
	Guarda-freios	20	17	23	6	35%
	Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	19	10	7	-3	-30%
	Museu	5	5	6	1	20%
	Efetivo Modo Carro Elétrico e Museu	44	32	36	4	13%
	Total STCP	1.333	1.335	1.334	-1	-0,1%
	% Pessoal Operação	83,0%	83,4%	83,4%	0,1 pp	0,1%
	% Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	8,6%	7,3%	6,9%	-0,4 pp	-5,1%
	% Restante	8,5%	9,4%	9,7%	0,3 pp	3,3%

VARIAÇÃO 2022/2021					
HORAS DE FORMAÇÃO	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Pessoal Tripulante	32.566	18.674	23.732	5.058	27%
Outros Colaboradores	594	3.854	3.139	-715	-19%
Total	33.160	22.528	26.871	4.343	19%
% Pessoal Tripulante	98%	83%	88%	5,4 pp	6,5%

VARIAÇÃO 2022/2021					
NÚMERO DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM FORMAÇÃO	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Pessoal Tripulante	862	1.238	566	-672	-54%
Outros Colaboradores	133	405	312	-93	-23%
Total	995	1.643	878	-765	-47%
% Pessoal Tripulante	87%	75%	64%	-11 pp	-14%

VARIAÇÃO 2022/2021					
NÚMERO DE HORAS EM MÉDIA POR TRABALHADOR EM FORMAÇÃO	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Pessoal Tripulante	38	15	42	27	178%
Outros Colaboradores	4	10	10	1	5,7%
Total	33	14	31	17	123%
% Pessoal Tripulante	113%	110%	137%	27 pp	25%

4.2 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A certificação pela norma ISO 45001 em Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) reforça que o sistema de gestão se mantenha orientado para a melhoria contínua da estrutura de prevenção de acidentes de trabalho, doenças profissionais e lesões dos trabalhadores.

A estrutura desta norma permite o seu enquadramento com as outras duas normas de gestão – ISO 9001 (Qualidade) e ISO 14001 (Ambiente) – pelas quais a STCP possui o seu sistema integrado de gestão certificado. Durante o ano de 2022, manteve-se a identificação dos requisitos legais aplicáveis e a verificação anual da conformidade do cumprimento legal. Refira-se também que o envolvimento dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviço nas medidas de desempenho, através de ação de consulta, e a crescente participação dos colaboradores da empresa, através da sua representação nas atividades de SST e de medidas propostas, foram aspetos que mereceram uma atenção especial. No âmbito das certificações, foram realizadas as auditorias internas por entidade externa e as auditorias pela entidade certificadora.

- Durante o ano de 2022, com vista à segurança e saúde de todos os colaboradores, foram realizadas as seguintes atividades:
- Consultas e participação dos trabalhadores - 2 consultas formais conforme estipulam os requisitos legais, reuniões diversas com trabalhadores sobre as condições de trabalho, bem como consultas a trabalhadores tendo por origem prescrições da Medicina no Trabalho e ainda uma ação de consulta aos trabalhadores prestadores de serviço em permanência na STCP;
 - Revisões dos mapas de apreciação do risco dos vários postos de trabalho;
 - Verificação de várias máquinas e equipamentos de trabalho;
 - Manutenção de equipamentos de combate a incêndio;
 - Visitas técnicas aos postos de trabalho;
 - Formação de acolhimento, a novos trabalhadores, no âmbito da SST;
 - Análises trimestrais para pesquisa de Legionella e consequente implementação de medidas de controlo e prevenção;
 - Coordenação de segurança com empresas externas prestadoras de serviços;
 - Investigação de incidentes/acidentes de trabalho;
 - Elaboração e implementação de Planos de Ação;
 - Acompanhamento da obra de requalificação da Unidade Operacional da Via Norte.

Foram registados 103 acidentes de trabalho no ano de 2022, verificando-se uma redução de 20 acidentes face ao ano anterior (-24%). Os acidentes de trabalho originaram 2.120 dias de trabalho perdidos.

Durante o ano de 2022, continuou a verificar-se uma redução da taxa de gravidade, prosseguindo o decréscimo do número de dias perdidos por acidente de trabalho, correspondendo a uma variação de cerca de -4%. Em sentido contrário, a taxa de frequência e a taxa de incidência registaram um aumento face ao ano anterior, de 9,1% e de 27%, respetivamente.

POSTO CLÍNICO

Durante o ano de 2022, no posto clínico da STCP, foram realizadas 3.128 consultas nas diversas especialidades médicas e assegurados os cuidados de enfermagem, diariamente, na estação de recolha de Francos e duas vezes por semana, na estação de recolha da Via Norte. Verifica-se um decréscimo de 641 consultas, cerca de -17%, comparativamente com 2021.

Foram realizadas 1.703 consultas de medicina do trabalho, um aumento de 62 consultas relativamente a 2021.

VARIAÇÃO 2022/2021					
INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Taxa de Frequência (Tf): (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	42,8	32,6	35,6	3,0	9,1%
Taxa de Gravidade (Tg): (Nº de dias perdidos / Nº de Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	1.297,4	1.017,4	981,2	-36	-3,6%
Taxa de Incidência (TiT): (Nº de acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	80,3	61,5	77,8	16	27%

VARIAÇÃO 2022/2021					
CONSULTAS MÉDICAS	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Clínica Geral	2.092	2.753	2.257	-496	-18%
Estomatologia	393	591	538	-53	-9%
Oftalmologia	68	149	120	-29	-19%
Outras Especialidades	260	276	213	-63	-23%
Total	2.813	3.769	3.128	-641	-17%

VARIAÇÃO 2022/2021					
CONSULTAS MÉDICAS	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Medicina Trabalho	902	1.641	1.703	62	3,8%

A STCP disponibiliza acesso gratuito a especialidades médicas e serviço de enfermagem, no Posto Clínico da empresa, localizado em Francos, bem como a participação de medicamentos, nos casos previstos nas normas em vigor.

É efetuado o pagamento de uma participação fixa aos trabalhadores com filhos até aos 6 anos de idade, que frequentam infantários.

Desde maio de 1975 que a STCP possui um plano de benefícios para os seus trabalhadores, calculados com base numa fórmula fixada, e pagos desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros, valor em vigor desde 2007².

CELEBRAÇÃO DOS 25 ANOS AO SERVIÇO DA STCP

Foram homenageados, no dia 13 de dezembro, os trabalhadores que completaram 25 anos ao serviço da empresa em 2022. O evento decorreu no Museu do Carro Eléctrico, tendo também sido distinguidos os colaboradores que cessaram o vínculo com a STCP, por reforma, nesse ano.

COLÓNIA DE FÉRIAS 2022

O Centro Cultural realizou, mais uma vez, a Colónia de Férias para os filhos dos seus associados. A colónia contou com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos. Visitas temáticas, passeios lúdicos e jogos didáticos fizeram parte da programação. Entre as diversas atividades, as crianças foram à praia de Leça, à piscina das Marés, ao Parque Aquático de Guimarães, ao Zoo Santo Inácio e, claro, ao Museu do Carro Eléctrico, onde ficaram a conhecer melhor a história da empresa onde os pais trabalham.

COMUNICAÇÃO INTERNA – NEWSLETTERS

A *newsletter* interna foi editada de forma regular, com edição semanal, num total de 52 edições. Prosseguiu a sua afirmação como canal de comunicação da empresa com os colaboradores e passou a ser enviada também através do canal telemóvel, em complemento ao email a que todos têm acesso.

Os temas que suscitaram maior interesse foram a Visita da Delegação da Assembleia Municipal à STCP, a saída de colaboradores, Festa dos 25 anos, as Campanhas Eu Confio em Ti e Poupar o Futuro, a mensagem da Presidente do Conselho de Administração no lançamento das comemorações dos 150 de serviço da STCP.

Em 2022, no alinhamento com os valores da empresa e no sentido de se conseguir uma melhor prestação de serviço ao cliente, surgem duas campanhas internas: “Eu confio em Ti” e “Poupar o Futuro”.

MARKETING INTERNO – POUPAR O FUTURO

O ano de 2022 registou preços máximos de energia nunca antes verificados. Num contexto de profunda crise energética, Portugal respondeu ao repto da redução voluntária de 15% do consumo energético lançado aos Estados-Membros da União Europeia com o Plano de Poupança de Energia 2022-2023. Aliando-se a estes objetivos, a STCP desenvolveu a partir de meados de outubro uma campanha de sensibilização transversal sobre a economia de energia e água, incentivando todos os colaboradores a adotarem boas práticas de poupança de energia em todas as atividades, no âmbito profissional e pessoal: desligar luzes, computadores, aparelhos e ar-condicionado, fazer uso racional da água, em todas as deslocações privadas usar transporte público ou partilhado, entre muitas outras.

MARKETING INTERNO – EU CONFIO EM TI

A campanha, destinada aos motoristas, teve como principal foco a qualidade de serviço, abordando temas de crucial importância: segurança, acessibilidade e consciência ambiental. A narrativa da campanha “Eu confio em Ti” desenvolveu-se em torno dos testemunhos de vários clientes da STCP que deram voz à importância que os motoristas de autocarro têm no dia a dia das pessoas. Foram criados cinco vídeos sobre cinco situações específicas – acionamento do travão de parque, uso correto do telemóvel, prevenção de quedas a bordo, acessibilidade e preocupação ambiental – que mostraram a gratidão dos clientes aos motoristas por cuidarem das suas vidas, da sua segurança e do seu futuro. Estes vídeos foram complementados por ações de ativação nas salas dos trabalhadores com sensibilização presencial.

Foram acionados vários pontos de contato inusitados, como oferecer um pequeno almoço especial aos motoristas, ir aos principais terminos para oferecer brindes, decorar salas de convívio ou pintar o chão da parada com lembretes importantes para a nossa operação, como seja “não esqueça o travão de parque”. A campanha também foi veiculada em canais digitais, com destaque para a *landing page* euconfioemti.pt, o *YouTube* e *LinkedIn*.

Numa perspetiva comercial, a campanha visou a satisfação dos nossos clientes reforçando o foco num serviço de excelência: ter em atenção as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida, ter uma condução mais silenciosa e segura ou reduzir a poluição sonora nas cidades. Do ponto de vista operacional, o impacto dessas melhorias também representa poupanças para a empresa: uma condução mais ecológica e defensiva significa maior economia de combustível, menos gastos com acidentes e menos vítimas de acidentes de trabalho ou em viagem. Através de questionários internos, foi possível compreender que os colaboradores valorizaram esta iniciativa.

² De acordo o estipulado no Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, e uma vez concretizada a Intermunicipalização da STCP a 1 de janeiro de 2021, todas as responsabilidades formadas ou em formação, para com os trabalhadores que integravam na empresa a 31 de dezembro de 2020, foram transferidas para o Instituto da Segurança Social, I.P..

4.3 BEM-ESTAR

FESTA DE NATAL

No ano 2022, sem as restrições da Pandemia Covid-19, foi possível retomar a Festa de Natal para os Trabalhadores, promovida pelo Centro Cultural dos Trabalhadores, com o apoio da STCP.



FROTA E AMBIENTE

5.1 FROTA

A STCP possui três estações de recolha, duas de autocarros, Francos e Via Norte, e uma de carros elétricos em Massarelos.

A frota da STCP, a 31 de dezembro de 2022, era constituída por sete carros elétricos e 420 autocarros.

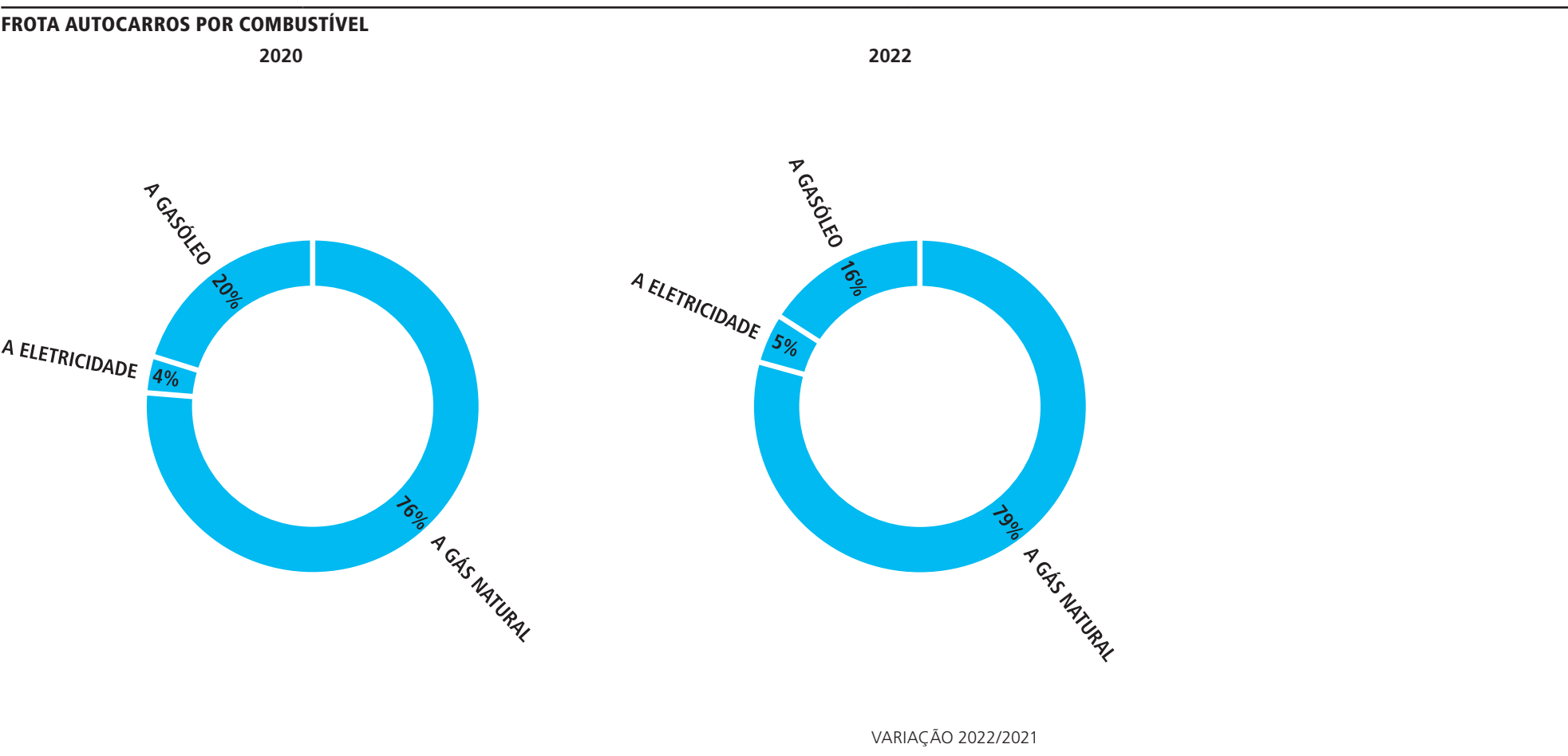
De 2021 para 2022, a única alteração registada na composição da frota foi o abate de 14 autocarros *standard* a gasóleo.

A frota de autocarros elétricos representa 5% do total e a frota a gás natural representa 79%, representando, no seu conjunto, 84% da frota total de autocarros.

IDADE MÉDIA DA FROTA

De 2020 para 2021, com a substituição de viaturas em final de vida a gasóleo e gás natural por novas viaturas a gás natural e elétricas, a idade média da frota diminuiu, tendo o ano de 2022, no entanto sido o primeiro ano desde 2018 em que não se registaram novas aquisições de autocarros novos na frota, foi quebrada a tendência de rejuvenescimento da frota que se verificava desde então, pelo que a idade média da frota de autocarros passou de 6,6 anos em 2021 para 7,1 anos em 2022.

A idade média dos carros elétricos é de 85 anos.



[1] Em 2020 e 2021 a frota era composta por 420 viaturas. No entanto, no final do ano, provisoriamente, tinha 425 e 434, viaturas, respetivamente, devido ao desfasamento temporal entre a receção dos novos autocarros e o abate dos antigos.

A FROTA EM PARQUE	2020	2021	2022	VARIAÇÃO 2022/2021	
				ABSOLUTA	%
Autocarros a Gás Natural	324	333	333	0	0%
Standard	295	304	304	0	0%
Articulados	29	29	29	0	0%
Autocarros a Eletricidade	15	20	20	0	0%
Standard	15	20	20	0	0%
Autocarros a Gasóleo	86	81	67	-14	-17%
Standard	43	38	24	-14	-37%
Articulados	20	20	20	0	0%
2 Pisos	15	15	15	0	0%
Minis	8	8	8	0	0%
Frota de Autocarros [1]	425	434	420	-14	-3,2%
% Autocarros a Gás e Eletricidade	79,8%	81,3%	84,0%	2,7 pp	3,3%
Frota de Carros Elétricos	7	7	7	0	0%
Frota	432	441	427	-14	-3,2%

IDADE MÉDIA DA FROTA A 31/12	2020	2021	2022	VARIAÇÃO 2022/2021	
				ABSOLUTA	%
Frota de Autocarros (anos)	9,2	6,6	7,1	0,5	7,9%

NORMAS EURO

No final de 2022, mais de 65% da frota de autocarros da STCP cumpre as especificações impostas pela Norma Euro VI ou é movida a eletricidade e, como tal, não tem emissões de poluentes associada.

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO E AVARIAS

O rejuvenescimento da frota aumentou a eficiência na vertente operacional, tendo sido registada, conforme se pode observar nas tabelas abaixo, uma tendência de decrescimento na taxa de imobilização e nas avarias.

EMISSIONES DE CO2

A evolução das emissões decorrentes da atividade do transporte público, nomeadamente da combustão do gás natural e gasóleo rodoviários, pode ser analisada na tabela abaixo.

Constata-se que apesar do aumento em 5% nas emissões de dióxido de carbono equivalente resultantes da operação da frota de transporte público em 2022, o aumento registado no número de passageiros levou à melhoria do indicador em termos relativos, passando de 156 para 123g CO2 / Passageiro.km, devido ao já referido aumento do número de passageiros.

NORMAS EURO FROTA				VARIACÃO 2022/2021		
2020	2022	2020	2022	ABSOLUTA	%	
				-2,4 pp	-20%	(*) Inclui a imobilização de viaturas para abate (frota envelhecida, substituída).
				-0,3 pp	-17%	[1] Considera os quilómetros totais realizados por toda a frota de autocarros
TAXA DE IMOBILIZAÇÃO (*)				VARIACÃO 2022/2021		
Modo Autocarro	12,9%	12,4%	10,0%	ABSOLUTA	%	
				-2,4 pp	-20%	
AVARIAS/ 1.000 KMS [1]				VARIACÃO 2022/2021		
Modo Autocarro	1,69	1,65	1,37	ABSOLUTA	%	
				-0,3 pp	-17%	
EMISSIONES CO2				VARIACÃO 2022/2021		
Autocarros a Gás Natural (ton.)	22.174	25.142	26.919	ABSOLUTA	%	
Autocarros a Gasóleo (ton.)	7.672	4.743	4.581	-162	-3,4%	Nota: Fator de conversão unidade energia a CO2: Valores utilizados de acordo com o aviso POSEUR-07-2018-02.
Total (ton.)	29.846	29.885	31.500	1.615	5,4%	
CO2 / Passageiro.km (gramas)	161,5	156,4	122,9	-34	-21%	

5.2 AMBIENTE

Na STCP, a gestão ambiental procura incessantemente aprimorar o seu desempenho mediante uma abordagem planeada e estruturada, envolvendo não só a sua estrutura interna, mas também todos os demais fatores que sejam suscetíveis de causar ou vir a causar danos ao meio ambiente ou, simplesmente, que possam orientar os seus processos visando a sustentabilidade.

Através de uma abordagem proativa de melhoria contínua, a STCP almeja garantir que todas as atividades realizadas por si ou em seu nome sejam executadas de forma a minimizar ao máximo possível os impactos ambientais e, por conseguinte, causar o mínimo impacto na comunidade em seu redor.

Assim, são considerados os potenciais impactos de todas as atividades realizadas pela empresa, focando-se na sua minimização desde a fonte de origem.

ENERGIA

O setor de transporte utiliza uma grande quantidade de energia, havendo necessidade de consumo de combustíveis tanto para a operação das viaturas, como para as instalações de suporte operacional.

A STCP, enquanto empresa enquadrada no âmbito do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia para os Transportes, considera os fatores de conversão constantes na Portaria nº 228/90 para quantificar o consumo dos três tipos principais de combustíveis que consome, nomeadamente gás natural, gasóleo e eletricidade.

Durante 2022, a STCP consumiu um total de 13.981 TEP (tonelada equivalente de petróleo), sendo 95% correspondente à frota de serviço público e 5% às instalações. Face a 2021, regista-se um aumento de cerca de 5% no consumo bruto de energia, fruto do aumento de combustível da frota como consequência do aumento dos quilómetros percorridos.

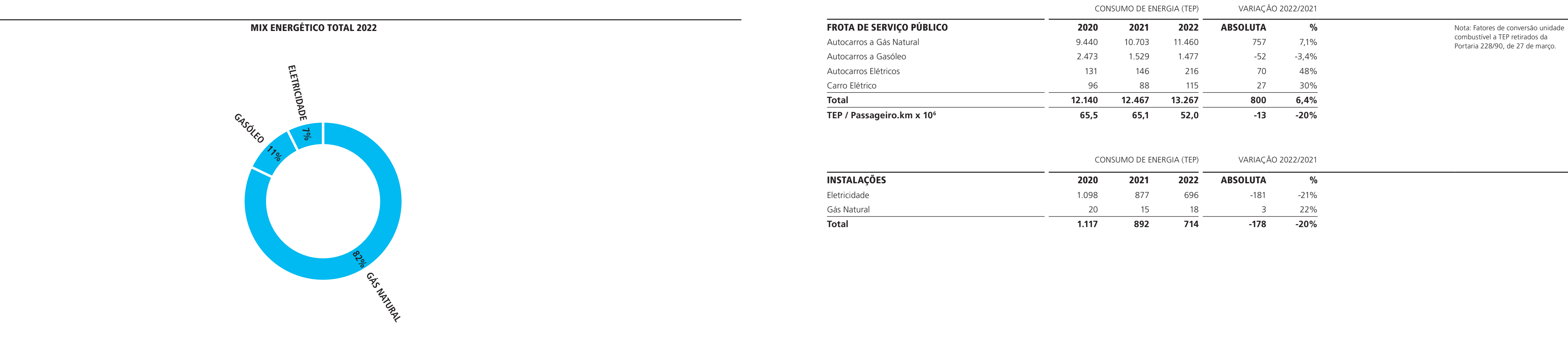
À semelhança do que tem ocorrido historicamente, em 2022, cerca de 93% do consumo energético da STCP está associado ao consumo de combustíveis (gás natural, gasóleo e eletricidade) pela frota de transporte público.

De 2021 para 2022, verificou-se uma melhoria do indicador relativo ao consumo de energia por Passageiro Km, explicada pelo crescimento no número de passageiros transportados.

O consumo energético associado às instalações diminuiu de 2021 para 2022, destacando-se a redução verificada na estação da Via Norte, explicada principalmente pela atualização e melhoria da rede de distribuição de energia elétrica e substituição de equipamentos, decorrentes das obras de requalificação nesta instalação, que duraram praticamente todo o ano 2022.

Por outro lado, a evolução das obras de alargamento da rede da Metro do Porto levou à suspensão da operação de duas Linhas do Carro Elétrico, pelo que as subestações elétricas de tração que alimentam a rede e catenária nas zonas respetivas tiveram consumos elétricos mais reduzidos comparativamente com os anos anteriores.

Durante 2022, a eletricidade usada para alimentar as instalações de média tensão, incluindo o carregamento de autocarros elétricos e a tração dos carros elétricos, foi proveniente de fontes 100% renováveis.



ÁGUA

A STCP recorre a água proveniente da rede pública para consumo humano e de captações subterrâneas para operações de lavagem, limpeza e outras atividades industriais.

Em 2022, constatou-se um aumento do consumo da água de 31%, proveniente das captações, devido ao aumento da frequência das lavagens das viaturas de transporte público.

RESÍDUOS

A gestão de resíduos é uma atividade que está em constante processo de melhoria, dado que varia consoante os processos e materiais de uma organização.

Existindo, além de uma variedade de atividades da própria STCP, vários prestadores residentes nas instalações, é feito um esforço para que as práticas de todos os intervenientes estejam alinhadas com aquilo que é a política da STCP em questões ambientais.

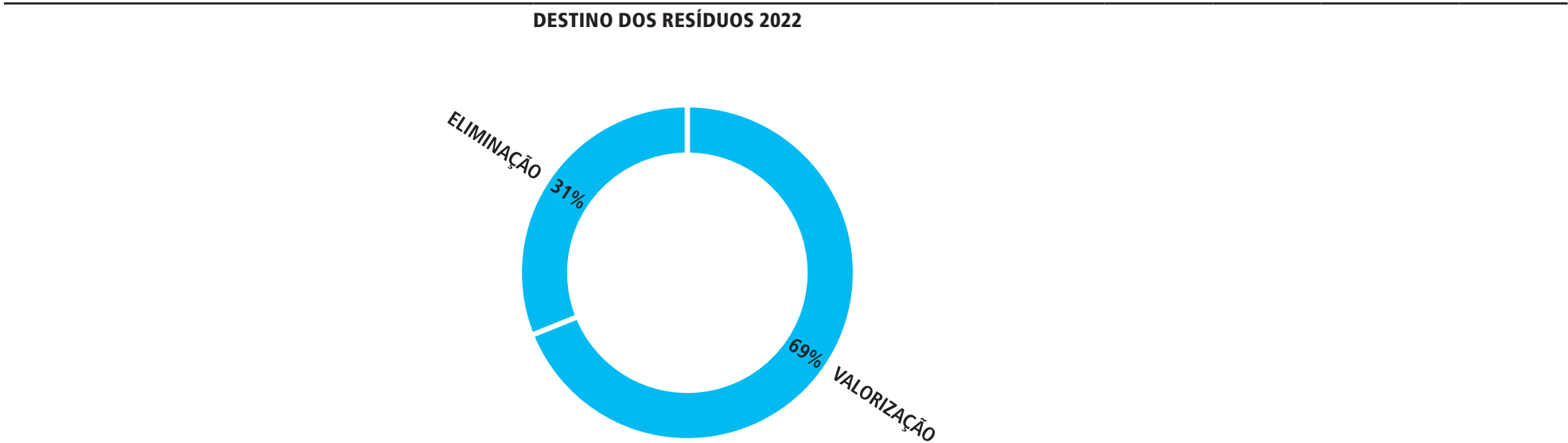
A maior parte dos resíduos produzidos é recolhida e gerida por operadores devidamente licenciados, sendo uma pequena parte remetida para o sistema de recolha municipal.

Em 2022 foram produzidos um total de 1.063 toneladas de resíduos, correspondendo a uma redução de cerca de 1% face ao ano anterior.

Seguindo a tendência registada nos últimos anos, a maior parte do peso dos resíduos produzidos corresponde a viaturas em fim de vida - em 2022 foram remetidos para desmantelamento 64 autocarros - e águas e lamas oleosas, pelo que os resíduos perigosos representam mais de 90% do total de resíduos remetidos para operadores especializados. Também de forma semelhante a 2021, cerca de 69% dos resíduos recolhidos por operadores especializados foi sujeita a valorização, contribuindo maioritariamente para esta porção a recolha de autocarros em fim de vida e sucata ferrosa.

Na tabela abaixo está discriminada a variação das quantidades dos diversos tipos de resíduos produzidos.

VARIAÇÃO 2022/2021					
	CONSUMO DE ÁGUA [M³]	2020	2021	2022	
	Rede Pública	7.652	7.341	6.939	-402-5,5%
	Captações	21.652	16.907	24.803	7.89647%
	Total Consumo Água	29.304	24.248	31.742	7.49430,9%



		QUANTIDADE PRODUZIDA [KG]			VARIAÇÃO 2022/2021	
ATIVIDADE	RESÍDUO	2020	2021	2022	KG	%
Renovação de Frota	Autocarros em Fim de Vida	808.830	625.325	647.780	22.455	3,6%
Manutenção de Instalações e Frota	Águas e Lamas Oleosas	443.510	343.149	307.165	-35.984	-10%
	Lâmpadas Fluorescentes	261	490	100	-390	-80%
	Sucata Ferrosa	22.975	25.926	52.160	26.234	101%
	Óleos Lubrificantes Usados	11.249	7.029	11.402	4.373	62%
	Acumuladores de Chumbo	6.540	4.124	2.340	-1.784	-43%
	Vidro	3.900	7.540	5.940	-1.600	-21%
	Madeira	4.440	4.660	3.880	-780	-17%
	Absorventes Contaminados	3.546	4.014	4.128	114	2,8%
	Pastilhas de Travão	1.974	1.286	1.472	186	14%
	Embalagens Contaminadas	1.960	9.426	2.117	-7.309	-78%
	Sucata Não Ferrosa	2.750	2.830	0	-2.830	-100%
	Filtros de Óleo	1.502	1.401	1.110	-291	-21%
	Indiferenciados	21.824	31.046	16.163	-14.883	-48%
	Papel e Cartão	4.900	6.088	6.131	43	0,7%
Geral	Equip. Eletrónico Diverso	2.614	1.832	901	-931	-51%
	Embalagens de Plástico	250	350	252	-98	-28%
	Toners de Impressão	135	10	0	-10	-100%
	Resíduos Hospitalares	103	429	91	-338	-79%
Total		1.343.263	1.076.955	1.063.132	-13.823	-1,3%

PARTES
INTERESSADAS



*Luís
Pinto*

Os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo são, simultaneamente, os acionistas e autoridades de transporte da empresa:

A STCP acompanha o cliente e avalia a sua satisfação com o serviço prestado para responder sempre cada vez melhor às suas necessidades de mobilidade.

6.1 ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE

Por via do Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP, celebrado a 10 de março de 2020, os municípios acima referidos foram estabelecidos como Autoridades de Transportes do serviço público prestado pela empresa.

Com o Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, que vigora desde 27 de dezembro de 2020, os municípios atribuem à empresa o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro.

Com a transferência das ações representativas do capital social da empresa do Estado para os municípios de Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, de acordo com a proporção estabelecida no Decreto-Lei que define as condições para a intermunicipalização da empresa. Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro alterado pelo Decreto-Lei nº 175/2019, de 27 de dezembro, em 2021, a STCP passou totalmente para a esfera intermunicipal.

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas entre os seis municípios e a STCP reuniões relativas a questões de ordem operacional e económico-financeira.

O Conselho de Administração da STCP esteve presente nas reuniões mensais da Unidade Técnica de Coordenação (UTC), que reúne os seis municípios acionistas e a Área Metropolitana do Porto (AMP). Foi mensalmente apresentado o Desempenho do Serviço Público da empresa, discutido o Plano de Orçamento e Atividades para 2023 e abordados temas de várias naturezas.

PAGAMENTO NOS AUTOCARROS E CARROS ELÉTRICOS COM MB WAY

A 28 de novembro de 2022, a STCP tornou-se na primeira empresa de transporte a adotar o *MB WAY* como um novo método de pagamento do bilhete de bordo, que permite uma maior comodidade ao cliente.

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

A STCP convidou os seus clientes a participarem num Inquérito de Satisfação, realizado através de uma plataforma *online*, entre novembro de 2021 e 10 de janeiro de 2022, e revelou que a maioria dos 1.157 inquiridos está muito satisfeita com a qualidade global do serviço prestado pela STCP, destacando a segurança da condução, a higiene e limpeza, o conforto e a segurança nos autocarros da empresa, bem como a utilidade da informação que é disponibilizada no *site*. Este documento permitiu identificar e medir os principais *key performance indicators (KPI)* no âmbito da satisfação dos clientes, criar uma base de avaliação comparativa da performance do serviço, identificar áreas de atuação estratégica e realizar uma análise comparativa com os resultados obtidos no último estudo de satisfação global (2014).

Foi desenvolvido um novo modelo de análise que teve em consideração os objetivos do estudo e as atuais necessidades de informação da STCP. O modelo estrutural *European Customer Satisfaction Index (ECSI)* - que a STCP utiliza desde 2003 -, foi a base de desenvolvimento do novo modelo que foi designado Modelo de Satisfação STCP. Embora seja um resultado extremamente gratificante, a STCP está ciente que deve continuar a melhorar o seu serviço, designadamente para ir ao encontro da indicação dos clientes que identificam a pontualidade dos autocarros como um ponto que gostariam de ver melhorado. O estudo revelou ainda que os clientes valorizam a imagem da STCP e reconhecem o contributo da empresa em termos de inovação e ambiente para os concelhos onde residem. Entre os pontos que mais contribuem para uma imagem positiva da STCP está a modernização da frota, a preocupação com o ambiente e a confiança.

APOIO AO CLIENTE

O apoio ao cliente efetuado pela Linha Azul permite ao cliente contactar diretamente com a STCP via telefone ou *email*, quer para obter de imediato as explicações pretendidas, quer para obter informações sobre Perdidos e Achados.

Em 2022, foram identificados pela STCP como Perdidos e Achados, 5.284 itens, dos quais 2.050 foram recuperados pelos seus proprietários.

6.2 CLIENTES

6.3 COMUNIDADE



EVENTOS ESPECIAIS

A STCP é um alicerce diário para a comunidade, não só por transportar milhões de passageiros diariamente, mas também como transportadora oficial de eventos especiais. Após dois anos de paragem motivada pela pandemia Covid-19, a STCP voltou a estar presente nos grandes eventos, adotando horários especiais em dias festivos.

QUEIMA DAS FITAS

A STCP é a transportadora do evento desde 1998. Foram efetuados dois serviços vaivém de ligação direta entre Trindade/ Hospital de S. João e o Queimódromo, junto ao Parque da Cidade. Além de responder a uma necessidade dos clientes estudantes, a STCP promove a proteção ambiental, com o transporte coletivo de passageiros em autocarros articulados de maior capacidade movidos a gás natural, para além de assumir o seu papel social como alternativa ao transporte individual, nomeadamente em resposta à campanha “se beber, não conduza”.



NOS PRIMAVERA SOUND

Foi realizado um serviço especial de vaivém com origem na Praça da Cidade do Salvador e com os Aliados como destino.

OPERAÇÃO ESPECIAL DA STCP NA NOITE DE S. JOÃO

A STCP promoveu uma operação especial para as festas de S. João, que consistiu num aumento de frequência e utilização de viaturas de grande capacidade nos principais eixos de chegada à baixa do Porto.

FESTIVAL MEO MARÉS VIVAS

Foi reforçada e prolongada a linha 906 durante o Festival MEO Marés Vivas 2022, de 15 a 17 de julho.



SERVIÇO ESPECIAL “NOITE BRANCA DE GONDOMAR”

A STCP disponibilizou a 3 de setembro um serviço especial com o objetivo de oferecer uma solução de mobilidade segura, eficiente e económica a todos os participantes.

SERVIÇO ESPECIAL “FESTA DAS NOZES” GONDOMAR

A STCP disponibilizou, aos fins de semana do evento, uma solução de mobilidade, através do reforço no serviço da Linha 800 (Bolhão-Gondomar).

FESTEJOS DE HALLOWEEN

A STCP disponibilizou um serviço especial de *Halloween* na noite de 31 de outubro e madrugada de 1 de novembro, que consistiu no reforço de frequência e no aumento de capacidade dos autocarros em circulação nas linhas com maior procura nos períodos noturno e de madrugada, de modo a proporcionar um maior conforto aos passageiros.



DIÁLOGO PERMANENTE COM AS AUTORIDADES PARA A SEGURANÇA

Aliado ao transporte de passageiros, a STCP procura garantir a segurança de pessoas e bens, pelo que tem mantido uma colaboração direta com as Autoridades Policiais, Judiciárias e de Investigação nos municípios onde opera, seja por sua iniciativa ou por resposta a solicitações das entidades oficiais.

A empresa, em colaboração com o Comando Metropolitano do Porto da PSP, tem realizado uma série de ações de fiscalização a bordo dos seus autocarros, apoiada por elementos policiais, em pelo menos duas das zonas mais problemáticas onde opera, no sentido de garantir aos seus colaboradores, clientes e comunidade em geral a segurança que se deseja para o transporte público urbano rodoviário de passageiros.

A STCP também colabora com as diversas autoridades de investigação criminal no âmbito da cedência de imagens de videovigilância, sempre que estas são solicitadas no decorrer de processos relacionados com eventuais incidentes a bordo dos seus autocarros.

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto 4. PESSOAS deste relatório.

Ao longo de todo o ano de 2022, foi mantido um estreito relacionamento com as diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores tendo em vista alcançar plataformas de entendimento comum, equilibrando os interesses da empresa e dos seus trabalhadores.

6.4 COLABORADORES

Em maio de 2022, foram alcançados com várias Organizações Sindicais, compromissos negociais no âmbito da contratação coletiva de trabalho na STCP, para o biénio 2022-2023, quanto aos termos da atualização da tabela salarial, com eliminação de escalões, atualização do valor dos complementos salariais, da revisão do Sistema de Evolução Profissional (SEP), nova tabela de diuturnidades e formação Certificado de Aptidão do Motorista (CAM).

Ainda durante o ano 2022, em virtude do esforço adicional colocado no mesmo processo negocial, foi possível suspender entre 1 maio de 2022 a 20 junho de 2022 a única greve que vigorou na empresa nesse ano, decretada por uma Organização Sindical, pese embora não tenha sido possível alcançar os consensos necessários, que permitissem manter a suspensão após esse período.

A empresa manteve em 2022 o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração, procurando convergir esforços e envolvimento dos trabalhadores, em prol do desenvolvimento da empresa e melhoria das condições de trabalho.

Num contexto em que o índice de sindicalização geral se situa nos 87%, onde os trabalhadores filiados se encontram distribuídos por 6 organizações sindicais, onde vigoram 3 acordos de empresa, o ano de 2022 ficou marcado por um forte empenho por parte da empresa no sentido da obtenção de consensos e da criação de alicerces para o fomento da paz social.

A empresa possui um Regulamento para Fornecedores, cuja última atualização data de 2020, e especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser satisfeitos pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à STCP, E.I.M., S.A. assim como a todas as atividades realizadas nas suas instalações ou em seu nome. O regulamento pode ser consultado no site da STCP. A STCP rege-se pelo Código da Contratação Pública, quando aplicável, e pelos procedimentos internos em vigor.

O prazo médio de pagamento (PMP)³ em 2022 foi de 57,9 dias, registando um decréscimo de 19,4 dias relativamente a 2021. Este decréscimo é justificado pela diminuição do valor da dívida a fornecedores de investimento em 2022, relativamente a 2021.

A dívida a fornecedores vencida⁴ a 31 de dezembro de 2022 euros era de cerca de 147 mil euros, e referente essencialmente a faturas em regularização e conferência.

³ Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro e com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

⁴ No âmbito do estipulado no artigo 1º, do DL 65-A/ 2011, de 17 de maio.

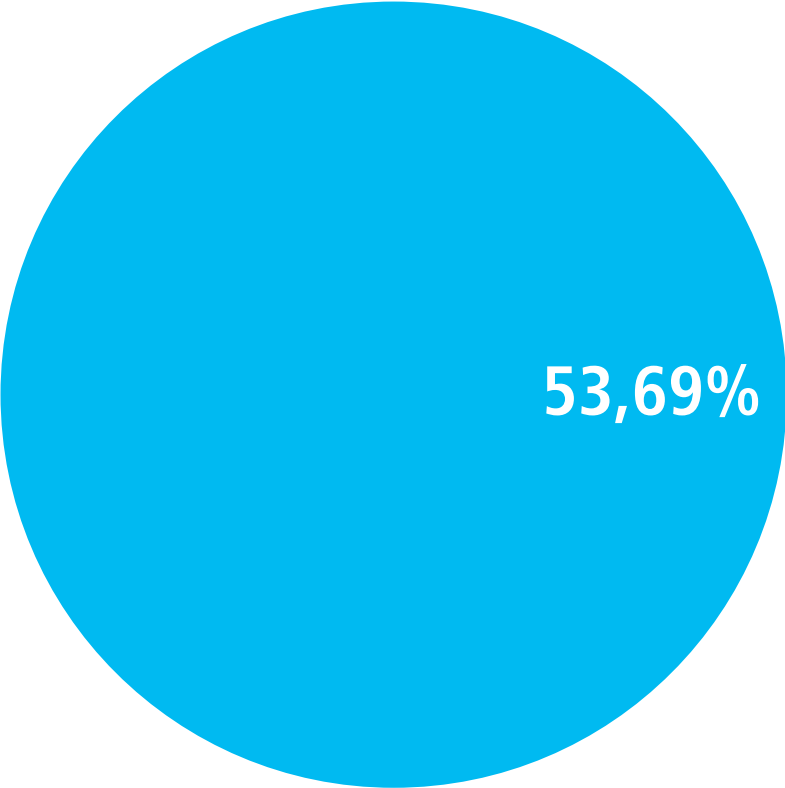
6.5 FORNECEDORES

VARIAÇÃO 2022/2021					
PMP	2020	2021	2022	ABSOLUTA	%
Prazo (dias)	48,4	77,4	57,9	-19,43	-34%

VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)					
DÍVIDAS VENCIDAS ⁴	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS	TOTAL
Total	55.703	9.119	56.214	25.524	146.560



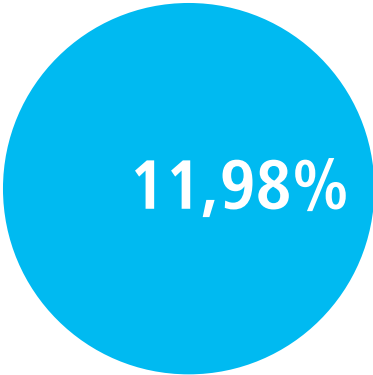
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



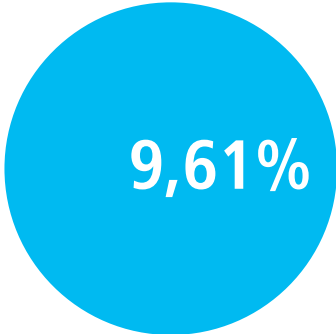
Município do Porto
titular de 9.664.200 ações, num total de 48.321.000,00 euros,
que representa 53,69% do capital.



Município de Vila Nova de Gaia
titular de 2.167.200 ações, num total de 10.836.000,00 euros,
que representa 12,04% do capital.



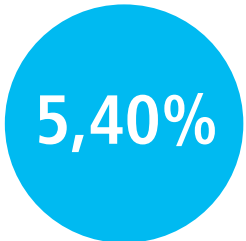
Município de Matosinhos
titular de 2.156.400 ações, num total de 10.782.000,00 euros,
que representa 11,98% do capital.



Município da Maia
titular de 1.729.800 ações, num total de 8.649.000,00 euros,
que representa 9,61% do capital.



Município de Gondomar
titular de 1.310.400 ações, num total de 6.552.000,00 euros,
que representa 7,28% do capital.



Município de Valongo
titular de 972.000 ações, num total de 4.860.000 euros,
que representa 5,40% do capital.

A STCP, E.I.M., S.A. é uma
pessoa coletiva de direito
privado, sob a forma de
sociedade anónima, de
capitais exclusivamente
públicos e com natureza
intermunicipal.

7.1 ESTRUTURA
ACIONISTA

A 31 de dezembro de 2022, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000,00 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A sua distribuição pelos acionistas é a seguinte:

7.2 CUMPRIMENTO
DIVULGAÇÕES LEGAIS

Conforme artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que

Não existem sucursais da empresa;
Em 2022 não houve aquisição nem alienação de ações;
Não foram concedidas autorizações, porque não houve negócios, nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais;
A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

RISCO DE TAXA DE CâMBIO

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas. Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 63.568,36, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

RISCO DE TAXA DE JURO

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro. A facilidade de crédito em cartão não está sujeita ao risco de taxa de juro.

DETALHE DA RUBRICA DE CLIENTES, ATENDENDO AO SEU VENCIMENTO E RECUPERABILIDADE		
SEM REGISTO DE IMPARIDADE	2022	2021
CLIENTES C/C	15.650,81	1.044.387,33
Não vencido	2.748,06	1.008.738,53
Vencido	12.902,75	35.648,80
<30 dias	277,00	299,20
<60 dias	529,20	9.591,60
<90 dias	3.595,45	4.146,00
<120 dias	2.100,60	9.400,00
< 180 dias	3.218,20	
>=180 dias	3.182,30	12.212,00
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
CLIENTES C/C	15.630,24	15.630,24
Vencido	15.630,24	15.630,24
>=180 dias	15.630,24	15.630,24
	31.281,05	1.060.017,57

DETALHE DA RUBRICA CORRENTE DE OUTROS DEVEDORES, ATENDENDO AO SEU VENCIMENTO E RECUPERABILIDADE		
SEM REGISTO DE IMPARIDADE	2022	2021
OUTROS DEVEDORES	4.865.821,15	6.025.042,92
Não vencido	1.098.904,95	1.464.302,05
Vencido	3.723.317,49	4.517.142,16
<30 dias	106.630,47	109.789,97
<60 dias	43.580,52	205.382,26
<90 dias	345.960,85	564.673,79
<120 dias	257.907,40	20.988,10
<180 dias	335.876,16	1.121.730,05
>=180 dias	2.633.362,09	2.494.577,99
Depósitos e cauções pagas	43.598,71	43.598,71
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
OUTROS DEVEDORES	47.938,12	47.938,12
Vencido	47.938,12	47.938,12
>=180 dias	47.938,12	47.938,12
	4.913.759,27	6.072.981,04

7.3 MODELO DE GOVERNO

O Modelo de Governo assegura a separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização e encontra-se detalhadamente descrito no Relatório de Governo Societário de 2022.

OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ATÉ 10 DE MARÇO DE 2022, ERAM OS SEGUINTE			
CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS DE 1 DE JANEIRO ATÉ 10 DE MARÇO	ELEIÇÃO	
	Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	30-jun-21	
Vice-Presidente	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	9-dez-21	
Secretária	Isabel do Céu Hora Bernardo	9-dez-21	
	Conselho de Administração		
Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	30-jun-21	
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	30-jun-21	
Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	30-jun-21	
	Fiscal Único [1]		
	Mazars & Associados SROC, inscrita na OROC sob o nº 51 e na CMVM sob o n.º 20161394, representada pelo membro efetivo José Rebouta, inscrito na OROC sob o nº 1023 e na CMVM sob o n.º 20160637. Como membro suplente, Patrícia Alexandra Faria Cardoso, inscrita na OROC sob o nº 1483 e na CMVM sob o n.º 20161093.	30-jun-21	

[1] Data da Assembleia Geral onde é informada a oficialização da designação de todos os municípios, aprovada nas respetivas Assembleias Municipais.

OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA STCP, A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ERAM OS SEGUINTE			
CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS DE 10 DE MARÇO ATÉ 31 DE DEZEMBRO	ELEIÇÃO	
	Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	30-mai-22	
Vice-Presidente	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	30-mai-22	
Secretária	Isabel do Céu Hora Bernardo	30-mai-22	
	Conselho de Administração		
Presidente	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	10-mar-22	
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	10-mar-22	
Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	10-mar-22	
	Fiscal Único [1]		
	Mazars & Associados SROC, inscrita na OROC sob o nº 51 e na CMVM sob o n.º 20161394, representada pelo membro efetivo José Rebouta, inscrito na OROC sob o nº 1023 e na CMVM sob o n.º 20160637. Como membro suplente, Patrícia Alexandra Faria Cardoso, inscrita na OROC sob o nº 1483 e na CMVM sob o n.º 20161093.	22-nov-22	

[1] Data da Assembleia Geral onde é informada a oficialização da designação de todos os municípios, aprovada nas respetivas Assembleias Municipais.

MACROESTRUTURA

A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, A MACROESTRUTURA DA EMPRESA ERA A SEGUINTE:



VISÃO, MISSÃO E VALORES

A **Visão da STCP** é ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do setor do transporte público de passageiros, a nível nacional e europeu.

A empresa tem por **Missão** a prestação de um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP), em articulação concertada com todo o ecossistema⁵, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais, num quadro de inovação, de melhoria contínua, de racionalidade económica, e de sustentabilidade.

A Missão é concretizada de uma forma integrada e equilibrada, em cumprimento das obrigações de serviço público a que está vinculada pelo Contrato de Serviço Público, tendo em consideração as diferentes valências e partes interessadas.

⁵ Arthur D. Little, “The Future of Mobility 3.0”, 2018, pp 62 – Imperativo #9

A empresa assume com os seus clientes os seguintes compromissos:

- Difundir uma informação simples e correta sobre o serviço disponibilizado (seja em condições normais ou em caso de alterações), nos suportes de comunicação disponíveis;
- Estabelecer os horários de modo ajustado à procura, adotando as medidas corretivas identificadas;
- Pôr em prática medidas que melhorem a regularidade de serviço, em paralelo com as entidades responsáveis pela gestão da via pública e da mobilidade;
- Promover e levar a cabo as ações indispensáveis, de maneira a assegurar níveis de segurança elevados no serviço de transporte e na sua utilização, com o propósito de garantir sempre o bem-estar do cliente;
- Disponibilizar uma rede ajustada de vendas, bem como simplificar a compra de títulos de transporte, numa lógica intermodal;
- Manter em bom estado de conservação e limpeza os seus veículos;
- Considerar critérios de eficiência energética e de redução da emissão de poluentes na frota, contribuindo assim para a proteção do meio ambiente;
- Não exercer nenhum tipo de discriminação sobre os passageiros, sobretudo no que confere às tarifas e às condições contratuais;

- Investir na melhoria crescente do acesso das pessoas de mobilidade reduzida aos autocarros.

A STCP reconhece como farol da sua ação identitária **Valores** permanentes e transversais a toda a organização, que concorrem igualmente na definição da Identidade Corporativa. Estes são:

SERVIÇO Assumimos uma orientação inequívoca e permanente de serviço público, na relação com todos os *stakeholders*.
PESSOAS Consideramos as pessoas como origem (interna) e o destino (externo) do serviço prestado pela STCP no território, com respeito pela sua dignidade e equidade.
ÉTICA Disponibilizamos todo o conhecimento e flexibilidade para encontrar as melhores soluções para o Cliente e para a região, formatadas por padrões éticos transparentes.
CONFIANÇA Assumimos a ambição de renovação permanente da confiança do mercado, materializada no reforço da utilização de transporte público e na fidelização dos nossos Clientes.
EXCELÊNCIA Pretendemos proporcionar uma experiência ao Cliente cuja avaliação vá além da simples satisfação.
SIMPLICIDADE A nossa Missão deve ser percecionada em cada interação com os *stakeholders*, por uma comunicação clara, focada e eficaz.

ÓRGÃOS DE STAFF



ÓRGÃOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU COM NATUREZA ESPECÍFICA



ÓRGÃOS BACKOFFICE



ÓRGÃOS OPERACIONAIS



A STCP tem, desde há 14 anos, o Sistema de Gestão certificado. Ao longo deste período tem vindo sucessivamente a efetuar a transição para as versões mais recentes das normas de Gestão da Qualidade (ISO 9001), de Gestão Ambiental (ISO 14001) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001).

Em dezembro de 2009, dando cumprimento à recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, onde estão identificados os principais riscos e as medidas a adotar para a sua prevenção e os mecanismos de controlo interno e externo existentes.

7.4 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

- Destacam-se alguns dos documentos de controlo interno:
- Manual do Sistema Integrado de Gestão;
 - Manual de Estrutura, onde se encontram definidas as atribuições de cada departamento/área da macroestrutura da empresa;
 - Regulamento Interno de Proteção de Dados, já elaborado de acordo com o RGPD e a nomeação de um Encarregado da Proteção de Dados;
 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção;
 - Código de Conduta Anticorrupção;
 - Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, divulgado a todos os trabalhadores, e disponível na *intranet* da STCP;
 - Plano da Igualdade;
 - Medidas de Autoproteção;
 - Política de Prevenção de Acidentes Graves.

Tanto o Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, como o Sistema de Gestão Anticorrupção, implementados na STCP, estão sujeitos a auditorias internas e externas, bem como à verificação da sua conformidade legal. A renovação da certificação do Sistema Integrado de Gestão, depende dos resultados de avaliação destas auditorias.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, e que foi publicado na sequência da aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, a STCP teve que ajustar a sua orgânica interna às obrigações impostas por este documento legislativo.

A implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção de acordo com os requisitos da Norma ISO 37001, foi complementado por forma a dar resposta a estes requisitos.

- Todos os documentos correlacionados com a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas foram revistos e foi efetuada:
- Avaliação dos riscos de corrupção;
 - Identificação das principais áreas de risco de corrupção e infrações conexas no âmbito das atividades desenvolvidas pela STCP;
 - Identificação dos respetivos controlos para a mitigação da ocorrência das situações de risco;
 - Definição dos planos de ação e monitorização dos controlos elencados;
 - Identificação dos respetivos responsáveis.

- Complementarmente, a STCP definiu:
- Política de Gestão Anticorrupção da STCP;
 - Função de Conformidade Anticorrupção e nomeação de responsável interno à organização;
 - Função de Órgão de Governação e nomeação de responsável externo à organização com independência e acesso aos acionistas;
 - Canais de Denúncia: a STCP desde o dia 18 de junho passou a dispor de um “Portal de Denúncias”, criado na sequência da publicação da Lei nº 93/2021, de 20 de dezembro. Esta legislação cria o regime geral de proteção de denunciante de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União Europeia. O Canal de Denúncias da STCP encontra-se disponibilizado tanto no seu Portal interno (*intranet*) como na sua página da *internet*.

Com a implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção, conforme a norma ISO 37001, foram identificados os Riscos e as medidas de mitigação específicas.

Anualmente, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e do Sistema de Gestão Anticorrupção, são realizadas auditorias aos processos da empresa de forma a verificar se é dada resposta aos requisitos estabelecidos, tanto legais, normativos, regulamentares, externos e internos. Estas auditorias permitem avaliar o cumprimento e a eficácia dos processos internos.

7.5 SISTEMA DE GESTÃO ANTICORRUPÇÃO

FACTOS SUBSEQUENTES E PERSPETIVAS PARA 2023



FACTOS SUBSEQUENTES

No dia 13 março de 2023 foi concedido o visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato de aquisição de 48 autocarros elétricos e 24 carregadores duplos, cujo investimento é de cerca de 20 milhões de euros, financiado no montante de 8.443.209,70 euros pelo PRR.

A nível interno, regista-se a revisão da identidade da empresa, com alteração da Visão e Missão.

O ano de 2023 inicia com a incerteza da evolução da inflação e receio de recessão económica, potenciada pela guerra da Ucrânia, sem perspetivas de resolução.

Este cenário macro impacta diretamente na atividade da STCP por duas grandes razões. Por um lado, a evolução dos custos de energia, leia-se gás natural, gasóleo e eletricidade. Por outro, as consequências que poderão advir deste panorama para o retomar dos níveis de procura pré-pandemia.

O ano também será pautado pelo trabalho de preparação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros que entrará em vigor a 1 de janeiro de 2025.

A nível interno, será também um ano de grandes desafios, com a reorganização departamental de recursos humanos, operação e manutenção, que envolverá a maior parte dos trabalhadores da empresa.

Relativamente a metas mais específicas, destaca-se a entrada em operação, no final do ano, de 48 autocarros *standard* elétricos, e a instalação de 24 carregadores duplos, cumprindo o objetivo de renovação e alargamento da frota, de forma a permitir a prestação de um serviço público mais eficiente, em termos ambientais e económicos, apoiando a transição para uma economia de baixas emissões de carbono.

Estão igualmente previstos outros investimentos relevantes, que permitirão aumentar a eficiência da operação, nomeadamente a requalificação do edifício da estação de recolha da Via Norte e os novos sistemas de bilhética e de apoio à exploração e informação ao público (SAEIP), bem como a requalificação do edifício da estação de recolha de Francos, a concluir em 2024.

PERSPETIVAS PARA 2023

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor positivo de 83.754,19 euros (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e dezanove centimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados pelo seu valor global.

Porto, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração

Presidente

Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





CONTAS DO EXERCÍCIO 2022

CONTAS DO EXERCÍCIO 2022

BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS			
ATIVO	NOTAS	2022	2021
Ativo não corrente		133.626.220,75	136.366.054,24
Ativos fixos tangíveis	9	106.082.061,92	111.083.027,14
Propriedades de investimento	13	13.999.500,00	12.223.600,00
Ativos intangíveis	8	218.312,05	216.254,65
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7,15	2.296.565,75	1.690.426,34
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	423.090,47	321.934,26
Créditos a receber	32.4	10.606.690,56	10.830.811,85
Ativo corrente		51.129.691,43	46.396.408,87
Inventários	20	777.659,45	737.012,29
Clientes	29.2.3	15.650,81	1.044.387,33
Estado e outros entes públicos	32.2	1.441.436,49	3.531.247,20
Outros créditos a receber	32.4	22.490.437,84	25.150.789,57
Diferimentos	32.5	1.022.148,73	951.477,05
Outros ativos financeiros	29.1.2.2	12.000.000,00	
Caixa e depósitos bancários	5	13.382.358,11	14.981.495,43
Total do ativo		184.755.912,18	182.762.463,11

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2022	2021
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	29.3.1	90.000.000,00	90.000.000,00
Reservas legais	29.3.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	29.3.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		1.932.644,46	-857.466,08
Excedentes de revalorização	29.3.3	33.361.206,19	33.694.628,71
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.3.4	15.502.088,23	16.318.325,14
Resultado líquido do período	29.3.5	83.754,19	83.499,21
Total do capital próprio		140.980.328,29	139.339.622,20
PASSIVO			
Passivo não corrente		23.001.611,46	23.281.083,50
Provisões	23	12.581.404,74	12.529.894,66
Passivos por impostos diferidos	27	6.699.566,56	6.796.366,64
Outras dividas a pagar - imposto associado	29.3.4	3.720.640,16	3.954.822,20
Passivo corrente		20.773.972,43	20.141.757,41
Fornecedores	32.1	4.483.282,98	6.195.173,72
Adiantamento de clientes		1.605,75	1.618,90
Estado e outros entes públicos	32.2	1.580.762,00	1.456.742,34
Financiamentos obtidos	29.1.1	4.680,69	7.890,73
Outras dividas a pagar	32.3	7.936.995,36	9.721.814,64
Diferimentos	32.5	6.766.645,65	2.758.517,08
Total do passivo		43.775.583,89	43.422.840,91
Total do capital próprio e do passivo		184.755.912,18	182.762.463,11

O Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS
POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados	22	45.302.338,62	33.486.318,93
Subsídios à exploração	24	20.234.867,60	24.315.170,66
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	619.428,41	-6.028,43
Trabalhos para a própria entidade	8,9	1.292,28	4.685,89
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-16.067.402,94	-6.335.038,94
Fornecimentos e serviços externos	32.6	-21.289.012,05	-17.123.350,87
Gastos com o pessoal	30.2	-34.212.501,03	-33.047.664,48
Imparidade de inventários (Perdas/ reversões)	20	-41.966,58	69.363,45
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/ reversões)	29.2.3	-3.827,75	-13.262,71
Provisões (Aumentos/ reduções)	23	-610.132,07	-238.606,85
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas/ reversões)	29.1.2.1		-918,75
Aumentos/ reduções de justo valor	13	1.775.900,00	-75.700,00
Outros rendimentos	32.8	3.798.341,05	3.433.713,58
Outros gastos	32.7	-517.821,45	-538.496,83
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.010.495,91	3.930.184,65
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9	-7.594.950,68	-6.854.496,15
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.605.446,59	-2.924.311,50
Resultados antes de impostos		-8.605.446,59	-2.924.311,50
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	29.3.6	8.605.446,59	2.924.311,50
Imposto sobre o rendimento do período	27	83.754,19	83.499,21
Resultado líquido do período	29.3.5	83.754,19	83.499,21

O Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça



DEMONSTRAÇÃO
DAS ALTERAÇÕES
NO CAPITAL PRÓPRIO

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período de 2021	1	322.080.560,00	74.907,42	25.727,80	-672.992.453,94	34.995.192,31	14.384.096,18	-12.052.956,40	-313.484.926,63
Alterações no período									
Realização de excedentes de revalorização	29.3				1.398.761,80	-1.398.761,80			
Ajustamentos por impostos diferidos					-98.198,20	98.198,20	-571.708,58		-571.708,58
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-1.777.281,21		2.505.937,54	12.052.956,40	12.781.612,73
	2				-476.717,61	-1.300.563,60	1.934.228,96	12.052.956,40	12.209.904,15
Resultado líquido do período	3							83.499,21	83.499,21
Resultado integral	4=2+3							12.136.455,61	12.293.403,36
Operações com detentores de capital no período									
Redução de capital por cobertura de prejuízos		-232.080.560,00			232.080.560,00				
Distribuições					-2.470.700,00				-2.470.700,00
Entradas para cobertura de perdas					443.001.845,47				443.001.845,47
	5	-232.080.560,00			672.611.705,47				440.531.145,47
Posição no fim do período de 2021	6=1+2+3+5	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80	-857.466,08	33.694.628,71	16.318.325,14	83.499,21	139.339.622,20

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período de 2022	6	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80	-857.466,08	33.694.628,71	16.318.325,14	83.499,21	139.339.622,20
Alterações no período									
Realização de excedentes de revalorização	29.3				430.222,60	-430.222,60			
Ajustamentos por impostos diferidos					-96.800,08	96.800,08			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					79.820,07		-816.236,91	-83.499,21	-819.916,05
	7				413.242,59	-333.422,52	-816.236,91	-83.499,21	-819.916,05
Resultado líquido do período	8							83.754,19	83.754,19
Resultado integral	9=7+8							254,98	-736.161,86
Operações com detentores de capital no período									
Redução de capital por cobertura de prejuízos									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas					2.376.867,95				2.376.867,95
	10				2.376.867,95				2.376.867,95
Posição no fim do período de 2022	6+7+8+10	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80	1.932.644,46	33.361.206,19	15.502.088,23	83.754,19	140.980.328,29

O Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	NOTAS	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		45.515.534,05	37.875.472,52
Pagamentos a fornecedores		-48.175.033,10	-26.609.933,26
Pagamentos ao pessoal		-27.486.369,89	-26.531.539,46
Caixa gerada pelas operações		-30.145.868,94	-15.266.000,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		213.014,86	164.380,32
Outros recebimentos/pagamentos		38.379.433,60	12.884.212,35
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.446.579,52	-2.217.407,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-4.695.475,79	-27.053.538,86
Ativos intangíveis		-60.086,28	-150.432,10
Investimento financeiros		-12.100.749,64	-37.267,35
Outros ativos		-52.461,55	-260.229,46
		-16.908.773,26	-27.501.467,77
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		196.299,64	160.064,55
Subsídios ao investimento		1.046.736,50	3.535.044,82
Juros e rendimentos similares		149.947,37	357.297,65
Dividendos		7.820,33	
		1.400.803,84	4.052.407,02
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-15.507.969,42	-23.449.060,75

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

	NOTAS	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		103.374,41	76.457,16
Cobertura de prejuízos do anterior accionista		2.541.151,12	19.256.373,14
Cobertura de prejuízos ao abrigo da Lei nº 50/2012		2.924.311,50	
		5.568.837,03	19.332.830,30
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-106.584,45	-79.079,11
Juros e gastos similares			-165,29
		-106.584,45	-79.244,40
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		5.462.252,58	19.253.585,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.981.495,43	21.394.377,81
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	13.382.358,11	14.981.495,43

O Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1. IDENTIFICAÇÃO
DA ENTIDADE E
PERÍODO DE RELATO

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes – Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto (AMP). Explora os modos de transporte autocarro e carro elétrico.

A sua sede localiza-se na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A 1 de janeiro de 2021, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, e de acordo com ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foi realizada a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A., em que o capital social foi integralmente transmitido do Estado Português para os seis municípios onde a empresa opera: Município de Gondomar, Município da Maia, Município de Matosinhos, Município do Porto, Município de Valongo e Município de Vila Nova de Gaia.

Os efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes deste processo encontram-se descritos na nota 32.10, bem como ao longo das notas do anexo às demonstrações financeiras, sempre que se mostre relevante.

Com a aprovação dos estatutos, em Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, a sociedade passou a denominar-se Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A., abreviadamente STCP, E.I.M., SA, enquadrada pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sucedendo à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., que pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, tinha sido transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e que por sua vez tinha sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e estão apresentadas em euros.

As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8..

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de março de 2023. Contudo, as mesmas serão ainda objeto de aprovação pelo Acionista, em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são valorizadas pelo método de equivalência patrimonial. A Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), n.º 6 do artigo 7º do Decreto-Lei n. 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2. REFERENCIAL
CONTABILÍSTICO DE
PREPARAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2.1. NORMATIVO CONTABILÍSTICO
ADOTADO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

2.2. DERROGAÇÕES AO
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO
ADOTADO

Não aplicável.

2.3. CONTEÚDOS DAS CONTAS
NÃO COMPARÁVEIS

Não aplicável.

3. ADOÇÃO PELA
PRIMEIRA VEZ
DAS NCRF:
DIVULGAÇÕES
TRANSITÓRIAS

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem:

4.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M.,S.A. com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.24.

4.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill a apresentar separadamente, sendo amortizado nos termos previstos no parágrafo 46 da NCRF 14. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento diferido e é reconhecido em rendimento à medida da sua realização.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontre registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

4.4. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

4.5. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

- O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
 - A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
 - O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

- O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
 - A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

4.6. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

4.7. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

- Os contratos de locação são classificados como:
- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
 - Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.8. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.

4.9. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.11. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida foi determinado anualmente, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

4.12. PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

Não aplicável.

4.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

4.14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2019 e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. A STCP imputa a quantia inicialmente reconhecida com respeito a um item do ativo fixo tangível às partes significativas deste e deprecia separadamente cada parte. Uma parte significativa de um item do ativo fixo tangível pode ter uma vida útil e um método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de uma outra parte significativa do mesmo item. Essas partes são agrupadas ao determinar-se o gasto de depreciação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

AS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO UTILIZADAS CORRESPONDEM AOS SEGUINTES PERÍODOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADA:

ANOS DE VIDA ÚTIL					
RUBRICAS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATÉ 1988	1989 E 1990	1991 A 2001	2002 A 2011	2012 A 2022
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 32
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

4.15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação anual efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos / perdas por aumentos / reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

4.16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

4.17. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS EXCLUINDO *GOODWILL*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.18. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

4.19. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.20. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

4.21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subseqüentemente remensurada.

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a *SWAP* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

4.22. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica “Outras reservas”. Tais ganhos ou perdas registadas em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

4.23. AGRICULTURA

Não aplicável.

4.24. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são avaliados no final de cada exercício económico e definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos questão. Em concreto, a STCP tem ajustado a estimativa da vida útil dos veículos automóveis de serviço público, pesado para passageiros de acordo as alterações que vão ocorrendo nas políticas de gestão definidas para estes ativos, nomeadamente programa de manutenção preventiva da frota, características técnicas dos ativos adquiridos, números de anos que se espera poder usar os ativos em condições de segurança e previsão de renovação da frota.

Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis:

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise anual de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma. Em 2022 e 2021, não foram identificados ativos com indícios de imparidade.

Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber:

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Perdas por imparidade em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam. O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. Os saldos de clientes e outras contas a receber são analisados de acordo com a mora e as dificuldades detetadas nas diligências efetuadas pela Empresa para o seu recebimento.

No que respeita às perdas por imparidade de inventários, e de acordo com a metodologia vigente, o valor realizável líquido dos inventários é determinado de acordo com a metodologia dos excessos em armazém para a generalidade dos artigos e para os casos particulares, como os títulos de transporte, fardamento e materiais da via e rede mais relevantes, de acordo com o valor recuperável com o seu abate.

Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento e/ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- i. Processos Judiciais em Curso: de acordo com informação de risco obtida por parte dos Advogados e do Departamento Jurídico interno. De referir que, tendo por base o DL 151/2019, em 01 de janeiro de 2021 a STCP decidiu reconhecer o ativo pelo reembolso esperado dos encargos que se espera vir a suportar no futuro com os processos judiciais em curso relativo a factos anteriores a 31 de dezembro de 2020. O reconhecimento do ativo pressupõe que a STCP considera que é certo que o Estado reembolsará as responsabilidades com provisões que se encontram escrituradas nas suas contas;
- ii. Outros riscos e encargos:
 - Riscos e Encargos com Sinistros com limite da franquia: de acordo com informação dos corretores de seguros, quando possível. Alternativamente, desde 2019 que a STCP considera o valor histórico dos valores pagos nos últimos 6 exercícios anteriores;

4.25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

- Outros riscos e encargos diversos: provisão de acordo com informação obtida por parte do Departamento Jurídico e de Recursos Humanos;
- Provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridos até fevereiro de 1998: apurados pelo Departamento de Pessoas, Cultura e Organização, tendo por base Portaria n.º 11/2000, de 13 de janeiro.

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões:

A 31 de dezembro de 2022 a STCP possuir um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021. Nesta data não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez. É nossa opinião que de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo os impactos contabilísticos da determinação para 2022 desta responsabilidade não seriam materialmente relevantes ou até podem ser nulos.

Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

Conforme o exposto no ponto 29.1.1 e 29.1.3., e apesar de a STCP se manter como outorgante deste contrato, a 1 de janeiro de 2021 e no âmbito da intermunicipalização, a STCP procedeu ao desreconhecimento desta operação. No ano de 2021, os fluxos de caixa desta operação foram assegurados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nas respetivas datas de vencimento.

Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis:

Para os Ativos Fixos Tangíveis é efetuada uma solicitação de avaliação periódica (na maioria das vezes de 3/3 anos) ou sempre que existam indícios de imparidade. Para as Propriedades de Investimento a solicitação de avaliação é anual.

Para o efeito é efetuada uma consulta ao mercado (apenas para avaliadores registados na CMVM), sendo que a adjudicação é efetuada para com base no melhor preço, após aprovação do Conselho de Administração.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Todas as rubricas de disponibilidades encontram-se disponíveis para uso.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	2022	2021
Numerário	148.756,78	112.679,90
Depósitos bancários	13.233.601,33	14.868.815,53
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa	13.382.358,11	14.981.495,43

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

DESIGNAÇÃO SOCIAL	SEDE	% PART.	ATIVIDADE
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Outras atividades auxiliares de transportes terrestres.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	14,7%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

A partir de 2021, no âmbito da nova estrutura de acionistas, mais concretamente do acionista maioritário Município do Porto, a STCP passou também a ser uma outra entidade relacionada com as seguintes empresas:

- GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.
- CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.
- Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M.
- CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.
- Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
- Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.
- Mercado Abastecedor do Porto, S.A.
- AdEPORTO – Agência de Energia do Porto
- Fundo de Investimento Imobiliário
- Associação Porto Digital

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2022 e 2021, encontram-se descritos no capítulo VII do Relatório do Governo Societário.

NO DECURSO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2022 E 2021, FORAM EFETUADAS AS SEGUINTE

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (VALORES APURADOS PELA FATURAÇÃO OCORRIDA EM CADA ANO, LÍQUIDA DE IVA):

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES 2022					
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Serviços obtidos	51.925,84	2.220,46	1.702.988,64	135.249,66	1.892.384,60
Serviços prestados	120.637,57	41.971,13	29.771.437,71	48.804,46	29.982.850,87
Dividendos atribuídos				3.420,09	3.420,09
Compensações financeiras atribuídas	24.892.285,47				24.892.285,47

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES 2021					
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Serviços obtidos	3.424,69		1.297.973,08	139.468,94	1.440.866,71
Serviços prestados	127.824,88		23.734.540,26	28.390,97	23.890.756,11
Dividendos atribuídos				7.007,00	7.007,00
Compensações financeiras atribuídas	11.753.299,80				11.753.299,80

Os saldos das contas a pagar e a receber, bem como o montante das transações, excluem as contas de acréscimos e diferimentos.

A 31 de dezembro de 2022, os valores mais relevantes com entidades relacionadas em contas de acréscimos e diferimentos são os seguintes:

- a) Com os acionistas: Valores a creditar/debitar pela empresa em 2023:
- -4.956 mil euros relativo ao diferencial entre valor final e estimado da comparticipação financeira por obrigações de serviço público relativas ao ano de 2022;
 - 8.605 mil euros relativo à transferência para o equilíbrio financeiro dos resultados antes de impostos do ano de 2022;
- b) Com Associadas: 1.071 mil euros a faturar pela empresa, em 2023, relativo a receita intermodal do mês de dezembro de 2022 e 198 mil euros relativos a comissões a faturar pelas nossas associadas em 2023;

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS EM 2022 E 2021:

SALDOS 2022						
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	2.405.648,06	27.711,16	241.387,37		15.288,52	2.690.035,11
Contas a pagar correntes	51.127,47	11.043,05	19.301,38		2.485,44	83.957,34

SALDOS 2021						
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	3.917.896,38	215,00	1.218.320,18		7.867,62	5.144.299,18
Contas a pagar correntes	479,05		217.146,91		7.431,75	225.057,71

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

DURANTE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM 2022 E 2021, O MOVIMENTO OCORRIDO NA QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS INTANGÍVEIS, BEM COMO NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE, FOI O SEGUINTE:

ATIVOS INTANGÍVEIS 2022						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2022		113.153,02			103.101,63	216.254,65
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2022	88.749,10	5.478.126,84	98.439,49	1.106.517,00	103.101,63	6.874.934,06
Movimentos de 2022						
Adições		30.199,56			2.392,00	32.591,56
Regularizações e transferências						
Saldo a 31.12.2022	88.749,10	5.508.326,40	98.439,49	1.106.517,00	105.493,63	6.907.525,62
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2022	-88.749,10	-5.364.973,82	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.658.679,41
Movimentos de 2022						
Gastos de amortização		-30.534,16				-30.534,16
Saldo a 31.12.2022	-88.749,10	-5.395.507,98	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.689.213,57
Valor líquido a 31.12.2022		112.818,42			105.493,63	218.312,05

ATIVOS INTANGÍVEIS 2021						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2021		59.023,42			51.013,20	110.036,62
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2021	88.749,10	5.380.540,62	98.439,49	1.106.517,00	51.013,20	6.725.259,41
Movimentos de 2021						
Adições		83.887,02			65.787,63	149.674,65
Regularizações e transferências		13.699,20			-13.699,20	
Saldo a 31.12.2021	88.749,10	5.478.126,84	98.439,49	1.106.517,00	103.101,63	6.874.934,06
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2021	-88.749,10	-5.321.517,20	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.615.222,79
Movimentos de 2021						
Gastos de amortização		-43.456,62				-43.456,62
Saldo a 31.12.2021	-88.749,10	-5.364.973,82	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.658.679,41
Valor líquido a 31.12.2021		113.153,02			103.101,63	216.254,65

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida.

Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida ou que tenham sido dados como garantia de passivos.
À data de 31 de dezembro de 2022, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos intangíveis são no montante de cerca de 42 mil euros.

AS AMORTIZAÇÕES FORAM CALCULADAS DE ACORDO COM AS SEGUINTE VIDA ÚTEIS ESTIMADAS:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL	ANOS DE VIDA ÚTIL
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 8
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

MOVIMENTOS OCORRIDOS, NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021, NOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO:

ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO					
	Saldo 01.01.2022	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2022
Projetos de desenvolvimento	83.413,63				83.413,63
Programas de computador	19.688,00	2.392,00			22.080,00
	103.101,63	2.392,00			105.493,63

	Saldo 01.01.2021	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2021
Projetos de desenvolvimento	18.178,00	65.235,63			83.413,63
Programas de computador	32.835,20	552,00	-13.699,20		19.688,00
	51.013,20	65.787,63	-13.699,20		103.101,63

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DURANTE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM 2022 E 2021, O MOVIMENTO OCORRIDO NA QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, BEM COMO NAS RESPETIVAS DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE, FOI O SEGUINTE:

A coluna das adições dos ativos fixos em curso de 2022 inclui 1.292,28 de trabalhos para a própria entidade.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2022									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2022	29.982.120,00	10.066.376,85	67.574.895,89	95.679,62	363.254,31	1.090.331,91	1.413.770,32	496.598,24	111.083.027,14
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2022	30.205.790,19	46.056.437,79	130.569.099,73	725.940,94	4.759.373,51	1.859.999,19	1.413.770,32	496.598,24	216.087.009,91
Movimentos de 2022									
Adições		23.119,49	864.022,64		164.022,12	9.667,23	1.717.809,24	172.480,34	2.951.121,06
Abates / vendas			-1.293.085,75		-8.904,24				-1.301.989,99
Regularizações e transferências			519.776,17				-513.376,17	-372.419,36	-366.019,36
Saldo a 31.12.2022	30.205.790,19	46.079.557,28	130.659.812,79	725.940,94	4.914.491,39	1.869.666,42	2.618.203,39	296.659,22	217.370.121,62
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2022		-35.989.580,22	-62.994.203,84	-630.261,32	-4.396.119,20	-769.667,28			-104.779.831,86
Movimentos de 2022									
Gastos de depreciação		-788.513,76	-6.611.842,52	-23.189,77	-140.870,47				-7.564.416,52
Abates/vendas			1.272.077,95	8.261,64					1.280.339,59
Saldo a 31.12.2022		-36.778.093,98	-68.333.968,41	-645.189,45	-4.536.989,67	-769.667,28			-111.063.908,79
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2022	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Reversão de perdas por imparidade									
Saldo a 31.12.2022	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Valor líquido a 31.12.2022	29.982.120,00	9.300.982,58	62.325.844,38	80.751,49	377.501,72	1.099.999,14	2.618.203,39	296.659,22	106.082.061,92

A coluna das adições dos ativos fixos em curso de 2021 inclui 4.685,89 de trabalhos para a própria entidade.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2021									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
Valor líquido a 01.01.2021	29.982.120,00	10.867.237,17	51.440.247,92	106.691,49	425.977,92	1.092.561,72	712.040,39		94.626.876,61
Ativo bruto									
Saldo a 01.01.2021	30.205.790,19	46.061.603,04	111.714.529,70	1.009.702,85	4.692.837,65	1.859.999,19	712.040,39		196.256.503,01
Movimentos de 2021									
Adições			21.786.857,95	12.150,00	89.456,53		886.695,74	496.598,24	23.271.758,46
Abates / vendas		-5.165,25	-3.117.253,73	-295.911,91	-22.920,67				-3.441.251,56
Regularizações e transferências			184.965,81				-184.965,81		
Saldo a 31.12.2021	30.205.790,19	46.056.437,79	130.569.099,73	725.940,94	4.759.373,51	1.859.999,19	1.413.770,32	496.598,24	216.087.009,91
Depreciações acumuladas									
Saldo a 01.01.2021		-35.193.885,15	-60.274.281,78	-903.011,36	-4.266.859,73	-767.437,47			-101.405.475,49
Movimentos de 2021									
Gastos de depreciação		-797.524,43	-5.836.824,57	-23.161,87	-151.298,85	-2.229,81			-6.811.039,53
Abates/vendas		1.829,36	3.116.902,51	295.911,91	22.039,38				3.436.683,16
Saldo a 31.12.2021		-35.989.580,22	-62.994.203,84	-630.261,32	-4.396.119,20	-769.667,28			-104.779.831,86
Perdas por imparidade acumuladas									
Saldo a 01.01.2021	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Reversão de perdas por imparidade									
Saldo a 31.12.2021	-223.670,19	-480,72							-224.150,91
Valor líquido a 31.12.2021	29.982.120,00	10.066.376,85	67.574.895,89	95.679,62	363.254,31	1.090.331,91	1.413.770,32	496.598,24	111.083.027,14

A empresa solicitou uma avaliação externa e independente (CPU Consultores-Avaliação imobiliária e certificação energética, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no Grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização, com data de referência de 31 de dezembro de 2019.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

- Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:
- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis bem como o relatório da avaliação efetuada em 2015.
 - Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
 - Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
 - Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.

- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

No âmbito da avaliação, o Valor de mercado foi calculado através do Método dos Custos, sendo o terreno avaliado pelo Método de Rendimento-*Discounted Cash Flow* (DCF), pelo critério do valor residual. Nesta valorização foram consideradas duas situações complementares: a área de terreno livre (não ocupada pelas construções existentes) foi valorizada pela sua maior e melhor utilização, de acordo com o PDM em vigor, sendo o valor atribuído à área em causa; a área de terreno ocupada pelas construções atuais foi valorizada com base na sua ocupação efetiva, sendo utilizada a mesma metodologia. Esta metodologia foi utilizada para três dos imóveis operacionais, com terrenos livres afetos.

Para o imóvel Escritórios na Torre das Antas, o valor de mercado foi calculado através do Método do Rendimento-Capitalização Direta e pelo Método de Comparação de Mercado, uma vez que existe comparação direta no mercado tanto de venda como de arrendamento.

CASO OS “TERRENOS E RECURSOS NATURAIS” E “EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES” TIVESSEM SIDO RECONHECIDOS DE ACORDO COM O MODELO DO CUSTO, A QUANTIA ESCRITURADA SERIA, RESPETIVAMENTE, DE:

RUBRICA	2022	2021
Terrenos e recursos naturais	2.174.730,74	2.174.730,74
Edifícios e outras construções	4.485.368,25	4.812.578,47
	6.660.098,99	6.987.309,21

Não se procedeu à divulgação de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, “os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2020, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

À data de 31 de dezembro de 2022, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis são no montante de cerca de 5.366 mil euros.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

11. LOCAÇÕES

11.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 2021 e 2022 não foram celebrados novos contratos de locação financeira.

11.2. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios em 2022 e 2021, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 117.160,78, euros e 145.357,64 euros, respetivamente.

AS RENDAS DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL (INCLUI A COMPONENTE DE OUTROS SERVIÇOS E IVA, QUANDO NÃO DEDUTÍVEL), A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021, APRESENTAM OS SEGUINTES VENCIMENTOS:

ANOS	2022	2021
2022		156.459,67
2023	136.957,93	94.435,60
2024	94.859,49	78.037,79
2025	42.504,97	25.682,98
2026	5.950,00	
Total	280.272,39	354.616,04

MOVIMENTOS OCORRIDOS, NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021, NOS ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO:

(*) A coluna das aquisições, em 2022, inclui 775,05 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo que em 2021, inclui 4.685,89 euros.

	Saldo 01.01.2022	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2022
Edifícios e outras construções	515.539,93	1.679.883,39			2.195.423,32
Equipamento básico (*)	898.230,39	37.925,85	-513.376,17		422.780,07
	1.413.770,32	1.717.809,24	-513.376,17		2.618.203,39

	Saldo 01.01.2021	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates / Alienações	Saldo 31.12.2021
Edifícios e outras construções	201.952,99	313.586,94			515.539,93
Equipamento básico (*)	510.087,40	573.108,80	-184.965,81		898.230,39
	712.040,39	886.695,74	-184.965,81		1.413.770,32

MOVIMENTOS OCORRIDOS, NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021, NA RUBRICA DE ADIANTAMENTOS PARA ATIVOS TANGÍVEIS:

	Saldo 01.01.2022	Aquisições	Regularizações e Transferências	Saldo 31.12.2022
Edifícios e outras construções	496.598,24	7.408,40	-372.419,36	131.587,28
Equipamento básico		165.020,80		165.020,80
Equipamento administrativo		51,14		51,14
	496.598,24	172.480,34	-372.419,36	296.659,22

	Saldo 01.01.2021	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Saldo 31.12.2021
Edifícios e outras construções		496.598,24		496.598,24
		496.598,24		496.598,24

12. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, “os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2019, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

Ficaram na posse da empresa três imóveis catalogados com propriedades de investimento que a 31 de dezembro de 2022 mantinham contratos de arrendamento em curso.

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2022, à aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, a avaliação anterior foi realizada a 31 de dezembro de 2021, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (em 2022, pela STRUTURE VALUE, Lda, perito avaliador inscrito na CMVM com o n.º PAI/2009/0047 e, em 2021, pela UON CONSULTING, S.A., perito avaliador inscrito na CMVM com o n.º PAI/2003/0023).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente para o ano de 2022 e ano de 2021.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas”.

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, tal como definido no SNC, poderá ser equiparado ao “Valor de Mercado”.

Nas avaliações efetuadas em 2022 e 2021, o principal objetivo foi determinar o justo valor dos ativos em avaliação, sendo o Justo valor definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração, ou seja, a estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.

Na determinação do Valor de Mercado foram adotadas as metodologias que melhor se adaptam a cada imóvel em avaliação.

Na avaliação de imóveis correntes, integrados nos sectores de habitação/comércio/serviços, cuja caracterização em termos legais, de localização, estado de conservação, ocupação e uso, permita a sua inclusão num conceito de mercado imobiliário ativo, suportado na existência de dados de mercado em quantidade, que permitam a constituição de amostras com um número suficiente de dados, quer na vertente da “oferta”, quer da “procura”, recomenda-se o recurso à utilização do conceito de “valor de mercado” e ao “método comparativo de mercado” não obstante ter sido dada preferência ao “Método rendimento”, uma vez que os ativos se encontram com contratos de arrendamento em vigor ou com condições de gerar rendimentos futuros constantes.

Para além do Método Comparativo de Mercado, são aceitáveis outras metodologias avaliatórias, de natureza técnico/científica, desde que os seus pressupostos estejam devidamente explicitados e testados, nomeadamente: Método do Valor Residual (ou “Método Involutivo”) Método do Custo de Reposição (ou “Método Evolutivo”), Método do Rendimento (“Capitalização Directa”), Método do Rendimento (“Discounted Cash Flow”).

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor em 2022 e 2021 foram os seguintes:

- Foi fornecida documentação predial, contratos, dados e elementos das condições que atualmente afetam diretamente cada um dos ativos imobiliários;
- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, ocupação, condições, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO EM 2022 E 2021, OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NA RUBRICA DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO, FORAM OS SEGUINTE

(*) Desreconhecimento de quatro imóveis que foram já entregues ao accionista Estado no âmbito da cobertura de prejuízos efetuada a 01.01.2021, com a entrada em vigor do DL 151/2019 (ver nota 32.10).

PROPRIEDADES INVESTIMENTO 2022			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2022	11.270.100,00	953.500,00	12.223.600,00
Variação JV por contrapartida de resultados	1.821.500,00	-45.600,00	1.775.900,00
Saldo a 31.12.2022	13.091.600,00	907.900,00	13.999.500,00

PROPRIEDADES INVESTIMENTO 2021			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2021	13.346.544,00	1.423.456,00	14.770.000,00
Entrega dos imóveis ao Accionista (*)	-2.037.344,00	-433.356,00	-2.470.700,00
Variação JV por contrapartida de resultados	-39.100,00	-36.600,00	-75.700,00
Saldo a 31.12.2021	11.270.100,00	953.500,00	12.223.600,00

NO DECURSO DO EXERCÍCIO EM 2022 E 2021, FORAM RECONHECIDOS EM RESULTADOS OS SEGUINTE RENDIMENTOS E GASTOS RELACIONADOS COM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2022		2021	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	432.550,06		446.582,04	
Outros Rendimentos				
Gastos				
Gastos Diretos	-52.098,81	698,41	-47.069,40	-9.786,29
Resultado	380.451,25	698,41	399.512,64	-9.786,29

14. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Em 2022 e 2021, não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro em 2022 e 2021, encontra-se na nota 9.

15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

15.1. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Não aplicável.

15.2. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS, VALORIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

ANO DE 2022						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	5.726.494,60	5.685.581,49	40.913,11	4.468.875,89	0,00	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	24.969.167,77	18.801.493,38	6.167.674,39	7.313.460,10	1.687.190,90	33,33%
Transpublicidade, S.A.	2.437.528,75	1.234.157,33	1.203.371,42	1.720.806,22	285.157,18	20%

ANO DE 2021						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	46.725,33	5.812,22	40.913,11		-918,75	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	22.944.745,86	18.368.463,00	4.576.282,86	4.871.181,94	47.470,67	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.980.404,10	1.062.189,86	918.214,24	1.049.436,65	32.498,51	20%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

A aplicação do método de equivalência patrimonial na subsidiária STCP Serviços está suspensa desde 2008, em virtude da proporção da STCP nos resultados negativos da participada ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento.

MOVIMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA STCP RELATIVOS ÀS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021:

(*) No ano de 2022, 619.428,41 euros foram contabilizados na rubrica de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, menos 9.609,86 euros na rubrica “Ajustamentos/Outras variações de capital próprio” e 3.679,14 euros na rubrica de “Resultados transitados”. No ano de 2021, menos 6.028,43 euros foram contabilizados na rubrica de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, menos 34.989,56 euros na rubrica “Ajustamentos/Outras variações de capital próprio” e menos 14.076,04 euros na rubrica de “Resultados transitados”.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2022	2021
	Saldo inicial	1.690.426,34	1.717.368,29
	Regularizações – método da equivalência patrimonial (*)	606.139,41	-26.941,95
	Outras variações		
	Saldo final	2.296.565,75	1.690.426,34
	Perdas por imparidade		
	Ativos líquidos	2.296.565,75	1.690.426,34

16. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Vide nota 15.2.

19. AGRICULTURA

Não aplicável.

20. INVENTÁRIOS

RUBRICA DE INVENTÁRIOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

	2022			2021		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.654.348,42	-876.688,97	777.659,45	1.571.734,68	-834.722,39	737.012,29
	1.654.348,42	-876.688,97	777.659,45	1.571.734,68	-834.722,39	737.012,29

CUSTO DAS MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE
CONSUMO, NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021:

	2022	2021
Inventário Inicial	1.571.734,68	1.489.933,26
Compras	16.135.281,30	6.486.589,93
Regularizações	14.735,38	-69.749,57
Custo das matérias consumidas	-16.067.402,94	-6.335.038,94
Inventário final	1.654.348,42	1.571.734,68

21. CONTRATOS
DE CONSTRUÇÃO

O aumento do custo das matérias consumidas deve-se ao aumento exponencial do preço do combustível GNC, representando o consumo deste combustível, em 2022, 14.947 mil euros, comparativamente com 5.702 mil euros, em 2021.

Não aplicável.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, não ocorreram movimentos na rubrica de Variação dos Produtos e trabalhos em curso.

EVOLUÇÃO DAS PERDAS POR IMPARIDADE
ACUMULADAS DE INVENTÁRIOS,
NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021:

ANO DE 2022	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	834.722,39	43.197,12	1.230,54		876.688,97

ANO DE 2021	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	904.085,84	15.427,94	84.791,39		834.722,39

22. RÉDITOS

DETALHE DO RÉDITO RECONHECIDO,
A 31 DE DEZEMBRO EM 2022 E 2021,
TODO REALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL:

RÉDITO	2022	2021
Prestação de Serviços	45.302.338,62	33.486.318,93
Títulos de transporte	36.787.546,41	26.839.921,56
Compensações financeiras tarifárias (*)	8.441.923,10	6.623.405,87
Aluguer de viaturas	79.611,25	25.946,27
Descontos e abatimentos	-6.742,14	-2.954,77
Rendimentos suplementares	926.235,91	845.180,53
Aluguer de equipamento		2.176,00
Royalties	4.634,16	569,11
Outros rendimentos suplementares	921.601,75	842.435,42
Serviços de manutenção	55.784,16	113.184,75
Publicidade	274.138,46	186.301,73
Cedências de trabalhadores	123.654,09	120.717,59
Rendas e cedência espaço	296.688,62	328.749,72
Prestação de serviços de assessoria e outros	34.139,98	31.056,72
Venda sucata e outros bens	11.432,96	7.710,03
Vendas e serviços do museu	105.328,90	28.554,12
Outros	20.434,58	26.160,76
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	432.550,06	446.582,04
Juros obtidos	12.000,00	
	46.673.124,59	34.778.081,50

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada:

- O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante, assinado em 29 de junho de 2006;
- O acordo para o tarifário 4_18@escola.tp, celebrado em 29 de janeiro de 2009;
- O acordo para o tarifário sub23@superior.tp, celebrado em 1 de setembro de 2010;

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal “Passe Social+”, destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

No dia 1 abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais intermodais, no âmbito do determinado no despacho nº 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade. O Programa tem como objetivos principais a promoção do uso de transportes públicos por parte da população, a redução das emissões poluentes, do congestionamento de tráfego, do ruído e, por outro lado, o aumento da eficiência energética e dos níveis de inclusão social, concretizando-se através de mecanismos instrumentais que consistem na redução tarifária e na melhoria da oferta e extensão da rede.

A adesão a este programa pelas empresas de transporte, públicas ou privadas, consiste na disponibilização à população de títulos de transporte na área metropolitana do Porto ao preço de 30 euros (válido para todas as viagens que se realizem em zonas que integrem determinado município ou, em alternativa, em 3 quaisquer zonas contíguas do zonamento Andante), ao preço de 40 euros (passe intermodal válido em toda a Área Metropolitana do Porto) e gratuitos (com validade idêntica ao passe de quarenta euros) destinados a crianças com idade inferior a 13 anos. O programa prevê ainda a manutenção dos tarifários sociais em vigor com a aplicação dos descontos sobre os novos preços.

A Área Metropolitana do Porto (AMP) atribui uma compensação financeira que visa compensar o operador por passageiro transportado, de modo a garantir a manutenção da receita média, por passageiro, que o operador auferia antes da implementação do PART, isto é, destina-se a compensar os efeitos líquidos negativos da prática desta redução tarifária.

Mensalmente, é apurado o valor da compensação financeira a receber tendo por base uma fórmula de cálculo que pretende compensar as empresas pela perda de receita face à substituição do tarifário que vigorava em 31 março de 2019.

A Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, aprovou o Estatuto do Antigo Combatente. Este estatuto prevê a gratuidade do passe intermodal para os antigos combatentes detentores do cartão de antigo combatente, bem como para a viúva ou viúvo de antigo combatente. Pela Portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro, foram definidas as condições de atribuição do Passe de Antigo Combatentes e os procedimentos da sua operacionalização, competindo às Áreas Metropolitanas, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. e Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional a implementação deste passe.

A entidade responsável pelo financiamento da medida é a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, que recebe transferências de verbas da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

A compensação financeira a receber pelos operadores de transporte corresponde ao valor da tarifa de venda ao público do título de referência.

A empresa reconhece todas estas participações financeiras, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica da demonstração de resultados Vendas e Serviços prestados. O tratamento contabilístico adotado teve parecer favorável da Comissão de Normalização Contabilística.

23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.

- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2022. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2022, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES, NOS ANOS DE 2022 E DE 2021:

AUMENTOS E (REDUÇÕES) DE PROVISÕES 2022					
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.830.811,85		224.121,29		10.606.690,56
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	362.142,97	38.771,08	2.628,62	46.687,56	351.597,87
Outras Provisões	1.336.939,84	690.422,04	116.432,43	287.813,14	1.623.116,31
	12.529.894,66	729.193,12	343.182,34	334.500,70	12.581.404,74
Aumentos e (reduções) de provisões				610.132,07	

AUMENTOS E (REDUÇÕES) DE PROVISÕES 2021					
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.788.521,64	209.479,30	167.189,09		10.830.811,85
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	395.468,14	42.994,59	28.515,92	47.803,84	362.142,97
Outras Provisões	1.356.043,83	230.437,68	6.309,50	243.232,17	1.336.939,84
	12.540.033,61	482.911,57	202.014,51	291.036,01	12.529.894,66
Aumentos e (reduções) de provisões			238.606,85		

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, dos processos judiciais que se encontram pendentes, com provisão constituída cujo montante é relevante, é de salientar o processo n.º 1893/06.3 BEPRT, em que é autor Oliveira Fernandes e Ribeiro, Lda. que peticiona que a STCP se abstenha de explorar as carreiras 83 e 84, atuais 905 e 900 e reclama prejuízos. Em fevereiro de 2022, houve uma sentença favorável à STCP sobre este processo judicial, mas ambas as partes recorreram da sentença. Apesar deste facto, consideramos que a provisão para processos judiciais em curso a 31.12.2022 reflete o risco assumido, tendo em conta os montantes envolvidos, dados históricos e os aspetos relevantes relativos ao desenvolvimento do processo e recurso do mesmo.

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2021, do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e conforme estabelecido na alínea e) do nº 1 do art.º 7º, o Estado assume as obrigações inerentes "A quaisquer responsabilidades apuradas ou que venham eventualmente a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários de advogados e custas, desde que a STCP não tenha deixado de atuar, na direção dos correspondentes processos, como um gestor diligente, criterioso e ordenado, em prol do interesse da empresa, relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2019 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente, e, em qualquer dos casos, desde que as mesmas não estejam reveladas no balanço da STCP referente ao ano de 2019."

Dado que a entrada em vigor do Decreto-Lei foi adiada de 1 de janeiro de 2020 para 1 de janeiro de 2021, por via do Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, consideramos que as responsabilidades abrangidas pela alínea e) do nº 1 do art.º 7º se reportam a processos judiciais instaurados até 31 de dezembro de 2020, ou que venham a ser instaurados posteriormente, mas respeitante a factos formados até 31 de dezembro de 2020. Como todos os processos judiciais em curso a 31 de dezembro de 2021, em que a STCP era ré e cuja estimativa de encargo não é nula, se reportam a factos formados até 31 de dezembro de 2020 (portanto, abrangidos pela alínea e) do nº 1 do art.º 7º) procedeu-se, em 31 de dezembro de 2021, ao reconhecimento de um ativo não corrente, no montante de 10.830.811,85 euros, correspondente a estimativa do reembolso que se espera receber da Direção-Geral do Tesouro e Finanças em caso de perda da ação judicial, sendo que 10.788.521,64 euros foram contabilizados por contrapartida de resultados transitados porque representam o valor da provisão com processos judiciais da responsabilidade da DGTF a 01.01.2021. Em 31 de dezembro de 2022, procedeu-se à atualização deste ativo para o montante de 10.606.690,56 euros, de acordo com os movimentos ocorridos nas provisões. Os gastos relacionados com estas provisões com processos judiciais em curso, enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º 151/2019, são apresentados na demonstração de resultados líquidos da quantia reconhecida pelo reembolso esperado. A 31 de dezembro de 2022, a STCP tinha a haver da DGTF 189.452,25 euros relativos a encargos com a liquidação de sentenças de processos judiciais e despesas associadas a estes processos.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os valores indicados nos quadros abaixo não incluem IVA.

Nos Subsídios à exploração, a coluna do montante total atribuído refere-se aos montantes atribuídos no ano, enquanto que, para os Subsídios ao investimento, refere-se ao montante atribuído acumulado dos bens que ainda se encontram no ativo fixo tangível e intangível.

MOVIMENTOS MAIS RELEVANTES EM SUBSÍDIOS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E DE 2021:

SUBSÍDIOS 2022

	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração	35.408.755,93	3.004.291,33	36.044.496,30	20.234.532,51	
Municípios	21.967.973,96	2.269.044,58	21.967.973,96	11.270.666,38	
Área Metropolitana do Porto	11.819.168,87		11.819.168,87	6.517.226,74	
Outras entidades públicas	1.621.613,10	735.246,75	2.257.353,47	2.446.639,39	
Subsídios relacionados com ativos	1.046.736,50	292.292,53	28.586.451,20	1.726.652,83	12.050.272,75
Ativos tangíveis	998.902,73	237.500,00	28.298.377,59	1.708.891,46	11.825.371,85
Edifícios e outras construções			763.251,68	28.847,83	432.851,63
Equipamento básico	998.902,73	237.500,00	26.856.161,10	1.636.436,67	11.013.559,02
Equipamento administrativo			358.023,41	43.606,96	317.302,62
Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58		61.658,58
Ativos tangíveis em curso			259.282,82		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis	47.833,77	54.792,53	254.932,45	17.761,37	207.343,95
Programas de computador	47.833,77	54.792,53	254.932,45	17.761,37	207.343,95
	36.455.492,43	3.296.583,86	64.630.947,50	21.961.185,34	12.050.272,75

SUBSÍDIOS 2021

	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração	13.196.878,73	3.795.418,51	13.631.678,51	24.315.170,66	
Municípios	11.329.051,09	3.695.912,13	11.753.299,85	17.073.648,27	
Área Metropolitana do Porto	1.530.804,72		1.530.804,72	7.081.942,13	
Outras entidades públicas	337.022,92	99.506,38	347.573,94	159.580,26	
Subsídios relacionados com ativos	3.535.044,82	1.337.559,44	27.900.967,99	1.581.365,33	10.323.980,45
Ativos tangíveis	3.513.597,27	1.261.112,46	27.627.494,81	1.547.313,95	10.116.840,92
Edifícios e outras construções			763.251,68	31.434,23	404.003,80
Equipamento básico	3.513.597,27	1.006.801,73	25.942.249,14	1.461.411,33	9.377.205,54
Equipamento administrativo			346.741,86	53.471,74	273.973,00
Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58	996,65	61.658,58
Ativos tangíveis em curso		254.310,73	513.593,55		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis	21.447,55	76.446,98	240.332,02	34.051,38	189.582,58
Programas de computador	21.447,55	76.446,98	240.332,02	34.051,38	189.582,58
	16.731.923,55	5.132.977,95	41.532.646,50	25.896.535,99	10.323.980,45

A) COMPENSAÇÕES
FINANCEIRAS DOS MUNICÍPIOS

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a prestação do serviço público de transporte de passageiros por autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos nele definidos, a vigorar até 31 de dezembro de 2024. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado o primeiro aditamento ao referido contrato.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado o Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorado pela STCP na área geográfica daqueles municípios, a criação de uma Unidade Técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto e a STCP, conforme determinado no Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, determina que os municípios e a STCP procedam à modificação do contrato de serviço público em vigor, o que foi efetuado, resultando no 3º aditamento ao contrato de serviço público que entrou em vigor a 27 de dezembro de 2020, uma vez que a sua entrada em vigor estava condicionada aos vistos prévios da Autoridade Metropolitana dos Transportes e do Tribunal de Contas. Atendendo ao previsto no Decreto-Lei nº 175/2019, o novo contrato de serviço público opera efeitos 30 dias após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que aconteceu a 27 de novembro de 2020, tendo o Tribunal de Contas concluído que a operação de municipalização em causa não estava sujeita a visto. Desta forma, o 3º aditamento ao contrato de serviço público entrou em vigor em 27 de dezembro de 2020.

Este aditamento procede à alteração na fórmula de cálculo das compensações financeiras, aos montantes estimados das compensações financeiras, bem como, alteração nos prazos de pagamento das respetivas compensações.

B) COMPENSAÇÕES
FINANCEIRAS DA AMP

O Despacho n.º 8459/2020, de 2 de setembro veio determinar a transferência de verbas, a título extraordinário, do Fundo Ambiental para as áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, prevista na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, destinada a fazer face à necessidade de reposição e reforço da oferta de transportes públicos necessária para responder ao gradual aumento da procura e da retoma da atividade económica.

Em 2021, dada a incerteza sobre a evolução futura da situação epidemiológica, bem como do prolongamento no tempo dos seus efeitos sobre a sustentabilidade do transporte público, o n.º 4 do Despacho n.º 3515-A/2021 previu o acesso ao reforço das verbas atribuídas pelo Fundo Ambiental, previstas no nº 3 do artigo 305º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE 2021), destinadas ao reforço extraordinário dos níveis de oferta nos sistemas de transporte público abrangidos pelo PART.

- As verbas atribuídas para o ano de 2021, ao abrigo deste quadro legal são as seguintes:
- No âmbito do Despacho n.º 11653-A/2021, de 24 de novembro, a AMP atribuiu o valor de 6.127.800 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de janeiro a junho de 2021, tendo o pagamento ocorrido em 9 de março de 2022;
 - No âmbito do Despacho n.º 1147-A/2022, de 27 de janeiro, a AMP atribuiu o valor de 1.379.145 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de julho a setembro de 2021;
 - No âmbito do Despacho n.º 8280/2022, de 7 de julho, a AMP atribuiu o valor de 2.227.887 euros, para o período de outubro a dezembro de 2021;

Em 2022, o nº 2 do art. 223º da Lei nº 12/2022, de 27 de julho (OE 2022), prevê igualmente a atribuição de verbas do PART para o reforço extraordinário dos níveis de oferta nos sistemas de transporte público. No âmbito do Despacho n.º 13.965-A/2022, a AMP atribuiu uma verba de 2.793.487 euros (com IVA incluído a 6%), para o período do 1º semestre de 2022.

Relativamente às verbas para o 2º semestre de 2022, aguardamos indicação da AMP quanto ao montante atribuído, sendo que, consideramos que a melhor estimativa seria a consideração de um rédito de 1.780.000 (valor sem IVA) para este período de 2022.

25. EFEITOS DE
ALTERAÇÕES EM
TAXAS DE CÂMBIO

Em 2022 e 2021 não ocorreram movimentos relevantes em moeda estrangeira.

26. ACONTECIMENTOS
APÓS A DATA
DO BALANÇO

Ver capítulo 8 sobre Factos Subsequentes do Relatório de Gestão.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua histórica situação deficitária, até ao presente exercício contabilístico, não existiam registos de ocorrência de lucros.

A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 OS PREJUÍZOS FISCAIS ASCENDIAM A 83.086.305,91 EUROS, CONFORME DETALHE ABAIXO:

ANOS	PREJUÍZOS FISCAIS
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
2016	15.458.446,80
2017	16.642.181,82
2018	7.790.816,06
2019	4.068.542,30
2020	10.367.100,74
2021	3.571.148,30
	83.086.305,91

Até ao exercício de 2018, a STCP nunca procedeu ao reconhecimento de quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existiam expectativas de que viesse a obter lucros tributáveis futuros que permitissem a utilização dos prejuízos fiscais acumulados até à data ou que gerassem pagamentos de imposto sobre o rendimento. De acordo com o histórico da empresa e o julgamento interno, não havia qualquer passivo a reconhecer e muito menos qualquer ativo.

Contudo, o Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, que operou a intermunicipalização da Sociedade, permitiu alterações significativas na posição financeira da sociedade, nomeadamente a assunção da dívida histórica da STCP por parte do Estado, deixando de existir gastos de financiamento que têm sido suportados até à data. Por outro lado, constata-se a obtenção de resultados antes de encargos financeiros positivos.

Por conseguinte, foi entendido que o ano de 2019 deveria ser o ano de início de reconhecimento dos impostos diferidos na medida em que foram criadas bases para a reestruturação financeira da empresa e para a obtenção de desempenhos positivos.

Atendendo a que os ativos por impostos diferidos decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, para os quais, a probabilidade de geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua compensação é diminuta, não existem ainda condições para que os mesmos possam ser reconhecidos. Também no que se refere às propriedades de investimento, em que há situações geradoras de ativos e de passivos por impostos diferidos, existem questões a definir ou esclarecer dado que o referido Decreto-Lei n.º 151/2019, prevê que os imóveis não afetos à atividade de serviço público de transporte possam reverter para o Estado. Neste sentido, foi entendido apenas reconhecer os passivos por impostos diferidos gerados pelos imóveis afetos à atividade operacional da empresa.

Também foi entendido aplicar a FAQ13 da Comissão de Normalização contabilística para que a rubrica de Subsídios atribuídos, enquadrada no balanço nas Outras variações no capital próprio, esteja deduzida da correspondente tributação de imposto sobre o rendimento que lhe está associada.

No cálculo dos passivos por impostos diferidos foi usada a taxa de 22,5%. Nos edifícios a taxa incide sobre o excedente de revalorização e no caso dos terrenos sobre o excedente corrigido do efeito da atualização monetária do custo de aquisição, dado tratarem-se de ativos não depreciables (o imposto incide sobre a diferença entre a quantia escriturada e a referida base fiscal).

O ano de 2021 e 2022, atendendo ao novo quadro legal por que se passa a reger a STCP, E.I.M., S.A., a empresa apresenta, pela primeira vez, um resultado líquido antes de impostos nulo. No entanto, o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo do art. 40º da Lei n.º 50/2012 é negativo em ambos os anos.

De referir que a STCP entende que a verba relativa à Transferência financeira ao abrigo da Lei n.º 50/2012 prevista na demonstração de resultados, que permite o equilíbrio do resultado antes de impostos, não releva para efeitos de apuramento do lucro tributável porque visa a cobertura de prejuízos pelos acionistas.

É de referir ainda que a lei do Orçamento de Estado para 2023 introduziu alterações ao Código do IRC, pelo que, salvo melhor opinião, os prejuízos fiscais reportáveis que não caduquem em 31.12.2022 deixarão de ter um prazo de reporte.

Apesar desta alteração legislativa, por prudência, para o ano de 2022, somos de opinião ser ainda prematuro o registo de ativos por impostos diferidos dado que, o ano de 2022 é novamente um ano em que se estima o apuramento de prejuízos fiscais significativos. Por outro lado, mantendo-se o cenário de elevado preço dos combustíveis, entre outros fatores económicos, torna-se difícil prever, ainda, quando é que a STCP iniciará um período de geração de lucros fiscais positivos que permitam assegurar, com alguma certeza, a possibilidade futura de utilização dos prejuízos fiscais acumulados no montante de 83 M€.

Nos exercícios seguintes, aquando da posse de elementos mais esclarecedores quanto à recuperabilidade destes ativos, procederemos a nova avaliação com vista ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2022 E 2021,
A CONTA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
TINHA O SEGUINTE DESDOBRAMENTO:

	2022	2021
Imposto corrente	13.045,89	14.698,99
Imposto corrente sobre o resultado antes de impostos	0,00	0,00
Tributação autónoma	13.045,89	14.698,99
Imposto diferido	-96.800,08	-98.198,20
Imposto diferido associado a depreciações de ativos revalorizados (22,5%)	-96.800,08	-98.198,20
Imposto sobre o rendimento	-83.754,19	-83.499,21

28. MATÉRIAS
AMBIENTAIS

No exercício de 2022 e 2021 não temos
informação relevante a relatar.

O MOVIMENTO OCORRIDO NOS PASSIVOS
POR IMPOSTOS DIFERIDOS NO
EXERCÍCIO DE 2022 E 2021 É O SEGUINTE:

	2022	2021
Quantia reportada ao início do exercício	6.796.366,64	6.894.564,84
Efeito nos resultados		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios	-96.800,08	-98.198,20
Efeito nas reservas de revalorização		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios		
Quantia reportada ao final do exercício	6.699.566,56	6.796.366,64

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2022 e 2021, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos	ATIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2022				
		Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
	Ativos não correntes	10.851.437,44	178.343,59		11.029.781,03
	Outros investimentos financeiros	244.746,88	178.343,59		423.090,47
	Créditos a receber	10.606.690,56			10.606.690,56
	Ativos correntes	30.762.251,96		17.126.194,80	47.888.446,76
	Clientes	15.650,81			15.650,81
	Outros créditos a receber	5.364.243,04		17.126.194,80	22.490.437,84
	Outros ativos financeiros	12.000.000,00			12.000.000,00
	Caixa e depósitos bancários	13.382.358,11			13.382.358,11
(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos	PASSIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2022				
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
	Passivos correntes	5.677.012,14		6.749.552,64	12.426.564,78
	Fornecedores	4.483.282,98			4.483.282,98
	Adiantamento de clientes	1.605,75			1.605,75
	Financiamentos obtidos	4.680,69			4.680,69
	Outras dividas a pagar	1.187.442,72		6.749.552,64	7.936.995,36
(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos	ATIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2021				
		Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
	Ativos não correntes	11.152.746,11			11.152.746,11
	Outros investimentos financeiros	321.934,26			321.934,26
	Créditos a receber	10.830.811,85			10.830.811,85
	Ativos correntes	22.621.993,16		18.554.679,17	41.176.672,33
	Clientes	1.044.387,33			1.044.387,33
	Outros créditos a receber	6.596.110,40		18.554.679,17	25.150.789,57
	Caixa e depósitos bancários	14.981.495,43			14.981.495,43
(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos	PASSIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2021				
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
	Passivos correntes	9.564.917,54		6.361.580,45	15.926.497,99
	Fornecedores	6.195.173,72			6.195.173,72
	Adiantamento de clientes	1.618,90			1.618,90
	Financiamentos obtidos	7.890,73			7.890,73
	Outras dividas a pagar	3.360.234,19		6.361.580,45	9.721.814,64

29.1.1. FINANCIAMENTOS
OBTIDOS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a empresa dispõe apenas de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública–IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco. Este cartão de crédito tem um limite de crédito de 15.000 euros.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo deste cartão ascendia a 4.680,69 euros e 7.890,73 euros, respetivamente.

29.1.2. OUTROS INVESTIMENTOS /
ATIVOS FINANCEIROS

29.1.2.1. NÃO CORRENTE

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que, o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

Em 2022, a participada OPT procedeu à distribuição de dividendos relativos aos ano de 2021 e 2020, no valor de 3.420,09 euros e 7.007,00 euros, respetivamente.

A RUBRICA OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS,
EM 31 DE DEZEMBRO EM 2022 E 2021,
APRESENTA O SEGUINTE DETALHE:

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2022	2021
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	178.343,59	136.016,16
Depósitos bancários caução	178.833,77	120.004,99
Quantia bruta	1.782.177,36	1.681.021,15
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.359.086,89	-1.359.086,89
Quantia escriturada	423.090,47	321.934,26
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas/reversões)		-918,75

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2022		2021	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade				
Ativos líquidos		25.000,00		25.000,00

29.1.2.2. CORRENTE

Em 6 de dezembro de 2022, efetuou-se uma aplicação de 12 milhões de euros, pelo prazo de 365 dias e à taxa nominal de 1,44%, nos Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's) do IGCP.

29.1.3. OUTROS PASSIVOS
FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020, a STCP detinha em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007, no montante de 25.000.000 euros. Apesar de a STCP se manter como outorgante deste contrato, a 1 de janeiro de 2021, conforme exposto na nota 32.10, a STCP procedeu ao desreconhecimento desta operação. No ano de 2021 e 2022, os fluxos de caixa desta operação foram assegurados integralmente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nas respetivas datas de vencimento, tendo a operação terminado em junho de 2022.

29.2. GESTÃO DOS
RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

29.2.1. RISCO DE
TAXA DE CâMBIO

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

29.2.2. RISCO
DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

29.2.3. RISCO DE CRÉDITO

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

29.2.4. RISCO DE TAXA DE JURO

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 63.568,36, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro.

A facilidade de crédito em cartão, não está sujeita ao risco de taxa de juro.

DETALHE DA RUBRICA DE CLIENTES, ATENDENDO AO SEU VENCIMENTO E RECUPERABILIDADE:

SEM REGISTO DE IMPARIDADE	2022	2021
CLIENTES C/C	15.650,81	1.044.387,33
Não vencido	2.748,06	1.008.738,53
Vencido	12.902,75	35.648,80
<30 dias	277,00	299,20
<60 dias	529,20	9.591,60
<90 dias	3.595,45	4.146,00
<120 dias	2.100,60	9.400,00
< 180 dias	3.218,20	
>=180 dias	3.182,30	12.212,00
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
CLIENTES C/C	15.630,24	15.630,24
Vencido	15.630,24	15.630,24
>=180 dias	15.630,24	15.630,24
	31.281,05	1.060.017,57

DETALHE DA RUBRICA CORRENTE DE OUTROS DEVEDORES, ATENDENDO AO SEU VENCIMENTO E RECUPERABILIDADE:

SEM REGISTO DE IMPARIDADE	2022	2021
OUTROS DEVEDORES	4.865.821,15	6.025.042,92
Não vencido	1.098.904,95	1.464.302,05
Vencido	3.723.317,49	4.517.142,16
<30 dias	106.630,47	109.789,97
<60 dias	43.580,52	205.382,26
<90 dias	345.960,85	564.673,79
<120 dias	257.907,40	20.988,10
<180 dias	335.876,16	1.121.730,05
>=180 dias	2.633.362,09	2.494.577,99
Depósitos e cauções pagas	43.598,71	43.598,71
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
OUTROS DEVEDORES	47.938,12	47.938,12
Vencido	47.938,12	47.938,12
>=180 dias	47.938,12	47.938,12
	4.913.759,27	6.072.981,04

29.3. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

29.3.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social da Sociedade era de 322.080.560 euros, totalmente realizado, representado por 64.416.112 ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

Decorrente do processo de intermunicipalização, operado por via do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, foi efetuada a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, do Estado Português para os seis municípios: Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

ASSIM, A 01 DE JANEIRO DE 2021, O CAPITAL SOCIAL DA STCP PASSA A SER DETIDO POR CADA UM DOS ACIONISTAS DA SEGUINTE FORMA:

CAPITAL SOCIAL A 1 JANEIRO 2021			
Acionistas	% Capital	Número ações	Montante Capital social
Município do Porto	53,69%	34.585.011	172.925.053
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	7.755.700	38.778.499
Município de Matosinhos	11,98%	7.717.050	38.585.251
Município da Maia	9,61%	6.190.388	30.951.942
Município de Gondomar	7,28%	4.689.493	23.447.465
Município de Valongo	5,40%	3.478.470	17.392.350
	100,00%	64.416.112	322.080.560

Em 30 de junho de 2021, em consequência deste processo, foram aprovadas em Assembleia Geral as alterações aos Estatutos da Sociedade, passando a sua denominação a ser Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M, S.A. Em 31 de dezembro de 2021, e face à situação em que a Sociedade se encontra perante o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado proceder à redução do capital social em 232.080.560 euros para efeitos de cobertura de prejuízos, mediante a extinção de parte das ações representativas do capital social da Sociedade, na proporção detida por cada um dos acionistas no capital social. O registo e publicação desta alteração terminou em 15 de fevereiro de 2022.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, O CAPITAL SOCIAL DA STCP É DETIDO POR CADA UM DOS ACIONISTAS DA SEGUINTE FORMA:

CAPITAL SOCIAL A 31 DEZEMBRO 2022			
Acionistas	% Capital	Número ações	Montante Capital social
Município do Porto	53,69%	9.664.200	48.321.000
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	2.167.200	10.836.000
Município de Matosinhos	11,98%	2.156.400	10.782.000
Município da Maia	9,61%	1.729.800	8.649.000
Município de Gondomar	7,28%	1.310.400	6.552.000
Município de Valongo	5,40%	972.000	4.860.000
	100,00%	18.000.000	90.000.000

29.3.2. RESERVAS

RUBRICA DE RESERVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

RESERVAS	2022	2021
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

29.3.3. EXCEDENTE
DE REVALORIZAÇÃO

MOVIMENTO DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO
DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, EM 2022 E 2021:

EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO			
	Antes de impostos	Imposto sobre o rendimento (*)	Total
Saldo a 01.01.2021	41.889.757,15	-6.894.564,84	34.995.192,31
Amortizações	-436.436,46	98.198,20	-338.238,26
Abate	-962.325,34		-962.325,34
Saldo a 31.12.2021	40.490.995,35	-6.796.366,64	33.694.628,71
Saldo a 01.01.2022	40.490.995,35	-6.796.366,64	33.694.628,71
Amortizações	-430.222,60	96.800,08	-333.422,52
Saldo a 31.12.2022	40.060.772,75	-6.699.566,56	33.361.206,19

(*) Em janeiro de 2019 procedeu-se, pela primeira vez, ao reconhecimento do efeito do imposto sobre o rendimento no excedente de revalorização mas apenas sobre os imóveis que se encontram afetos à atividade operacional.

29.3.4. AJUSTAMENTOS /
OUTRAS VARIAÇÕES NOS
CAPITAIS PRÓPRIOS

29.3.5. RESULTADO
POR AÇÃO

AJUSTAMENTOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS
PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

(*) Por aplicação da FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística, o montante desta rubrica encontra-se deduzido de -3.720.640,16 euros, em 2022, 3.954.822,20 euros, em 2021, relativos ao imposto sobre o rendimento.

AJUSTAMENTOS /OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	2022	2021
Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP	1.780.871,31	1.790.481,17
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
Lucros Não Distribuídos	1.795.678,36	1.773.355,10
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	17.752,98	49.686,10
Outras variações no capital próprio	13.721.216,92	14.527.843,97
Subsídios relacionados com ativos (*)	12.815.538,29	13.622.165,34
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	15.502.088,23	16.318.325,14

RESULTADO POR AÇÃO
NOS ANOS DE 2022 E DE 2021:

RESULTADO POR AÇÃO	2022	2021
Resultados líquidos do período	83.754,19	83.499,21
Nº médio ponderado de ações	18.000.000	64.416.112
Resultado por ação básico	0,005	0,001

29.3.6. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS
AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do acionista anterior no financiamento das atividades sociais.

De referir que, no ano de 2021, o anterior acionista (DGTF) procedeu à cobertura dos prejuízos acumulados nos anos anteriores no montante líquido de 440.531.145 euros, passando os capitais próprios da sociedade a serem positivos. Em 2022, foi ainda efetuado um reforço desta cobertura de prejuízos, no montante de 2.376.867,95 euros, ao abrigo da Portaria n.º 761/2019, de 29 de outubro.

A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos acionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no n.º 1 e n.º 2 do art. 40º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:

*“n.º 1) As empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados.
n.º2) Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.”*

Desta forma, a Demonstração de Resultados por Natureza contempla uma rubrica nova, Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012, sendo o montante a cobrir pelos acionistas, após apreciação das contas, relativo ao ano de 2022 e 2021, de 8.605.446,59 euros e 2.924.311,50 euros, respetivamente.

30. BENEFÍCIOS DOS
EMPREGADOS

30.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
– PLANO DE BENEFÍCIOS
DEFINIDOS

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização (Adesão nº24), tendo contribuído anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, conforme previsto na alínea c) do Artigo 7º, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou invalidez dos trabalhadores da STCP reformados em 31 de dezembro de 2019, bem como os trabalhadores em funções nessa data, são assumidas pela Caixa Geral de Aposentações, I.P..

Conforme previsto no Capítulo II do Decreto-Lei nº151/2019 foram efetuadas as diligências necessárias no sentido de se proceder à liquidação do Fundo de Pensões Aberto BPI – Valorização/Adesão 24, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2020.

Desta forma, a 9 de janeiro de 2020, o Banco efetuou a liquidação e transferiu o valor do Fundo da Adesão n.º 24 para a CGA, I.P., extinguindo-se o fundo de pensões da STCP.

Os efeitos contabilísticos da entrada em vigor do Decreto-Lei 151/2019 só ocorreram a 1 de janeiro de 2021, data em que se verificou a transmissão do capital social do Estado Português para os Municípios. Desta forma, só em janeiro de 2021 é que as responsabilidades com o fundo de pensões foram desconhecidas pela STCP por cobertura de prejuízos.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a STCP continua a possuir um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez, mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021. Nestas datas não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez.

É nossa opinião que, de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo, os impactos contabilísticos da determinação desta responsabilidade a 31 de dezembro de 2022 não seriam materialmente relevantes ou seriam nulos.

30.2. DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Em 2021 a STCP procedeu a um ajuste na metodologia de determinação das estimativas contabilísticas relativas ao período de referência das remunerações abonadas em cada mês, pelo que houve necessidade de se proceder à transferência para resultados transitados do montante de 526 mil euros de gastos com o pessoal relativos a remunerações cujo período de referência era de 2020.

GASTOS COM PESSOAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

GASTOS COM PESSOAL	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	283.996,13	294.954,21
Remunerações do pessoal	27.055.713,03	26.151.216,52
Indemnizações	16.237,35	
Encargos com remunerações	6.095.027,36	5.905.287,33
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	368.209,91	400.810,81
Gastos com ação social	211.243,33	209.534,44
Outros gastos com o pessoal	182.073,92	85.861,17
Gastos com pessoal	34.212.501,03	33.047.664,48

30.3. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.321 e 1.313 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2022, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.334 trabalhadores e de 1.335 em 31 de dezembro de 2021.

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações do ROC, no exercício de 2022, encontram-se descritas no ponto C do capítulo VII do Relatório do Governo Societário.

32. OUTRAS
INFORMAÇÕES

32.1. FORNECEDORES
E OUTROS CREDORES

As dívidas a fornecedores e contas a pagar foram registradas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

DÍVIDAS A FORNECEDORES,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

	2022	2021
FORNECEDORES C/C	4.483.282,98	6.195.173,72
Não vencido	2.207.552,85	3.625.750,22
Vencido	460.499,06	454.298,27
<30 dias	226.592,26	325.564,19
<60 dias	73.207,16	31.755,81
<90 dias	17.082,10	19.879,08
<120 dias	55.703,05	5.012,71
<180 dias	4.072,99	9.979,53
>=180 dias	83.841,50	62.106,95
Em receção e conferência	1.815.231,07	2.115.125,23

OUTROS CREDORES,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

	2022	2021
OUTROS CREDORES	449.227,21	450.607,72
Não vencido	25.705,29	16.865,20
Vencido	101.220,10	195.876,51
<30 dias	28.774,93	33.768,75
<60 dias	41.982,04	30.443,03
<90 dias	17.729,34	29.267,11
<120 dias		36.212,84
<180 dias		9.890,56
>=180 dias	12.733,79	56.294,22
Depósitos e cauções recebidas	322.301,82	237.866,01

	2022	2021
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	527.666,96	2.701.755,69
Não vencido	274.059,39	2.689.324,35
Vencido	253.607,57	12.431,34
<30 dias	244.652,78	
<60 dias	5.233,65	7.573,27
<90 dias	778,98	
>=180 dias	2.942,16	4.858,07

32.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

RUBRICA DE ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	293.354,81		405.105,15	
IRC - pagamento especial por conta	192.325,00		262.325,00	
IRC -A recuperar	101.029,81		142.780,15	
Retenção de impostos sobre rendimentos		282.988,28		266.837,63
Imposto sobre o valor acrescentado	1.148.081,68		3.126.142,05	
Contribuições para a Segurança Social		678.216,84		644.540,83
Outras tributações		619.556,88		545.363,88
Estado e outros entes públicos	1.441.436,49	1.580.762,00	3.531.247,20	1.456.742,34

32.3. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

DETALHE DAS OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

OUTRAS DÍVIDAS PAGAR	2022	2021
Pessoal	206.062,29	207.565,59
Outros devedores - saldos credores	4.486,26	305,19
Fornecedores de investimento c/c	527.666,96	2.701.755,69
Credores por acréscimos de gastos	6.749.552,64	6.361.580,45
Credores diversos	449.227,21	450.607,72
	7.936.995,36	9.721.814,64

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2022	2021
Fornecimento e serviços externos	1.061.787,95	1.113.510,68
Trabalhos especializados	795.929,13	863.232,81
Materiais	250,60	711,50
Energia e outros fluidos	86.697,78	50.630,08
Serviços diversos	178.910,44	198.936,29
Custos com pessoal	5.578.241,91	5.144.306,16
Outros gastos	109.522,78	103.763,61
	6.749.552,64	6.361.580,45

32.4. OUTROS CRÉDITOS
A RECEBER

DETALHE DOS OUTROS CRÉDITOS A RECEBER,
CATALOGADOS COMO ATIVO CORRENTE E NÃO
CORRENTE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER CORRENTES	2022	2021
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	44.102,64	24.291,59
Adiantamento a fornecedores	1.184,37	2.304,95
Pessoal	294.195,27	303.536,53
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.126.194,80	18.554.679,17
Devedores diversos – DGTF compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	189.452,25	267.619,30
Devedores diversos – Outros	4.913.759,27	6.072.981,04
Quantia bruta	22.568.888,60	25.225.412,58
Perdas por Imparidade acumuladas	-78.450,76	-74.623,01
Quantia escriturada	22.490.437,84	25.150.789,57

(*) Resultantes das responsabilidades assumidas pelo Estado, no âmbito do processo de intermunicipalização, operado pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, foram reconhecidos ativos correspondentes a:

a) Responsabilidades assumidas no âmbito da alínea b) do nº 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019
A alínea b) do nº 1 do art.º 7º do diploma em epígrafe refere que o Estado assume o “pagamento dos custos relativos à renovação da frota e outros já aprovados nos anos de 2017, 2018 e 2019 que se encontram atualmente em curso e de acordo com o previsto nos planos de atividades e orçamento da STCP, sendo o seu montante definido através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e transição energética”.

A Portaria 761/2019, de 29 de Outubro, que estabelece o montante global de 35.848.921 euros de investimento a assumir pelo Estado, refere no nº 3 do art.º 2º que a “regularização das responsabilidades assumidas pelo Estado emergentes dos contratos, celebrados ou a celebrar, em execução dos investimentos abrangidos pela presente portaria é assegurada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças por recurso a dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças devendo a STCP fornecer os respetivos contratos ou qualquer outra documentação relevante para o efeito”.
Até à data de 31 de dezembro de 2020, o Estado assumiu parte da responsabilidade prevista na Portaria 761/2019, através de aumentos de capital, sendo que a 1 de janeiro de 2021, ainda não tinham sido concretizados o montante de 22.317.771 euros.

O Decreto-Lei é omissivo quanto à forma como estas responsabilidades são assumidas pelo Estado, pelo que se entende que esta alínea se deve considerar incluída no nº2 do artigo 7º, a exemplo das alíneas a) e c) do nº 1 do referido artigo, considerando-se como se de uma cobertura de prejuízos se tratasse, sendo reconhecidas por contrapartida de Contas a receber.
À data de 31 de dezembro de 2021, foram registados o montante de 19.420.656,31 euros a serem reembolsados pelo Estado, sendo que deste montante já se encontravam liquidados 19.256.373,14 euros. Assim, o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2021 relativo a esta responsabilidade do Estado é de 164.283,17 euros.
À data de 31 de dezembro de 2022, foram registados mais 2.376.867,95 euros, como cobertura de prejuízos, integralmente realizados pelo Estado.

b) Responsabilidades assumidas no âmbito da alínea e) do nº 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019
À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontram-se reconhecidos ativos não correntes no valor de 10.606.690,56 euros e 10.830.811,85 euros, correspondente ao valor da provisão com processos judiciais em curso, por factos formados até 31 de dezembro de 2020, cuja responsabilidade pelo pagamento das sentenças será do Estado.
Também à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra registado um ativo corrente, no montante de 189.452,25 euros e 103.336,13 euros, respetivamente, relativos às despesas suportadas com estes processos judiciais cujo reembolso se espera receber do Estado.

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	2022	2021
Prestações de serviços	6.326.301,13	1.993.869,83
Subsídios à exploração (ver nota 7)	10.385.446,85	16.416.348,77
Outros rendimentos - Proveitos suplementar	52.619,59	9.476,45
Outros rendimentos – Outros	349.827,23	134.984,12
Juros a receber	12.000,00	
	17.126.194,80	18.554.679,17

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER NÃO CORRENTES	2022	2021
Devedores diversos – DGTF compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	10.606.690,56	10.830.811,85
Devedores diversos – Outros		
Quantia escriturada	10.606.690,56	10.830.811,85

32.5. DIFERIMENTOS

RUBRICA DE DIFERIMENTOS,
NO ATIVO CORRENTE E NO PASSIVO CORRENTE,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

DIFERIMENTOS	2022	2021
Ativo - Gastos a reconhecer	1.022.148,73	951.477,05
Fornecimento e serviços externos	779.963,49	660.265,47
Outros gastos	242.185,24	291.211,58
Passivo - Rendimentos a reconhecer	6.766.645,65	2.758.517,08
Prestações de serviços	2.719,16	1.695,56
Subsídios à exploração	6.536.350,12	2.438.758,42
Outros rendimentos	227.576,37	318.063,10

32.6. FORNECIMENTOS
E SERVIÇOS EXTERNOS

RUBRICA DE FORNECIMENTOS E
SERVIÇOS EXTERNOS, NOS EXERCÍCIOS
DE 2022 E DE 2021:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2022	2021
Subcontratos		132.824,63
Serviços especializados	8.987.103,78	9.233.195,10
Trabalhos especializados	250.057,44	191.684,23
Publicidade e propaganda	64.331,96	91.533,04
Vigilância e segurança	301.028,67	430.970,08
Honorários	70.024,93	66.367,18
Comissões	1.771.107,41	1.304.011,19
Conservação e reparação	6.086.697,24	6.733.169,15
Comunicação e informação Publico	14.344,55	9.136,15
Fiscalização da receita	413.939,00	400.835,40
Outros	15.572,58	5.488,68
Materiais	37.246,67	30.470,12
Energia e fluidos	9.414.156,55	4.675.808,82
Eletricidade	973.362,41	467.053,50
Combustíveis	8.371.782,35	4.164.648,94
Água	69.011,79	44.106,38
Deslocações, estadas e transportes	2.489,04	621,28
Serviços diversos	2.848.016,01	3.050.430,92
Rendas e alugueres	157.793,45	174.624,24
Comunicação	161.615,07	172.165,30
Seguros	781.242,08	716.236,41
Royalties	228.005,06	185.955,58
Contencioso e notariado	6.975,51	13.960,50
Despesas de representação	4.231,01	2.905,25
Limpeza, higiene e conforto	1.333.469,17	1.603.483,02
Outros serviços	174.684,66	181.100,62
Fornecimento e serviços externos	21.289.012,05	17.123.350,87

32.7. OUTROS GASTOS

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS,
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

OUTROS GASTOS	2022	2021
Impostos	134.139,93	132.562,09
Impostos diretos	113.050,87	109.391,17
Impostos indiretos	7.159,76	7.072,34
Taxas	13.929,30	16.098,58
Perdas em inventários	5.357,42	101.553,22
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	72.441,04	61.124,09
Alienações		3.035,89
Abates	21.040,64	1.232,51
Gastos em propriedades de investimento	51.400,40	56.855,69
Outros gastos	305.883,06	243.257,43
Donativos	86.632,65	66.800,00
Quotizações	15.952,10	16.683,98
Outros não especificados	203.298,31	159.773,45
Multas e penalidades	128,51	304,27
Indemnizações por sinistros	188.476,91	142.032,07
Despesas bancárias e outros serviços financeiros	12.129,31	16.451,87
Juros de mora e compensatórios	1.550,57	143,24
Outros não especificados	1.013,01	842,00
Outros gastos	517.821,45	538.496,83

32.8. OUTROS RENDIMENTOS

DETALHE DE OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

OUTROS RENDIMENTOS	2022	2021
Rendimentos suplementares	926.235,91	845.180,53
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.105,87	4.227,77
Ganhos em inventários	18.724,40	31.803,65
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	592.411,55	586.389,04
Alienações	159.593,20	138.394,02
Sinistros	268,29	
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	432.550,06	446.582,04
Outros rendimentos		1.412,98
Outros	2.240.443,23	1.959.105,59
Imputação de subsídios para investimentos	1.726.652,83	1.581.365,33
Outros não especificados	513.790,40	377.740,26
Benefícios e penalidades contratuais	55.394,03	60.168,94
Indemnização de sinistros	364.030,49	286.276,24
Juros de mora e indemnizatórios	234,71	
Outros não especificados	94.131,17	31.295,08
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15.420,09	7.007,00
Juros obtidos	12.000,00	
Dividendos obtidos	3.420,09	7.007,00
Outros rendimentos	3.798.341,05	3.433.713,58

32.9. RESPONSABILIDADES
POR GARANTIAS PRESTADAS

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS COM
GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021:

BENEFICIÁRIO DA GARANTIA	DESCRIÇÃO	2022	2021
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	404.859,74	410.731,44
		404.859,74	410.731,44

32.10. IMPACTO NOS CAPITAIS
PRÓPRIOS DECORRENTE DA
ENTRADA EM VIGOR DO
DECRETO-LEI N.º 151/2019

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, determina que o Estado Português assume um conjunto de obrigações financeiras, nomeadamente, a dívida financeira acumulada reconhecida no balanço, o pagamento dos investimentos já aprovados em 2017, 2018 e 2019 e a executar nos anos de 2020 e 2021, conforme identificado na Portaria n.º 761/2019, de 29 de outubro, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou de invalidez dos trabalhadores da STCP e dos seus reformados à data de 31 de dezembro de 2019, quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, em decorrência da celebração pela STCP, até 31 de dezembro de 2019, de contratos de derivados financeiros com instituições financeiras e a assunção de responsabilidades contingentes provisionadas e ou divulgadas pela empresa.

O Estado assume ainda quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários e custas relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2020 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente. O mesmo diploma define igualmente o destino a dar aos imóveis que deixam de estar afetos à atividade de prestação de serviço público.

A 1 de janeiro de 2021, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, procedeu-se aos registos contabilísticos inerentes à maioria das obrigações assumidas pelo Estado Português, tendo ainda havido necessidade de, ao longo de 2021, reforçar estes registos contabilísticos.

Os movimentos contabilísticos efetuados são relativos a:

1.

Responsabilidades assumidas pelo Estado, para efeitos de cobertura de prejuízos, prevista nas alíneas a), c) e d) do nº 1 e nº 3 do art.º 7º, com consequente desconhecimento dos passivos existentes:

•

Assunção da dívida histórica da STCP (capital adicionado de juros e encargos vencidos ou a vencer) constantes no balanço à data de 31 de dezembro de 2020, no montante total de 423.294.129,16 euros;

•

Assunção da responsabilidade com complementos de reforma e de invalidez no montante de 287.060 euros;
2.

Responsabilidade assumida pelo Estado com investimentos planeados, previsto nas alíneas b) do nº 1 do art.º 7º, no montante de 19.420.656,31 euros, para efeitos de cobertura de prejuízos, porque apesar do decreto-lei ser omissivo quanto a esta matéria, entende-se ser a opção mais adequada face à substância da operação em causa;

3.

Responsabilidade assumida pelo Estado com processos judiciais em curso relativos a factos ocorridos até 31 de dezembro de 2020, previsto na alínea e) do nº 1 do art.º 7º, no montante de 10.788.521,64 euros, pelo reconhecimento do reembolso que se espera receber do Estado com sentenças desfavoráveis que possam vir a ocorrer no futuro, por contrapartida de resultados transitados;
4.

Entrega de imóveis ao Estado, identificados no anexo I referido no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, bem como outros que cumpriam os requisitos para tal, e que se considerou uma diminuição da cobertura de prejuízos efetuada pelo Estado.

Após estes movimentos, os capitais próprios, que se apresentavam negativos na abertura de 2021 em 313.484.926,63 euros, passam a ser positivos em 137.834.740,48 euros (já considerando os impactos globais no ano de 2021 da intermunicipalização).

Em 2022, procedeu-se ao reconhecimento de mais 2.376.867,95 euros, como cobertura de prejuízos, relativo à assunção das responsabilidades com investimentos, previsto na alínea b) do nº 1 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

É de referir que, do montante total previsto na Portaria n.º 761/2019 de 35.848.921 euros, foram já reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2020 a 2022, o montante de 35.328.674,26 euros, financiados da seguinte forma:

- 13.531.150 euros, através de um aumento de capital realizado em 2020;
- 21.797.524,26 euros, através da cobertura de prejuízos efetuada em 2021, no montante de 19.420.656,31 euros e, em 2022, no montante de 2.376.867,95 euros.

OS IMPACTOS GLOBAIS EM 2021 NOS CAPITALS PRÓPRIOS FORAM OS ABAIXO INDICADOS:

	01/01/2021	APÓS 01/01/2021	TOTAL 2021
IMPACTO TOTAL NOS CAPITALS PRÓPRIOS	448.270.950,27	3.048.716,84	451.319.667,11
IMPACTO NOS RESULTADOS TRANSITADOS	448.270.950,27	4.011.042,18	452.281.992,45
Responsabilidades assumidas pelo Estado (Art. 7º Decreto-Lei n.º 151/2019)	449.758.950,27	4.031.416,84	453.790.367,11
a) Por cobertura de prejuizos	438.970.428,63	4.031.416,84	443.001.845,47
Alínea a) Empréstimos DGTf	100.008.393,01		100.008.393,01
Alínea a) Empréstimo Obrigacionista	281.691.304,23		281.691.304,23
Alínea a) e e) Derivado BST	41.594.431,92		41.594.431,92
Alínea b) Investimentos planeados 2017 a 2019	15.389.239,47	4.031.416,84	19.420.656,31
Alínea c) Plano de Benefícios definidos para Complementos de reforça e invalidez	287.060,00		287.060,00
b) Por Resultados Transitados propriamente ditos	10.788.521,64		10.788.521,64
Alínea e) Responsabilidades com processos judiciais	10.788.521,64		10.788.521,64
Entrega de Imóveis ao Estado (Art. 6º Decreto-Lei n.º 151/2019)	-1.488.000,00	-20.374,66	-1.508.374,66
a) Desconhecimento do imóveis	-1.488.000,00	-982.700,00	-2.470.700,00
b) Pela realização da reserva de revalorização associada aos imóveis desconhecidos		962.325,34	962.325,34
IMPACTO NA RESERVA DE REVALORIZAÇÃO		-962.325,34	-962.325,34
b) Pela realização da reserva de revalorização associada aos imóveis desconhecidos (Art. 6º DL n.º 151/2019)		-962.325,34	-962.325,34

O Contabilista Certificado n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

Porto, 22 de março de 2023

O Conselho de Administração
Presidente
Cristina Mafalda Nieto Pimentel

Vogais
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





mazars

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade ou STCP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 184 755 912 euros e um total de capital próprio de 140 980 328 euros, incluindo um resultado líquido de 83 754 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A Entidade é, desde a referida data de 1 de janeiro de 2021, uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Conforme referido no ponto 1 das notas às demonstrações financeiras, sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar. A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos acionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no nº 1 e nº 2 do art. 40º da Lei nº 50/2012. Desta forma, a Demonstração de Resultados por Natureza contempla uma rubrica – “Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012”, sendo o montante de cobertura a realizar pelos acionistas, relativo ao ano de 2022, de 8 605 446,59 Euros (2 924 311,50 euros em 2021). Este valor corresponde à cobertura dos resultados antes de impostos

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 €

negativos no montante de 8 605 446,59 euros que a Entidade entende ainda não estar sujeito a tributação.

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Conforme referido no ponto 1 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), nº 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º - B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 11 de abril de 2023
Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA
Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta
(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções estatutárias acompanhámos, com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a atividade da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2022 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”. Neste contexto, a **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, em cumprimento do disposto no artigo 54º do referido diploma, elaborou um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2022, a disponibilizar também para consulta no *sife* da entidade.

Com referência ao exercício de 2022, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a Entidade e os membros do Conselho de Administração da mesma nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 €

Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- 3º Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 11 de Abril de 2023

O FISCAL ÚNICO

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)



GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

DIRETRIZES GRI		PÁGINA
N.A. - Não Aplicável N.D. - Não Disponível		
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4 - 1	Mensagem do Presidente	5
G4 - 2	Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	28; 84-85

PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4 - 3	Nome da organização	contracapa
G4 - 4	Principais marcas, produtos e serviços	16-41
G4 - 5	Localização da sede da organização	contracapa
G4 - 6	País onde opera	contracapa
G4 - 7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	74
G4 - 8	Mercados em que a organização atua (discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	16-41
G4 - 9	Dimensão da organização	12
G4 - 10	Número total de empregados por género	55
G4 - 11	Colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva	N.D.
G4 - 12	Cadeia de fornecedores da organização	79
G4 - 13	Mudanças significativas ocorridas no período coberto pelo relato	92; 16-41
G4 - 14	Abordagem ao princípio da precaução	90-91
G4 - 15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	90
G4 - 16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	N.D.

ASPETOS MATERIAIS E LIMITES		
G4 - 17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	N.A.
G4 - 18	Processo para a definição do conteúdo e limites do relatório	11; 114
G4 - 19	Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do relatório	11; 114
G4 - 20	Identificação dos aspetos materiais internos e seus limites	11; 114
G4 - 21	Identificação dos aspetos materiais externos e seus limites	11; 114
G4 - 22	Efeitos de reformulação de informação fornecida em relatórios anteriores e razões para essa reformulação	N.A.
G4 - 23	Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	N.A.

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS		
G4 - 24	Identificação das partes interessadas	72-79
G4 - 25	Metodologia de identificação das partes interessadas	N.A.
G4 - 26	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	N.D.
G4 - 27	Principais temas e preocupações das partes interessadas e medidas adotadas	72-79

PERFIL DO RELATÓRIO		
G4 - 28	Período coberto pelo relatório	11; 114
G4 - 29	Data do relatório anterior	N.A.
G4 - 30	Ciclo de emissão de relatórios	11; 114
G4 - 31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	contracapa
G4 - 32	Reportar a opção “de acordo” escolhida pela empresa	N.A.
G4 - 33	Política e prática corrente adotada para submeter o relatório a verificação externa	N.A.

GOVERNAÇÃO		
G4 - 34	Estrutura de governação da organização	82-83; 86-89
G4 - 51	Políticas de remuneração aplicadas aos órgãos de governação	N.D.

ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4 - 56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	89-91

ECONÓMICO		
DESEMPENHO ECONÓMICO		
G4 - EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	44-47
G4 - EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensões	183
G4 - EC4	Apoio financeiro recebido do governo / acionista	47
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS		
G4 - EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	44
G4 - EC8	Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	N.D.

AMBIENTAL			
ENERGIA			
G4 - EN3	Consumo de energia dentro da organização	68-69	
G4 - EN5	Intensidade energética	68-69	
G4 - EN6	Redução do consumo de energia	68-69	
ÁGUA			
G4 - EN8	Consumo de água por fonte	70	
EMISSÕES			
G4 - EN15	Emissões diretas de GEE	N.D.	
G4 - EN16	Emissões indiretas de GEE	N.D.	
G4 - EN17	Intensidade de emissões de GEE	N.D.	
G4 - EN18	Redução de emissões de GEE	N.D.	
G4 - EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	N.D.	
EFLUENTES E RESÍDUOS			
G4 - EN23	Peso de resíduos produzidos, por tipo e método de tratamento	71	
G4 - EN25	Peso de resíduos produzidos considerados perigosos	71	
CONFORMIDADE			
G4 - EN29	Valor monetário de multas significativas decorrentes de não conformidades de leis e regulamentos ambientais]	N.A.	
GERAL			
G4 - EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo	N.D.	

SOCIAL			
SOCIAL - PRÁTICAS LABORAIS			
EMPREGO			
G4 - LA1	Número e taxa de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e gênero	50-51	
G4 - LA2	Benefícios concedidos a empregados a tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários	60	
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO			
G4 - LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e fatalidades	58	
G4 - LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais	N.D.	
FORMAÇÃO			
G4 - LA9	Média de horas de formação por ano, por trabalhador, discriminadas por gênero	57	
G4 - LA11	Porcentagem de empregados que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	N.D.	
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
G4 - LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	86-87; 54-56	
IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES			
G4 - LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional	N.D.	

SOCIAL - SOCIEDADE			
COMUNIDADES LOCAIS			
G4 - SO1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	76-77	
COMBATE À CORRUPÇÃO			
G4 - SO3	Porcentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	92	
G4 - SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anticorrupção	92	
G4 - SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	N.D.	
CONFORMIDADE			
G4 - SO4	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos	N.A.	
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADA COM IMPACTOS NA SOCIEDADE			
G4 - SO11	Número de reclamações relacionadas com impactos na sociedade	35	

SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE			
G4 - PR1	Porcentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança	N.D.	
G4 - PR2	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causas pelos produtos ou serviços	N.D.	
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e porcentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências	N.A.	
G4 - PR4	Número total de casos de não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	N.A.	
G4 - PR5	Resultados de avaliação de satisfação do cliente	75	
COMUNICAÇÃO E MARKETING			
G4 - PR7	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	N.A.	
PRIVACIDADE DO CLIENTE			
G4 - PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	N.A.	
CONFORMIDADE			
G4 - PR9	Valor monetário de multas significativas pelo incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	N.A.	

**Sociedade de Transportes Colectivos do Porto,
E.I.M., S.A**

Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º, 4350-158 Porto
T. +351 225 071 000
geral@stcp.pt
www.stcp.pt

Capital Social 90.000.000 €
Capital Próprio 139.339.622,20 €
NIPC 500 246 467
Registada 2ª CRC Porto nº 51372

edição e propriedade
**Sociedade de Transportes Colectivos do Porto,
E.I.M., S.A**

design
Providência Design

fotografia
Arquivo Fotográfico Museu Carro Eléctrico
guardas, pp. 006-010, 016-018, 024-025, 030,
033, 036, 042-043, 048-049, 062-063, 072-073
Carla Silva
pp. 004, 098
Miguel Nogueira
pp. 096-097
Nelson Garrido pp. 080-081, 092-093, 100-103,
107, 112-113, 200-202, 206-207, 210-211

impressão
Tipografia Comercial

tiragem
70 exemplares

ano de edição
2023



